HISTORIOGRAFIA

nove debates, novas perspectivas

organizadores

Ariel Feldman
Josué Berlesi
Francivaldo Alves Nunes

UFPA
Campus Universitário
do Tocantins/Cametá

HISTORIOGRAFIA

nove debates, novas perspectivas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Reitor: Carlos Edílson de Almeida Maneschy
Vice-Reitor: Horácio Schneider

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
Coordenador do Campus: Doriedson S. Rodrigues

FACULDADE DE HISTÓRIA
Diretor da Faculdade: Ariel Feldman
Vice-Diretor da Faculdade: José do Espírito Santo Dias Júnior

HISTORIOGRAFIA

nove debates, novas perspectivas

organizadores

Ariel Feldman
Josué Berlesi
Francivaldo Alves Nunes

UFPA
Campus Universitário
do Tocantins/Cametá
2015

Historiografia: nove debates, novas perspectivas

Copyright © 2015 Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/Cametá

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial "Salomão Larêdo" / Campus de Cametá)

H67h Historiografia: nove debates, novas perspectivas / Ariel Feldman, Josué Berlesi, Francivaldo Alves Nunes (organizadores). — Cametá, PA : UFPA – Campus Universitário do Tocantins / Cametá, 2015.

194 p.

ISBN: 978-85-63287-29-8.

1. História. 2. Historiografia. I. Feldman, Ariel, Org. II. Berlesi, Josué, Org. III. Nunes, Francivaldo Alves, Org. IV. Título.

CDD – 907.2

SOBRE ESTE LIVRO

Todos os autores deste livro são professores da Faculdade de História do Tocantins, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará. Cada autor escreve sobre uma temática em que possui considerável experiência de pesquisa.

Este livro foi pensado para servir como uma espécie de convite àqueles que estejam interessados em iniciar trabalhos de pesquisa histórica. Dessa forma, cada capítulo apresenta debates historiográficos primordiais em diferentes campos de investigação. Se o leitor, após ler um capítulo, buscar as obras citadas em nota de rodapé, ele estará preparado para começar seu trabalho de pesquisa sobre aquela temática. Atualmente, não existe mais espaço para a pesquisa histórica sem um prévio conhecimento de certos debates historiográficos.

Cametá, agosto de 2015.

Ariel Feldman
Josué Berlesi
Francivaldo Alves Nunes
(Organizadores)

Organização
Ariel Feldman (PPGEDUC – UFPA)
Josué Berlesi (UFPA)
Francivaldo Alves Nunes (PPGEDUC e PPHIST – UFPA)

Conselho Editorial
Márcia Maria Menendes Motta (PPGH – UFF)
Julio Cesar Bentivoglio (PPHIS – UFES)
Márcio Couto Henrique (PPHIST – UFPA)
Marina Monteiro Machado (UERJ)
José Maia Bezerra Neto (PPHIST – UFPA)

Coordenação Editorial
Jorge Domingues Lopes (UFPA)

Campus Universitário do Tocantins/Cametá
Trav. Padre Antônio Franco, 2617, Matinha
CEP 68400-000 Cametá-Pará – Fone: (91) 3781-1182
e-mail: cameta@ufpa.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

História, Historiografia e 'História da Historiografia': Breves Considerações à Guisa de Introdução
Carlos Leandro Esteves 9

Historiografia Política do Brasil Imperial
Ariel Feldman 31

Historiografia da Cultura Afro-Brasileira
Luiz Augusto Pinheiro Leal 55

Historiografia, Resistência Negra e Formação de Quilombos na Amazônia Tocantina
Benedita Celeste de Moraes Pinto 75

Historiografia sobre Inquisição na Amazônia Portuguesa
Ivo Pereira da Silva 101

Historiografia da Agricultura na Amazônia
Francivaldo Alves Nunes 121

Historiografia dos Conflitos pela Terra na Amazônia
Elias Diniz Sacramento 141

Historiografia da Cultura Popular
José do Espírito Santo Dias Júnior 163

Historiografia do Israel Antigo
Josué Berlesi 179

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E 'HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA': Breves considerações à guisa de introdução

Carlos Leandro Esteves[1]

A obra que segue, fruto do esforço coletivo dos docentes da Faculdade de História da Amazônia Tocantina (FACHTO), historiadores especialistas em suas respectivas áreas de atuação, é sem dúvidas uma obra de *Historiografia*. Mas não estaríamos correndo nenhum risco de nos equivocarmos se ao denominá-la se optássemos pelo uso da expressão *História da Historiografia*. História, portanto, dos *modos de pesquisar e escrever* a História a partir de enfoques temáticos que primam pelo diálogo permanente com a produção historiográfica especializada.

Tendo em vista que a presente obra elege como público alvo prioritário os discentes de História, sobretudo os alunos da FACHTO, faz-se necessário apresentar aqui, à guisa de introdução, alguns aspectos concernentes a discussões sobre o uso mais adequado de expressões que pertencem ao cotidiano da vida acadêmica do aluno de História mas que nem sempre tem merecido a devida atenção. Refiro-me aos conceitos de *História* e de *Historiografia*.

Qual a relevância de se abrir uma coletânea de artigos que

[1] Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense com Área de Concentração em História Contemporânea (2011). Mestre em História Social/Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (2006). Possui Graduação, Bacharelado (2004) e Licenciatura Plena (2005), pela Universidade Federal Fluminense.

versam sobre a historiografia de variados temas, discutindo sobre a necessidade de se distinguir inequivocamente os conceitos de *História, Historiografia* e, por conseguinte, o de *História da Historiografia*?

Para além de uma assertiva simplista segundo a qual a obviedade da pergunta jaz no inegável fato de que os artigos aqui presentes tratam de temas históricos a partir de uma abordagem historiográfica, a resposta para esta indagação inicial reside tanto na proeminência de se ter clareza a respeito de algumas das noções básicas inerentes ao ofício do historiador – e aqui o quão longe estamos de liquidar essa difícil empreitada! – quanto na tentativa de se obter uma adequada compreensão acerca da natureza da obra em tela.

Todo estudante de História em algum momento de sua trajetória acadêmica se depara com discussões acerca da correta acepção do vocábulo que define e nomeia sua disciplina, seu ofício, sua seara de atuação. Uma das marcas desse debate consiste precisamente no reconhecimento da polissemia que o termo carrega, sobretudo quando exposto ao necessário cotejamento de sua historicidade. A dificuldade reside em grande medida no fato inequívoco de que tal vocabulário é parte de um conjunto de palavras que, por trazerem em seu bojo *ideias* e *valores* que se modificam no decurso do tempo, distanciam-se muito de um tratamento que se satisfaça unicamente com uma definição dicionarizada que prioriza, quando não limita totalmente, os significados vigentes do vocábulo e suas possibilidades de uso no presente, eliminando assim sua dinâmica e perdendo de vista as mudanças ocorridas.[2]

[2] Essa perspectiva de análise toma como referência a *Semântica Histórica*, área de estudos que busca reconstituir historicamente os variados sentidos e significados, bem como suas contradições, que uma palavra sofre ao longo

Pois o termo *História*, tal qual hoje o concebemos, dotado de uma perene e insolúvel ambiguidade, ganha seu estatuto anfibológico a partir do século XVIII, quando passa a ser pensado duplamente como: *eventos ocorridos no passado* (*res gestae*) e aos correspondentes *relatos sobre eventos do passado* (*historia rerum gestarum*), conforme distinção elaborada e sugerida por Hegel (1770-1831) em sua filosofia da história entre o sentido objetivo e o sentido subjetivo do termo.

O historiador alemão Reinhart Koselleck, principal referência da chamada *História dos Conceitos* (Begriffsgeschichte), afirma que a partir do século XVIII a expressão *História* passa a significar muito mais do que meramente *narrativa* e/ou *ciência histórica*. Nas suas palavras:

> (...) a História como acontecimento e sua narrativa, como destino e como informação a seu respeito, como providência e sinal a respeito, todo conhecimento de *Historie* como coletânea de exemplos para uma vida piedosa e justa, prudente e até sábia. Sem renegar todas elas, o moderno conceito de História articulou muito dos sentidos antigos.
>
> Novos significados, que antes não se conseguiam resumir linguisticamente num conceito único foram agregados: a História como processo, como progresso, como evolução ou como necessidade. "História" se transforma num amplo conceito de movimento.[3]

O moderno conceito de História é, portanto, fruto da *modernidade*, com suas contradições e ambiguidades, mas

---

do tempo. Cf. WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade.* São Paulo: Boitempo, 2007.

[3] KOSELLECK, Reinhart. *O Conceito de História.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.37.

também com seu vigoroso sentimento de que nada escapa à historicidade; de que o percurso da humanidade, seja este pensado sob a ótica iluminista de progressão inelutável rumo ao progresso universal, seja ainda como construção de trajetórias passadas que legitimam o sentimento nacional, tem na História o seu sentido máximo que une passado, presente e futuro numa perspectiva holística.[4]

Embora as considerações de Koselleck enfatizem a multiplicidade de sentidos agregados ao conceito de História, sentidos que perpassam as esferas políticas e sociais pelo menos desde o final do XVIII e que transcendem, portanto, à dimensão científica, aqui, por razões de espaço e dos objetivos dessa apresentação, nos deteremos na ambiguidade conceitual apenas no âmbito da pesquisa histórica e da normatização de seu discurso.

A necessidade de distinguir entre o *curso real dos acontecimentos*, os eventos do passado, e o *conhecimento produzido acerca de tais acontecimentos*, a escrita sobre os eventos do passado, lança luz sobre uma noção até então entendida a partir de pressupostos que manejavam o passado como uma coleção de histórias exemplares cuja primazia residia justamente no papel modelar que o passado legava ao presente, daí seu caráter de história *magistra vitae*, a mestra da vida, na famosa expressão cunhada por Cícero (106-43a.C.).

A grande transformação operada no século XVIII pela filosofia da história consistiu portanto em deslocar a noção que

[4] Para uma discussão sobre o conceito de *Modernidade* aqui utilizado, C.f. BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar.* São Paulo: Cia das Letras, 2007. 463p.; WILLIAMS, Raymond. *Política do Modernismo.* São Paulo: Unesp, 2011. 312p. Para uma crítica ao trabalho de Berman, ver: ANDERSON, Perry. *Modernidade e Revolução*. Novos Estudos N.º 14. São Paulo: CEBRAP, fevereiro de 1985. pp. 2-15.

engendrava *a*(*s*) *História(s)* numa conotação plural e dotá-la com uma concepção que passasse a exprimir uma ideia subjacente de coletivo singular, traduzida numa perspectiva de *História Universal*, comum a toda a humanidade, cuja denominação mais apropriada passa então a ser *a História*.

O século XIX reforçaria a polissemia do conceito ao soerguer em bases científicas o caráter disciplinar da História, a partir de então concebida como uma ciência, e como tal produtora de conhecimento, o que trazia a tona seu aspecto profissional e a premente exigência de uma preparação adequada para o exercício de seu ofício. Não mais bastaria para a *História* identificar-se como que unicamente com os acontecimentos do passado, era preciso designar uma prática profissional, científica, dotada de um método claro e adequado ao tratamento de seu objeto primordial: o estudo do passado dos homens.

O século XIX viu emergir, de um lado os positivistas, em defesa de uma cientificidade para a História que a equiparasse às ciências naturais em nome de uma rejeição às generalizações especulativas da filosofia da história; bem como de outro lado os esforços metodológicos dos historicistas da escola alemã na busca por uma concepção de História que abandonasse a ideia de uma *História Universal* iluminista em prol do entendimento de que não havia uma única história capaz de explicar a humanidade, mas ao contrário, cada povo, cultura, nação, possuía sua história singular.

Todavia, essa reviravolta nada insignificante que retirou da História seu caráter especulativo e generalizante e em seu lugar empreendeu uma primazia ao empírico e sua submissão a um método adequado de investigação, não implicou na perda da dicotomia do conceito de *História*, ao contrário, operou-se

ainda mais a junção entre a noção de *objeto do conhecimento* e do *conhecimento produzido acerca do objeto*, ambos os significados residindo num mesmo termo.

Mas para além dessa transformação, outra não menos importante surge no século XIX como resultado direto da emergência do estatuto científico da *História*: o protagonismo da figura do historiador. Agora profissional, formado nas universidades europeias com os rigores metódicos que a nova disciplina exige, o historiador produz uma *escrita* da História, parte de uma empresa que ao lado da pesquisa científica almeja a legitimidade do monopólio sobre os discursos acerca do passado.

O protagonismo alcançado pelo historiador dos oitocentos, no século que é apontado como o "século da História", legou ao século XX, dentre inúmeras inovações, ainda que grande parte delas tenha sido renegada pelas novas gerações de historiadores, muitas das vezes injustamente, a importância do *resultado* do seu trabalho, a obra produzida pelo historiador, ou o conjunto das obras escritas pelos historiadores. Noutras palavras, a *historiografia*.

O cenário que expõe à luz as idiossincrasias do ofício do historiador encena um combate sem tréguas contra o empirismo positivista, marca de uma história eminentemente factual, a favor de uma *história problema* cuja capacidade e eficácia de formulação do objeto residia não na História em si, em seu passado mais ou menos dado, mas nas angustias presentes do historiador, um homem imerso no seu tempo, ponto de partida para a problematização da História. Um combate, portanto, *pela História*, no dizer de um de seus mais proeminentes *combatentes*,

o historiador francês e criador do Annales, Lucien Febvre.[5]

A ênfase adquirida então pelo resultado do trabalho de investigação do historiador, sua escrita, sua obra historiográfica, é uma consequência direta da consagração do historiador como sujeito produtor de um conhecimento acerca do passado, mas um passado articulado dialeticamente ao presente, lugar de onde fala, e sobretudo, de onde formula os problemas que servirão de mote perscrutador do passado histórico. Na tradição historiográfica do século XX a historiografia passa ao primeiro plano no altar de Clio, suplantando para tanto a própria História em seu sentido meramente factual, ainda que a existência daquela tenha sua razão de ser em nome desta. Não seria nenhum exagero afirmar que se o século anterior havia sido o "século da História", o século XX foi o da *historiografia*, mas ambos os períodos devem seus epítetos ao *historiador.*

Dada a relevância adquirida pela *historiografia*, sobretudo a partir da segunda metade do século passado, uma outra modalidade de trabalho realizada pelos historiadores passa a ser a de elaborar dentro dos marcos acadêmicos, uma *História da historiografia*, ou seja, uma história que procurar dar conta de recuperar criticamente a trajetória dos modos de escrever a *História.*[6] Seja a partir do tratamento de uma dada escola ou tradição historiográfica, seja tendo como parâmetros a nacionalidade das obras ou mesmo, como é o caso desta coletânea, partindo de um determinado tema de investigação historiográfica, a *História da historiografia* é um reflexo

[5] A expressão se refere à obra: FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

[6] Para outros sentidos do conceito de Historiografia Cf. SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia: capítulos para a uma história das história da historiografia*. São Paulo: EDUSC, 2001. 336p.

inquestionável da importância que o trabalho do historiador, pois é disso que se trata, conquistou em que pese todas as polêmicas e debates pertencentes às reflexões sobre seu ofício, sua razão de ser e mesmo sua relevância para as ciências humanas.

Historiografia está sendo entendida aqui tanto em seu sentido etimológico, que significa *escrita da história*, quanto em seu sentido ampliado, como conjunto de operações que resultam do ofício empreendido pelos historiadores, o que implica em considerar as indagações e formulações de problemas, o cotejamento crítico das fontes documentais e vestígios do passado, em suma, todo o processo de tratamento metodológico e conversão desse material em uma narrativa inteligível que vislumbre a um discurso verossímil acerca de um determinado objeto historiográfico. Trata-se, portanto, de compreender a *historiografia* como o termo que designa os modos de fazer do historiador em sua totalidade processual, o que inclui além de suas práticas objetivas os aspectos concernentes à esfera subjetiva que orientam e são sobremaneira orientadas dialeticamente *na* e *pela* prática de seu trabalho.

Feitas essas breves considerações iniciais, voltemos mais pormenorizadamente ao que é o objetivo desse livro e ao tema central dessa discussão inicial que tem a grata missão de apresentar a coletânea.

Os historiadores aqui reunidos foram incumbidos da tarefa de elaborar, cada qual a partir de sua seara de reflexão, um debate historiográfico que elencasse, longe da pretensão de esgotar, os trabalhos mais relevantes e que se constituem em leituras obrigatórias das temáticas abordadas. É por conta disso um trabalho introdutório e que deve ser lido como uma espécie de plataforma a partir da qual o leitor que dele fizer uso possa alçar voos mais altos na direção de um aprofundamento cada vez

maior de seus estudos, característica inerente à formação de todo bom historiador.

Mas não é tão somente um conjunto de referências historiográficas o que os artigos aqui reunidos têm a oferecer. Trata-se também de permitir aos leitores o acesso às próprias pesquisas realizadas pelos autores, suas leituras, seus objetos e fontes de investigação e reflexão, suas problemáticas e angústias. É também de *historiografia* que estamos falando e não apenas de uma *história da historiografia* escrita por historiadores descompromissados com seu ofício.

Embora a quase totalidade dos artigos aqui presentes e que compõem os *debates* versem sobre a historiografia dalgum tema que tem como pano de fundo a história da Amazônia, esta não deve ser entendida como uma obra unicamente *sobre* a Amazônia, ainda que dela se sirva para a formulação de problematizações bem como do diálogo historiográfico estabelecido. Trata-se, pelo cotejamento ampliado dado pelos autores desta obra aos seus temas e discussões com a historiografia, de um trabalho que reúne textos e reflexões que transcendem quaisquer circunscrições espaço-temporais, característica que é parte do coletivo de docentes da Faculdade de História da Amazônia Tocantina. O leitores, estudantes de História e demais interessados, encontrarão, portanto, um rico material para se discutir variados temas sob variados enfoques, seja sobre a Amazônia e sua cartografia cultural e política paraense, ou a nossa *Tocantina*, em particular; seja sobre o Brasil do centro-sul e suas articulações dialéticas como norte do país. Corroborando com a diversidade dos estudos presentes neste livro há ainda relevante problematização do passado de Israel, tema inegavelmente presente em nossa moderna cultura ocidental de matriz judaico-cristã.

O artigo do historiador Ariel Feldman, intitulado ***Historiografia Política do Brasil Imperial*****,** evidencia bem esse aspecto. Preocupado em analisar referenciais historiográficos que tratam do Brasil Império a partir de um enfoque político, Feldman opta por discutir a contribuição de duas obras que influenciaram significativamente trabalhos posteriores que se dispuseram a pensar o Brasil dos oitocentos, sobretudo por serem trabalhos que não circunscreveram seus enfoques a temáticas específicas, mas que discutiram o Brasil Imperial tendo como preocupação uma abordagem generalizante, que procurasse dar conta do Estado brasileiro como um todo. *O tempo Saquarema*, de Ilmar R. Mattos e *O pacto imperial*, de Miriam Dolhnikoff, são submetidos pelo autor a uma crítica que pretende ressaltar os aspectos de **continuidades** e **descontinuidades** presentes em ambos os autores. Noutras palavras, trata-se de observar, como indaga Feldman, se "a obra privilegia as estruturas e práticas sociais que foram mantidas do período colonial ou privilegia as que foram modificadas? "

Partindo dessa premissa Feldman analisa as duas obras atribuindo-lhes especificidades teórico-metodológicas que são sintetizadas em duas tendências historiográficas sugeridas pelo autor: *os estudos sobre política da escravidão*, tendência inaugurada por Ilmar Mattos, e aquela denominada *institucionalista*, atribuída a Miriam Dolhnikoff. Mas o autor não se limita à análise das referidas obras dos dois historiadores. Interessado em mensurar a influência que ambos estudos exerceram em pesquisas posteriores, Feldman perpassa exemplos de trabalhos historiográficos que em alguma medida se filiaram, bem como ampliaram as ditas tendências inauguradas pelos estudos de Mattos e Dolhnikoff. Outra grande contribuição do autor remete a uma série de questões levantadas como

possibilidade de pesquisa acerca da Província do Grão-Pará no período imperial, indagações que decerto suscitarão importantes reflexões para os futuros historiadores que se dedicarem aos estudos de História Política na região, esta pensada não como recorte isolado, mas articulado ao restante do país.

A produção historiográfica e intelectual que tem como temática a importância da cultura afro-brasileira é o tema do artigo do historiador Luiz Augusto Leal, intitulado ***Historiografia da Cultura Afro-Brasileira***. Partindo da abordagem da intelectualidade atuante no movimento modernista brasileiro, Augusto Leal propõe observar as ações modernistas na Amazônia, interessado em ressaltar a aproximação dos intelectuais com a "realidade sociocultural do negro paraense". Ressaltando a heterogeneidade do movimento modernista brasileiro tendo em vista suas diversas experiências, o autor lança luz sobre a diversidade do debate também no Pará dos anos de 1920 através da reunião de intelectuais paraenses em revistas, livros, saraus e organizações literárias.

No texto do historiador Luiz Augusto Leal a perscrutação e arrolamento das produções historiográficas assumem o viés de um trabalho de investigação dos escritos de intelectuais que empreenderam verdadeiro esforço de tradução e construção de identidades culturais e políticas do negro em busca da valorização e reconhecimento da importância da cultura negra para a formação da sociedade brasileira.

Seja através de escritos literários que abordam o tema de maneira indireta, quanto aqueles que tratam explicitamente da valorização e contribuição da cultura de origem africana em artigos, como é o caso do intelectual paraense Bruno de Menezes, o historiador Luiz Augusto Leal preocupa-se em demonstrar

que as publicações literárias, oriundas de intelectuais atuantes na sociedade paraense da primeira metade do século passado, compõem um valioso material que pode ser utilizado tanto como fonte quanto como produção *historiográfica*. Esse rico material nos ajuda a problematizar as visões de mundo acerca da presença do negro na Amazônia e da valorização de sua cultura num cenário de perseguições e conflitos.

A importância da cultura negra na Amazônia é também o tema abordado pela historiadora Benedita Celeste de Moraes Pinto. Em ***Historiografia, resistência negra e formação de quilombos na Amazônia Tocantina*****,** a autora inicia seu artigo chamando a atenção para o fato de, por um longo período, pelo menos até a década de 1920, a historiografia sobre a Amazônia ter negligenciado a presença da cultura negra na região pela ênfase dada a construção de uma imagem que associava unicamente a presença indígena na formação do espaço social amazônico. Como demonstra a autora é somente a partir dos anos sessenta que ganha corpo um conjunto de trabalhos historiográficos que lançará luz sobre a presença do negro na Amazônia, enfatizando estudos que se dedicaram ao tema da escravidão negra e das práticas de resistência empreendidas pelos negros como a formação de quilombos originados de fugas de escravos de seus cativeiros.

Quando se trata do tema da escravidão e presença da resistência do negro na região tocantina da Amazônia, a ausência de estudos que evidenciassem tal relevância e mesmo cotejassem a temática se fez notar com ainda maior permanência. A historiadora nos diz que é apenas a partir dos anos noventa do século passado que começam a ser realizados trabalhos voltados especificamente para a região. Nesse novo cenário destacam-se trabalhos da própria autora, cuja obra

constitui-se já em referência para se pensar a presença coletiva dos negros escravos e remanescentes através do estudo de antigos quilombos e das hoje comunidades de remanescentes de quilombos, bem como do complexo cultural que perpassa as relações sociais historicamente vivenciadas na região do Baixo Tocantins desde o período colonial. É mediante o uso da memória desses povoados e no devido cotejamento com a historiografia produzida que a autora procura reaver a teia de relações e estratégias de sobrevivência empreendidas pelos sujeitos históricos de matriz africana em busca de autonomia e liberdade na construção de sua vivência no espaço amazônico.

A Amazônia colonial, ou mais precisamente a *Amazônia portuguesa*, surge nas reflexões do historiador Ivo Pereira da Silva, a partir da temática da Inquisição, em seu artigo ***Historiografia sobre a Inquisição na Amazônia portuguesa***. Dialogando com a historiografia sobre a Inquisição, o autor remonta aos primórdios da constituição dos Tribunais do Santo Ofício e da especificidade da Inquisição Ibérica, sobretudo a Inquisição portuguesa e a presença do *visitador,* "um inspetor de consciências" no dizer do autor, na porção colonial americana em face da ausência da instituição de Tribunais na colônia portuguesa da América.

Ivo Silva está preocupado em arrolar a historiografia que trata da visitação do Santo Ofício na Província do Grão-Pará e Maranhão, entre 1763-1772, a mais longa das "principais e mais documentadas visitações inquisitoriais ocorridas no período colonial". Apesar de destacar a existência de uma certa tradição nos estudos sobre a visitação do Santo Ofício no Brasil colonial, incluindo renomados historiadores como Anita Novisnsky, Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas e Luiz Mott, o autor chama atenção para o fato de que a produção historiográfica

sobre a atuação do Santo Ofício no Grão-Pará ainda carece de aprofundamento.

Partindo da seminal contribuição de Amaral Lapa, pioneiro nos estudos da atuação inquisitorial na Amazônia, o historiador Ivo Silva aborda o trabalho de outros estudiosos que, influenciados pelas ilações de Lapa, tem contribuído no âmbito da pesquisa acadêmica para o desnudamento da complexa relação entre a instituição católica e a Amazônia portuguesa, espaço onde havia "uma forte interação cultural entre os índios, negros e brancos", que forjava uma diversificada teia de práticas e interações religiosas de matrizes diversas, constituindo-se, portanto, num desafio para os visitadores e para os colonos brancos, os negros e os indígenas que habitavam a região nos setecentos. Nesse sentido, o artigo de Ivo Silva dá sua contribuição ao elencar uma série de questões pertinentes ao estudo do tema ao passo que se constitui numa excelente introdução historiográfica acerca da presença e atuação do Santo Ofício na Amazônia colonial.

O *mundo rural amazônico* a partir das obras de cunho historiográfico, mas não restritas ao trabalho de historiadores, que pensaram a questão sob o enfoque da ocupação agrícola da região, constitui-se no mote principal de abordagem do historiador Francivaldo Alves Nunes.

Em ***Historiografia da Agricultura na Amazônia***, Francivaldo Nunes está interessado em deslindar através da historiografia perscrutada os usos da terra e o processo de ocupação agrícola da Amazônia. O autor parte da chamada "moderna historiografia brasileira", datada da década de 1930, com intuito de mapear as décadas posteriores em busca de uma série de constructos científicos que traçaram suas visões acerca do processo de ocupação agrícola da Amazônia.

Nunes não se limita a um mero cotejamento de obras historiográficas. O historiador delineia sua análise tendo como premissa que a produção historiográfica é também formuladora de discursos permeados por concepções e visões de mundo que corroboram para que sejam forjadas imagens naturalizadas acerca da ocupação da Amazônia, o que está estritamente relacionado ao papel histórico relegado à região no âmbito das políticas públicas de colonização e do suposto desenvolvimento formulado por agências estatais.

É justamente nessa seara que o autor contribui de maneira significativa para o debate ao permitir que o leitor possa vislumbrar uma rica possibilidade de análise da bibliografia tratada, tomando-a, para além de sua relevância como fonte de informação histórica sobre o tema abordado, como prática discursiva construtora de visões e projetos de intervenção no espaço rural amazônico. É nesse sentido que ganha em relevância a constatação do autor de que, "aos que se aventuram em analisar o mundo rural amazônico, constitui-se como necessário o entendimento sobre o que se disse sobre ele."

Também preocupado em abordar a Amazônia rural, mas dando ênfase à luta pela terra na região, o historiador Elias Diniz Sacramento volta sua análise para a historiografia do conflito pela terra na Amazônia. Em seu artigo, ***Historiografia dos conflitos pela terra na Amazônia***, Sacramento divide sua abordagem em três momentos: as décadas de 1980 e 1990, e o século XXI. O autor arrola uma serie de autores, dentre os quais os chamados clássicos, como Otavio Ianni e José de Souza Martins, que trataram direta ou indiretamente do tema da luta pela terra na Amazônia. O Pará é priorizado pelo autor em diferentes regiões, reforçando a visão de que a violência no campo esteve – e ainda está – disseminada por vastos espaços da Amazônia paraense.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é tratada por Sacramento como importante fonte para o mapeamento dos conflitos de terra na região, seja pelo permanente material produzido pela entidade católica, seja pelo seu engajamento na luta contra a violência no campo.

Uma questão que não escapará ao leitor é a maneira como o autor lida com o fato de tratar da *história do tempo presente*. Terreno delicado para os historiadores por se tratar muitas das vezes de temas contemporâneos ao próprio pesquisador, a difícil tarefa de pesquisar e escrever sobre o tempo presente se configura no artigo do historiador Elias Sacramento sem rodeios. O autor assume deliberadamente sua posição ante a violência praticada no campo contra os trabalhadores rurais, o que fica claro tanto pela linguagem adotada quanto pela análise da historiografia arrolada.

O historiador José do Espírito Santo Dias Jr. traz um instigante debate sobre o tema da História Cultural e da temática da cultura popular nos estudos historiográficos. O autor reconstitui o cenário de surgimento e desdobramento dos estudos culturais com o intuito de demonstrar o quanto a temática foi influente na historiografia a partir da segunda metade do século XX.

José Jr. elabora um texto que se constitui como uma excelente introdução à temática da História Cultural. A partir desse tema maior o autor destaca o conceito de *cultura popular*, ou *cultura do povo*, como o autor também denomina essa variante do campo de discussões da História Cultural. Propondo "um passeio pela cultura popular", José Dias Jr. revê o debate acercas das dicotomias entre o 'popular' e o 'erudito', àquilo que segundo as ambivalências pertinentes ao debate constrói uma imagem polarizadora que exclui por antagonismos aspectos pertencentes a uma ou outra manifestação cultural.

Ressaltando o caráter problematizador que uma tomada de consciência acerca da ambivalência da cultura popular traz para o debate, Dias Jr. dialoga com um rico e variado elenco de autores das ciências humanas que se propuseram a pensar o âmbito do popular a partir de suas próprias produções, mas sem entende-las, e esse é o ponto central do debate, enquanto esfera autônoma dissociada de relações que tanto contribuem para modificar quanto provocam mudanças. Os leitores encontrarão aqui um ótimo artigo que lhes servirá de estímulo para aprofundar suas reflexões teóricas nessa que é uma área profícua de estudos a serem realizados.

Como abordar sob o ponto de vista de uma *história da historiografia* um tema cuja presença de historiadores é considerada coadjuvante? É partindo dessa indagação que o historiador Josué Berlesi procura dar conta da temática historiográfica do Israel antigo. O autor aponta para o século XIX como momento de gênese da dita temática a partir de um cotejamento que remete aos estudos bíblicos realizados no âmbito das reflexões teológicas. Berlesi ressalta a presença de matrizes críticas e conservadoras de tais estudos, lamentando entretanto, que as produções denominadas conservadoras tenham obtido predominância em comparação com uma produção de viés crítico. Por estudos conservadores o autor entende aqueles que realizaram reflexões sobre o texto bíblico de forma acrítica, o que noutras palavras significa dizer que dedicaram à narrativa bíblica uma interpretação que partia do pressuposto da inviolabilidade do caráter divino das escrituras, não por acaso dotadas de um conteúdo sagrado que transcendia sua historicidade.

Mas o mais grave problema que advém da leitura conservadora dos escritos bíblicos para a historiografia, sobretudo a de Israel, diz respeito à leitura que associa

estritamente os textos hebraicos à própria História de Israel, como se traduzissem por meio de uma narrativa linear e recheada de intervenções supralunares o percurso histórico dos hebreus. Há aqui, segundo essa perspectiva, a correlação direta entre verdade – uma verdade inquestionável posto que *revelada* – e História que transcende a verificação empírica; uma verdade, portanto, que se evidencia por si só.

Os argumentos do historiador Josué Berlesi nos reportam à necessidade imperiosa de não esquecermos da premissa de que a História é *feita* por homens e mulheres reais, sujeitos históricos concretos, e que todas as manifestações no campo do *extra-humano* precisam ser abordadas dentro dessa materialidade, sob risco de criarmos uma serie de incompreensões ao atribuirmos ao que é próprio da humanidade em sua atuação histórica no decurso do tempo explicações que remetem ao *sobrenatural.*

Fazendo uso de uma linguagem incisiva e pouco ou nada disposta a alimentar dúvidas quanto a necessidade de distinção entre uma postura científica, própria de historiadores, e uma postura confessional, não condizente com aquela que deve orientar as pesquisas historiográficas, Berlesi vai direto ao ponto nodal de seu artigo: uma pesquisa racional acerca do passado histórico de Israel deve estar pautado pela seriedade e compromisso com as evidências empíricas a despeito de quaisquer contrariedades que possam causar desconforto àqueles que devotam a crença nas *sagradas escrituras.*

Defendendo o diálogo permanente com a arqueologia como suporte imprescindível para a realização de investigações historiográficas dispostas a perscrutar o passado das sociedades *vétero-israelitas*, Josué Berlesi ressalta a importância das escavações arqueológicas como meio eficaz de se remover as

incongruências presentes na narrativa bíblica. Deve-se deixar claro, entretanto, que as críticas formuladas pelo autor voltam-se não para uma relação confessional com o texto judaico, mas com o equívoco de tomá-lo como referência exclusiva e, o que é mais grave, absoluta e inviolável, de uma história que deve ser entendida como resultado das ações humanas. Em suma, trata-se de uma defesa da historiografia e da prática historiográfica em face dos riscos que uma leitura acrítica da fonte bíblica, argumento válido para todo tipo de fonte, venha sobrepujar a busca pela veracidade, aqui corretamente entendida enquanto substrato material das atividades de homens e mulheres.

É chegada a hora de concluir essa apresentação e deixar que o leitor inicie assim a leitura dos artigos que seguem. Essa breve introdução objetivou apresentar os textos aqui presentes e longe de pretender tratar de todas as problematizações contidas nos artigos buscou traçar um primeiro contato dos leitores com as reflexões dos historiadores que compõem esta obra. A devida interação, interpretação e diálogo serão decerto realizados no contato direto do leitor com os artigos.

Antes, porém, de dar voz a nossos autores, deixem-me refletir ainda sobre uma questão. É comum no meio acadêmico e nas publicações especializadas em História a afirmação, não sem uma certa dose de pertinência, de que o historiador não reflete sobre seu ofício, de que teria desde muito abandonado essa tarefa, relegada de bom grado à filosofia da história, seara de reflexões de cunho epistemológico.

Essa assertiva tem ela própria a sua história com nuances que, ora se configuram numa rejeição eivada de críticas, mas que não se priva de pensar alternativas que mantenham a preocupação em refletir sobre os procedimentos adequados

de trabalho do historiador, ora se configuram como abandono consciente de quaisquer possibilidades de se abrir uma brecha no árduo trabalho de investigação realizado pelo historiador para tratar de questões que dizem respeito à epistemologia da história, como aquelas que tratam mais diretamente do pensar a natureza mesma do conhecimento histórico.

O século XIX, quando a história científica abominou as especulações filosóficas do século anterior, produziu todo um arsenal crítico de cotejamento das fontes, de métodos científicos de investigação, não deixando assim de pensar os procedimentos práticos da disciplina, mas esse movimento pôs em segundo e quase esquecido plano, reflexões acerca da natureza do conhecimento historiográfico. O Século XX acirrou esse distanciamento a tal ponto que o historiador passou a recusar peremptoriamente e de maneira engajada toda e qualquer dedicação a questões que passassem pela esfera epistemológica. Caberia a filosofia da história, essa área das ciências humanas sempre acusada de especulativa e abstrata demais, a tarefa inglória de empreender suas tintas no exercício das reflexões sobre a teoria da história. O historiador deveria pesquisar, pois homem de arquivo que sempre foi não poderia perder tempo com ilações filosóficas, ainda que estas se justificassem por serem próprias de sua disciplina.

Bom, a consequência mais imediata dessa *démarche* foi o distanciamento cada vez maior entre a prática da pesquisa e as reflexões inerentes a ela. Noutras palavras, a uma separação ou quase oposição entre o método e a teoria. Prova disso verifica-se no pouco domínio que os alunos de graduação em história, quiçá nos de *pós*, tem com a reflexão teórica, relegada cada vez mais a um nicho curricular pouco aprazível e vista como maçante demais para ser levado a sério.

Essa introdução em conjunto com os artigos presentes nesse livro tem também o objetivo de suscitar nos jovens estudantes de História uma maior atenção para os aspectos teóricos que permeiam sua disciplina. Ainda que este não seja um espaço de discussões teóricas, pela natureza mesma dos textos aqui presentes, incitamos aqueles que desses escritos tomarem parte a olhar com atenção para a dimensão teórica das reflexões contidas nos trabalhos historiográficos dos historiadores em tela. Se conseguirmos atinar em nossos leitores ao menos a preocupação com essa questão teremos decerto atingido nosso primeiro, mas não único objetivo.

HISTORIOGRAFIA POLÍTICA DO BRASIL IMPERIAL

Ariel Feldman[1]

Desde a publicação da tese de José Murilo de Carvalho, em 1980, muito provavelmente os livros de história política que versam sobre a formação do Brasil imperial que mais repercutiram no mundo acadêmico foram *O tempo Saquarema*, de Ilmar R. Mattos, publicado pela primeira vez em 1987, e *O pacto imperial*, de Miriam Dolhnikoff, publicado em 2005. Possivelmente, essas são as duas obras escritas nas últimas décadas mais citadas em dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos especializados sobre o tema. *O pacto imperial* e *O tempo Saquarema* tornaram-se leituras praticamente obrigatórias para quem pretende pesquisar a organização política do império brasileiro em seu período de formação, isto é, na primeira metade do século XIX.[2]

Esse texto tem como primeiro objetivo analisar, brevemente, essas duas obras. Será realizada, então, uma síntese das principais ideias defendidas pelos autores, tendo como meta situar o leitor

[1] Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2013), Mestre (2006) e graduado (2003) em História pela Universidade Federal do Paraná. É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da UFPA/ Cametá.

[2] José Murilo de Carvalho publicou sua tese em duas partes separadas e depois as juntou em 1996. CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro de Sombra.* A política Imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ / Relume-Jumara, 1996. DOLHNIKOF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005. MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema.* A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

não iniciado em história política do Brasil imperial. Para guiar nossa reflexão, dois aspectos serão levados em conta. O primeiro é verificar se a obra em análise privilegia as **continuidades** ou as **descontinuidades**. A obra privilegia as estruturas e práticas sociais que foram mantidas do período colonial ou privilegia as que foram modificadas? O segundo aspecto que levaremos em conta é a importância que os autores atribuem à corte, isto é, ao Rio de Janeiro, no processo de consolidação do Estado nacional brasileiro. Qual o peso do Rio de Janeiro (e redondezas) na formação do Estado Brasileiro? Qual o grau hierárquico estabelecido entre o centro (Rio de Janeiro e redondezas) e as partes (províncias)?

Como segundo objetivo, pretendemos responder a uma pergunta: essas duas obras representam hoje tendências historiográficas? Em outras palavras: essas duas obras são, atualmente, portadoras de concepções teóricas que orientam a formação de diretrizes para a pesquisa histórica?

Antes de passar à parte central desse texto, cabe um questionamento: porque essas duas obras tiveram grande repercussão no meio acadêmico? É uma pergunta muito difícil de ser respondida. Em primeiro lugar, essas obras foram produzidas no Rio de Janeiro (*O tempo Saquarema*) e em São Paulo (*O pacto imperial*). Obviamente isso facilitou a divulgação e a aceitação dessas obras. Afinal, elas foram produzidas nos dois principais polos econômicos, culturais e acadêmicos do Brasil. Contudo, esse não é o principal motivo pelo qual essas duas obras são hoje referência. Desde 1970, os estudos históricos sobre a política imperial tornaram-se muito específicos. A maioria das pesquisas aborda um tema exclusivo, tem um recorte cronológico bem delimitado e lança o olhar sobre uma determinada localidade do Brasil. Coloco a minha dissertação de mestrado como exemplo

dessa tendência. Minha dissertação tinha como tema a formação dos espaços públicos de discussão política, mais especificamente, a formação da imprensa livre e do jornalismo panfletário. O recorte cronológico da minha pesquisa foi o período regencial (1831-1840). Por fim, minha dissertação lançou o olhar apenas sobre a província de Pernambuco. Em suma, trata-se de um estudo histórico muito bem delimitado.[3]

As obras de Miriam Dolhnikoff e Ilmar Mattos, contudo, são muito mais abrangentes. Elas lançam um olhar sobre toda a estrutura política (no caso da primeira) e político-social (no caso da segunda) brasileira. *O tempo Saquarema* e *O pacto imperial* procuram entender a formação do Estado brasileiro como um todo. São obras generalizantes. Em uma época na qual estudos específicos dominam o universo acadêmico, é natural que bons trabalhos com uma visão mais abrangente sobre a sociedade repercutam e se tornem referência. A pesquisa histórica está carente de estudos mais gerais. Talvez isso explique a importância dessas duas obras.

O tempo Saquarema: Estado e classe social

Primeiramente, cabe repetir as perguntas feitas acima: a obra de Ilmar Mattos privilegia as continuidades ou as descontinuidades? *O tempo Saquarema* privilegia as estruturas e práticas sociais que foram mantidas do período colonial ou privilegia as que foram modificadas? A análise de Mattos tem seu foco na mais sombria herança do período colonial: a escravidão.

Durante a Era das Revoluções (1776-1848) – Revolução Francesa e Industrial – praticamente toda a América tornou-se

[3] FELDMAN, Ariel. *O império das carapuças:* espaço público e periodismo político no tempo das regências (1831-1842). Dissertação de Mestrado (História). Curitiba, UFPR.

independente.[4] Boa parte dessas novas nações que surgiram em nosso continente acabou com a escravidão.[5] Só o Brasil, a parte sul dos Estados Unidos e Cuba (que ainda era colônia espanhola) continuaram a utilizar o trabalho escravo. Os Estados do sul da federação norte-americana, contudo, não mais traficavam escravos desde 1807. Dessa forma, durante o século XIX, apenas o Brasil e a Espanha (Cuba) continuaram a explorar o comércio transatlântico de seres humanos. Trata-se de uma terrível particularidade da sociedade brasileira oitocentista.

Por que essa sobrevivência incomum da escravidão e do tráfico de almas no Brasil? Em parte, a obra de Ilmar tenta explicar isso.

Durante a década de 1830 o café ultrapassou o açúcar, tornando-se o principal produto que o Brasil exportava para o mundo. Na década de 1850, o café já significava 48,8 % da pauta de exportação brasileira, enquanto o açúcar, em segundo lugar, significava apenas 21,2 %.[6] A produção cafeeira tinha um lugar central, o vale do rio Paraíba do Sul, que nasce em São Paulo, passa por regiões de Minas Gerais e tem o final de seu curso no Rio de Janeiro. Mesmo com uma lei nacional, de 1831, que proibiu o comércio transatlântico de escravos, o Brasil continuou a importar africanos. A partir de 1837, traficou em uma quantidade nunca antes vista, nem mesmo no período colonial. Mais da metade desses africanos tinha um destino: as

[4] O trabalho clássico sobre a Era das Revoluções é o de HOBSBAWM, Eric J.. *A Era das revoluções (1789-1848*). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

[5] A análise mais completa sobre o fim da escravidão durante a Era das Revoluções é a de BLACKBURN, Robin. *A queda do Escravismo Colonial*: 1776-1848. Rio de Janeiro: Record, 2002.

[6] Sodré, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*, apud. MATTOS, Ilmar R. De; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O império da boa sociedade:* a consolidação do Estado imperial brasileiro. São Paulo: Atual, 1991p. 49.

fazendas de café do vale do Paraíba.

Para Ilmar Mattos, portanto, a formação do Estado brasileiro está diretamente relacionada com a escravidão e a produção de café no vale do Paraíba. Para Mattos, um grupo de políticos, denominados de saquaremas, assume a direção do Estado imperial a partir de 1837. Desde então, eles se tornam os principais ministros, aliam-se aos mais influentes senadores e aos mais eloquentes deputados. Para o autor, os Saquaremas definiram o rumo e a forma do Estado e da sociedade brasileira oitocentista. Esse grupo ascendeu politicamente dentro da província do Rio de Janeiro, usando a experiência adquirida na administração provincial para dirigir a nação. O núcleo central desse agrupamento ficou conhecido como trindade Saquarema: Joaquim José Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai, e Eusébio de Queirós. Eram todos políticos fluminenses.

Incialmente, esses políticos foram chamados de *regressistas*. A partir da década de 1850, já eram conhecidos como o Partido Conservador. Para Mattos, não importava quem estivesse ocupando os ministérios, as ideias do Partido da Ordem (outra nomenclatura dos *regressistas*) iriam ditar o rumo da política imperial. Foi estabelecida, segundo o autor, uma hierarquia entre os conservadores e liberais. Para Ilmar R. Mattos, os liberais, também conhecidos como *luzias*, quando estiveram em posse do poder, governaram de acordo com os princípios saquaremas. Sobretudo a partir de 1842, quando os *saquaremas* derrotaram os *luzias* em um conflito armado que eclodiu em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, estabeleceu-se uma relação hierárquica entre esses dois partidos. Não importava quem estivesse no poder, os princípios dos *saquaremas* iriam

ditar os rumos da política imperial. Mas que princípios seriam esses?

Segundo Ilmar Mattos, o Estado imperial, a partir de 1837, governou defendendo os interesses de uma classe social, a classe senhorial. Eram os grandes proprietários de terras e escravos. O Estado deveria ser forte o suficiente para sufocar as rebeliões que eclodiam em todo o Brasil: a Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Praieira, em Pernambuco e a revolta liberal, em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado deveria garantir, através de sua autoridade, a ordem interna. Mas para quem o Estado estava garantindo a ordem? Para a classe senhorial, para os grandes proprietários de terra. No esquema proposto por Mattos, Estado significava autoridade, ordem. A grande propriedade (chamada pelo autor de Casa) deveria gozar de liberdade. Liberdade para conduzir a produção escravista sem sobressaltos, sem ameaças. O Estado, dessa forma, deveria controlar a anarquia das ruas, debelar as revoltas, em prol da liberdade dos grandes proprietários, em prol da classe senhorial.

Dessa forma, respondemos à primeira pergunta que fizemos. *O tempo Saquarema*, de Ilmar Mattos, privilegia as estruturas e práticas sociais que foram mantidas do período colonial. Ao bem da verdade, para o autor, as práticas coloniais foram reinventadas, porque nacionalizadas. Mattos dedica um terço de seu livro para explicar o fenômeno que ele chamou de "restauração da moeda colonial". Em outros termos, ele procura explicar a reinvenção/manutenção de um sistema baseado na grande propriedade, na agricultura de exportação e na exploração da mão de obra escrava.

Passemos agora à segunda pergunta que fizemos. Qual a importância que Ilmar Mattos atribui à corte, isto é, ao Rio

de Janeiro, no processo de consolidação do Estado nacional brasileiro? Para o autor, apenas um Estado centralizado no Rio de Janeiro com força e autoridade garantiria a hegemonia de uma classe social, a classe senhorial. A trindade saquarema era composta por políticos fluminenses. O centro econômico do império estava nos arredores da Corte, isto é, estava nas plantações de café do vale do Paraíba. O centro político também estava no município neutro do Rio de Janeiro (comparado ao que hoje conhecemos como Distrito Federal). Para Mattos, depois das reformas legislativas que os *regressistas* fizeram, entre 1837 e 1842, o governo central acumulou enorme poder. Segundo o autor, os ministros tinham a capacidade de influenciar o processo eleitoral em todo o império e garantir a maioria na Câmara dos Deputados. Além disso, o governo, isto é, os ministros, nomeavam, por efeito cascata, as principais autoridades do sistema judiciário e policial das províncias. Em outro texto, publicado recentemente, Mattos formulou a ideia de "expansão para dentro". Se os impérios tradicionais tinham como característica o expansionismo militar e territorial, o império brasileiro expandiu-se para dentro. Em outros termos, a unidade do Brasil foi forjada do Rio de Janeiro em direção às províncias. Como bem frisou Mattos, "impossibilitado de expandir suas fronteiras, o Estado imperial era obrigado a empreender uma expansão diferente: **uma expansão para dentro** [grifos do autor]"[7]

Miriam Dolhnikoff e o estudo das instituições políticas

Para analisar, em linhas gerais, a obra *O pacto imperial,*

[7] MATTOS, Ilmar R.. "Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política". *Almanack Brasiliense*, vol 1, maio de 2005, p. 26. [Disponível on-line]

começaremos pela segunda pergunta: qual o grau hierárquico estabelecido entre o centro (Rio de Janeiro e redondezas) e as partes (províncias) no arranjo político imperial? O próprio subtítulo da obra – "as origens do federalismo no Brasil" – indica a resposta.

Para Dolhnikoff, uma das essências da organização política do Brasil, no século XIX, está na existência de um Estado de tipo federalista. A historiografia, tradicionalmente, e aí se incluem Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho, postulou que, a partir das reformas legais empreendidas pelos *regressistas*, o Estado brasileiro tornou-se unitário. Em um Estado unitário, as decisões – legislativas, executivas e judiciárias – emanam apenas de um centro de poder. Segundo Dolhnikoff, contudo, as reformas *regressistas* não acabaram com uma instituição criada em 1834 pelo Ato Adicional, as Assembleias Provinciais. A segunda grande reforma que a constituição outorgada em 1824 sofreu – a lei de interpretação do Ato Adicional (1841) – não modificou, segundo a autora, a essência do arranjo federativo estabelecido em 1834. Segundo Dolhnikoff, o que ocorreu foi a centralização do poder judiciário, não a centralização do poder legislativo. As Assembleias Provinciais continuaram, até o fim do império, com poder para legislar e instituir impostos. Dessa forma, os poderes legislativos provinciais poderiam criar empregos e gerenciar obras públicas. A autora conclui, portanto, que as províncias tiveram, ao longo do século XIX, relativa autonomia legislativa e administrativa, o que caracteriza a existência de um Estado de tipo federativo. Havia uma divisão de competências entre o centro (o Rio de Janeiro) e as partes (Pernambuco, Bahia, Pará etc.).

Ademais, acrescenta Miriam Dolhnikoff, as elites políticas provinciais poderiam negociar vantagens na Câmara dos

Deputados. As bancadas provinciais encontravam, no legislativo central, um amplo espaço para reivindicar questões de interesse local.

A obra de Ilmar Mattos tem preocupação central de entender a relação entre uma **classe social** e a formação do Estado. A historiadora paulistana, por sua vez, foca sua pesquisa no estudo do funcionamento das **instituições políticas**. Dito isso, podemos fazer nosso segundo questionamento: a obra de Dolhnikoff privilegia as estruturas e práticas sociais que foram mantidas do período colonial ou privilegia as que foram modificadas?

Tendo em mente que a obra da autora tem seu foco no estudo das instituições políticas, é nítido que seu foco está muito mais nas descontinuidades do que nas continuidades. Recentemente, Dolhnikoff vem verticalizando seus estudos no funcionamento do sistema representativo no Brasil do século XIX. Ao contrário do que diversos historiadores postularam, ela acredita que a política oitocentista brasileira foi, de fato, regida pelos princípios do sistema representativo. Segundo a autora, é anacrônico tentar enxergar os princípios do sistema representativo do século XX no XIX. Para a autora, a existência do poder moderador nas mãos do imperador não descaracterizava os princípios da representatividade. Caso o monarca optasse por dissolver a Câmara dos Deputados, salienta a pesquisadora, ele não poderia governar sem os representantes eleitos, pois seria preciso convocar novas eleições. Essa prática, a do monarca dissolver a representação nacional, foi pioneiramente prevista por um pensador que ajudou a formular as bases teóricas do moderno sistema representativo, o francês Benjamim Constant (1767-1830). As práticas eleitorais clientelistas – prossegue Dolhnikoff – também não descaracterizam o funcionamento do

sistema representativo. Para ela, tais práticas foram comuns em qualquer nação ocidental do século XIX. [8]

Dessa forma, Miriam Dolhnikoff acredita que as instituições políticas do império brasileiro estão dentro do padrão das nações pós-revolucionárias. Em outras palavras, as instituições políticas consagradas pela Revolução Francesa e demais revoluções atlânticas existiram e tiveram pleno funcionamento no Brasil do século XIX. Existiu um sistema eleitoral que selecionava representantes do povo para legislar. Segundo a autora, o poder legislativo, composto por esses representantes eleitos, ocupou uma posição central dentro da engrenagem política imperial, tanto o poder legislativo central (Câmara dos Deputados e Senado), como o legislativo local (Assembleias Provinciais).

Já tendo sintetizado as principais ideias dos dois autores, é preciso responder às perguntas que fizemos no início desse texto. Essas duas obras representam hoje tendências historiográficas? Essas duas obras são, atualmente, portadoras de concepções teóricas que orientam a formação de diretrizes para a pesquisa histórica?

A tendência institucionalista

A obra de Miriam Dolhnikoff não fundou uma tendência historiográfica. Contudo, ela representa uma tendência. As formulações da autora, por conta de sua clareza e da argumentação bem construída, foram capazes de sintetizar de forma exemplar uma tendência da historiografia atual. Chamaremos essa tendência de *institucionalista*.

[8] A autora formula com mais clareza essas ideias nesse artigo: DOLHNIKOF Miriam. "Império e governo representativo: uma releitura". *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, Jan./Abr. 2008. [disponível on-line]

O que entendemos por tendência historiográfica? Não se trata de uma escola historiográfica, com pressupostos rígidos, dentro da qual se pode observar um conjunto de pesquisadores bem definidos. Não se trata, também, de uma linha de diretrizes teórico-metodológicas intransigente. É possível afirmar que existe uma tendência historiográfica quando alguns aspectos comuns são encontrados em uma série de pesquisas. Existe uma tendência historiográfica quando uma série de trabalhos acadêmicos partilha de alguns pressupostos. E qual são os aspectos comuns que permeiam a tendência *institucionalista?* Quais são os pressupostos que essa tendência partilha?

Em primeiro lugar, essa tendência privilegia o estudo das instituições políticas brasileiras, dando ênfase ao caráter de ruptura que elas estabeleceram. Trata-se de estudar de que forma o aparato político característico de um período de intensas transformações – a Era das Revoluções – foi institucionalizado no Brasil. Em segundo lugar, essa tendência historiográfica busca verificar quais foram as novas práticas sociais que essas instituições geraram. Em outras palavras, de que forma essas instituições modificaram a vida das pessoas que viveram no Brasil da primeira metade do século XIX?

Ora, é preciso entender qual a importância da tendência *institucionalista* no tradicional movimento pendular do conhecimento histórico. Movimento pendular? O que seria o movimento pendular do conhecimento histórico? Como um pêndulo, o conhecimento histórico costuma oscilar, de um lado para o outro. Se durante muito tempo os historiadores postulam algo como verdade, é natural que a próxima geração de historiadores questione essa verdade. Vejamos um exemplo. Entre as décadas de 1950 e 1970 foi postulado, por um conjunto

de historiadores, que a principal responsável pela eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870) havia sido a Inglaterra. Nas últimas décadas, contudo, os historiadores tem feito um tremendo esforço para derrubar essa visão e provar que a principal causa da guerra foram questões de política internacional internas dos países que ocupam a bacia do rio da Prata (Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai).[9] Normalmente, quando um grupo de historiadores repete por muito tempo uma formulação, a geração seguinte tende a questionar essa formulação.

Grosso modo, entre a década de 1950 e 1970, muitos historiadores não achavam importante estudar a fundo as mudanças políticas que as revoluções atlânticas trouxeram ao Brasil. Esses estudiosos acreditavam que as permanências econômicas – o latifúndio, a agricultura de exportação e a escravidão – ofuscavam qualquer tipo de mudança política que tivesse ocorrido na primeira metade do século XIX. Por que aprofundar os estudos das instituições políticas se as estruturas econômicas permaneceram as mesmas? – questionavam esses pesquisadores. Por exemplo, Nelson Werneck Sodré escreveu, em 1965, que "a aliança entre latifúndio, de um lado, e da expansão pré-imperialista e, depois, imperialista [da Inglaterra], de outro lado, constituiu a base do desenvolvimento histórico brasileiro (...)" no século XIX.[10] Assim, se a base do desenvolvimento histórico brasileiro foi, segundo Sodré, a aliança entre o imperialismo inglês e o latifúndio escravista brasileiro, não era

[9] Conferir o debate entre esses dois autores: AMAYO. Enrique. "A Guerra do Paraguai e perspectiva histórica", in: *Estudos Avançados,* 9 (24), 1995, pp. 255-268; BETHELL, Leslie. "O imperialismo britânico a Guerra do Paraguai", in in: *Estudos Avançados,* 9 (24), 1995, pp. 269-285. [ambos disponíveis on-line]

[10] SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p.2.

importante aprofundar os estudos das instituições políticas, pois estas estariam subordinadas a estruturas econômicas.

Dessa forma, parte da historiografia, sobretudo no contexto da Guerra Fria, não realizou estudos verticalizados sobre as instituições políticas imperiais, porque estas eram consideradas aspecto de menor importância dentro de uma sociedade escravista. A existência da escravidão, dessa forma, deslegitimava a realização de pesquisas sobre o advento do liberalismo no Brasil do século XIX. Essas interpretações, fortemente influenciadas por um economicismo reducionista, postulavam que as ideias liberais no Brasil oitocentista eram "ideias fora do lugar". Essa expressão foi consagrada pelo crítico literário Roberto Schwarz, em artigo publicado em 1973 que teve enorme repercussão na década de 1980.[11]

Contudo, a tendência *institucionalista* vem, nas últimas décadas, tentando reverter esse quadro. Atualmente, dezenas de pesquisas procuram enfatizar as profundas mudanças políticas pela qual a sociedade brasileira passou de 1820 a 1850. Vejamos alguns exemplos.

Além da já citada obra de Miriam Dolhnikoff, outra obra paradigmática dessa tendência que estamos chamando de *institucionalista* foi publicada em 2009 por Andréa Slemian, *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. O trabalho de Slemian busca explicar como se construiu a "legitimidade daquele que seria um dos palcos mais importantes da vida política moderna ao longo dos Oitocentos: o Parlamento". Ainda segundo a autora, "o papel do Paralamento [Câmara dos Deputados e Senado] como lugar

[11] SCHWARTZ, Roberto. "As idéias fora do lugar", in: Idem. *Ao vencedor as batatas:* forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.

dos "representantes da nação (...) era, à época, um dos pilares de uma verdadeira crença liberal de que a racionalização das formas de funcionamento dos governos poderia atender aos interesses dos indivíduos na composição de uma sociedade que igualasse os homens perante a lei".[12] Dessa forma, a obra de Slemian preocupa-se em demonstrar a centralidade que a lei e o processo legislativo tiveram na formação do Estado nacional brasileiro.

Tal preocupação estimulou e ainda estimula uma série de pesquisas que verticalizam sua atenção na atuação dos deputados e senadores. Citemos apenas um exemplo, relativo à província do Grão-Pará. André Roberto de Arruda Machado relacionou um evento político de suma importância ocorrido na longínqua província do Grão-Pará – o golpe que depôs o visconde de Goiana, em 1831 – à atividade parlamentar desenvolvida na plenária da Câmara dos Deputados e do Senado. A historiografia, até então, não associava a deposição do presidente da província, o citado visconde, às querelas parlamentares ocorridas no Rio de Janeiro.[13] Dessa forma, o parlamento vem sendo um espaço privilegiado pelas pesquisas recentes.[14] Os Anais do Parlamento,

[12] SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis*: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Hucitec, 2009, p. 23 [a tese que originou o livro, com título idêntico, está disponível on-line].

[13] MACHADO, André Roberto de A. "O fiel da balança: o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará". *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 195-241, jan./jun. 2011.

[14] Os trabalhos abaixo relacionados enxergam o parlamento como uma peça central dentro da engrenagem política do Brasil no Século XIX: BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato:* Deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1999; CRUZ, Fábio Santiago Santa. *Em busca da conciliação:* ideias políticas no parlamento do Império do Brasil (1831-1855). Tese de doutorado (História). Brasília: UnB, 2008 [disponível on-line]; MACHADO, André Roberto de Arruda. "As

documentação que contém os discursos que os senadores e deputados proferiram na plenária, tornam-se uma fonte privilegiada para a realização de pesquisas históricas.[15]

Estudos sobre política da escravidão: uma nova tendência

Muito recentemente, alguns estudos vem buscando relacionar a política levada a cabo dentro das instituições políticas liberais e a formação da classe senhorial. Esses estudos focam sua análise nas instituições liberais, notadamente imprensa e parlamento. Assim, por um lado, esses estudos absorvem as preocupações da tendência que chamamos de *institucionalista*, porque seu objeto de pesquisa são as instituições e espaços políticos surgidos no mundo ocidental durante a Era das Revoluções (1789-1848). Esses estudos, por outro lado, utilizam como ponto de partida para suas análises algumas ideias pioneiramente defendidas por Ilmar R. Mattos em *O tempo Saquarema.* Esses estudos partem do pressuposto que uma classe social, a classe senhorial, estabeleceu estreitos vínculos com o Estado, que governou buscando manter a hegemonia de tal classe. Em suma, essa nova tendência historiográfica mistura aspectos da tendência *institucionalista* com as ideias de Ilmar R. Mattos.

Em 2009, Tâmis P. Parron defendeu dissertação de mestrado

'reformas em sentido federal'. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional." *Revista Estudos Amazônicos* (Belém). Vol. IV, n° 1, 2009 [disponível on-line]; NEEDELL, Jeffrey. *The party of order*: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871. Stanford: Stanford University Press, 2006 [disponível on-line].

[15] Os anais da Câmara dos Deputados encontram-se on-line em www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/pesquisadiariosanais.html. Os anais do senado imperial também encontram-se on-line, no site www.senado.gov.br

intitulada *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*.[16] Tal dissertação foi publicada em forma de livro em 2011.[17] Esse autor procurou demonstrar que a lei de novembro de 1831, que acabou com o tráfico negreiro, não foi uma "lei para inglês ver". Foi uma legislação aprovada pelo parlamento brasileiro, a qual não apenas ratificou os termos do tratado celebrado com a Inglaterra em 1826, como acrescentou artigos que faziam dela um instrumento ainda mais eficaz no combate ao tráfico de escravos. Enquanto o tratado anglo-brasileiro previu punições apenas aos navios negreiros apreendidos em alto-mar e o julgamento da embarcação pega em flagrante, a lei brasileira declarou livre todo escravo desembarcado depois de novembro de 1831 e ampliou a possibilidade de punição aos fazendeiros implicados no contrabando. A legislação de 1831 foi, portanto, uma tentativa do parlamento de afirmar a soberania nacional brasileira perante os ingleses.[18]

O dado mais conclusivo que demonstra a efetividade da lei foi a queda do número de africanos desembarcados no Brasil entre 1831 e 1835. Foram introduzidos no império apenas 10 mil escravos durante esses quatro anos. Tâmis Parron defende que após a ascensão dos regressistas ao poder, em 1837, é que realmente a lei se tornou apenas "para inglês ver". Em 1837, foram introduzidos 41 mil escravos; em 1838, 47 mil; em 1839,

[16] PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado (História Social). São Paulo, USP, 2009.

[17] PARRON, Tâmis. *A política da escravidão* no Império do *Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

[18] PARRON, Tâmis P. *A política da escravidão no império do Brasil*, pp. 28-88; RODRIGUES, Neuma Brilhante. "'Tratados extorquidos': considerações de Raimundo José da Cunha Mattos acerca do tratado do fim do tráfico negreiro para o Brasil". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História***.** São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

61 mil. Trata-se de um volume grande até se comparado à época em que o comércio negreiro era legal e não sofria pressão internacional.[19]

Tâmis Parrôn acredita que ocorreu essa guinada escravista no Brasil a partir de 1837, sobretudo, por causa da ascensão dos regressistas ao poder. Para Parron, o *regresso* foi um movimento que teve como uma de suas pautas centrais a reabertura do tráfico negreiro em forma de contrabando. Sobretudo o núcleo saquarema, eminentemente fluminense, estava preocupado com o provimento de mão de obra para a produção de café do vale do Paraíba. Lembremos que na década de 1830, o café passou a ser o principal produto da pauta de exportações brasileiras. Para Parron, o movimento regressista, especialmente em sua vertente fluminense, gravitou em torno de três eixos que se articulavam: produção cafeeira, tráfico negreiro e centralização do judiciário.[20]

É preciso enfatizar que as articulações políticas que permitiram a longevidade do tráfico no Brasil foram diferentes, em um aspecto, às que permitiram essa mesma longevidade em Cuba, a outra única localidade que continuou recebendo da África mão de obra escrava século XIX adentro. Em Cuba, ainda colônia espanhola ao longo do século XIX, os espaços públicos de discussão política foram duramente restringidos.

[19] Eltis, David; Behrendt, Stephen; Richardson, David & Herbert, S. Klein. *The trans-Atlantic slave trade: a data-base on CD-Rom*, apud. PARRON, Tâmis P.. "Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830". *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 1-2-3, 2007" [disponível on-line], p. 110.

[20] A relação entre a centralização do judiciário e a reabertura do tráfico atlântico de escravos é explicada por PARRON, Tâmis P.. *A politica da escravidão no império do Brasil*, pp. 88-144. A relação entre os saquaremas, o tráfico de escravos e a produção cafeeira do vale do Paraíba foi, como já vimos, pioneiramente formulada por MATTOS, Ilmar R.. *O tempo saquarema.*

Por outro lado, os regressistas brasileiros, no final da década de 1830, tiveram que formular políticas de apoio ao tráfico sistêmico na imprensa e no parlamento. Nesse mesmo período, era instituído o segundo império espanhol, cujo arranjo político excluiu a representatividade colonial no Parlamento peninsular, suspendeu indefinidamente a Constituição no ultramar e buscou, acima de tudo, proteger ao contrabando negreiro. A elite açucareira de Havana trocava a representação política formal no parlamento peninsular pela suspensão dos direitos constitucionais na ilha. Seria mais fácil, acreditavam os cubanos e espanhóis, manter a escravidão e o tráfico sem imprensa e sem parlamento. O pleno funcionamento dos espaços públicos de discussão política poderia causar transtornos ao *status quo* escravista cubano. A opção do império espanhol foi, portanto, a de restringir a circulação da informação. No Brasil, foi diferente, pois a reabertura do tráfico em um volume jamais visto antes teve que ser articulada na imprensa e no parlamento.[21]

Parron, dessa forma, utilizou como principal documentação para sua pesquisa os já citados *Anais do Parlamento Brasileiro.* Para o autor, a política em prol da escravidão no Brasil só foi vitoriosa porque foi realizada dentro das novas instituições que surgiram na Era das Revoluções (1789-1848). Em outros termos, só foi possível manter e aumentar o sistema escravista no Brasil do século XIX por causa da atuação de um grupo dentro dos

[21] BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e política:* Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec /Fapesp, 2010, *pp*. 260-276. Uma análise sobre relação entre a continuidade do tráfico de escravos em Cuba e a manutenção do *status quo* colonial em MARQUESE, Rafael de Bivar. "A escravidão caribenha entre dois atlânticos: Cuba nos quadros das independências americanas", in: PANPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Granada, Venezuela e Cuba.* São Paulo: Paz e Terra, 2009.

modernos espaços de fazer política (imprensa e parlamento). O estudo de Parron, portanto, mistura preocupações da tendência *institucionalista* com ideias defendidas por Ilmar R. Mattos.

Para citar outro exemplo dessa nova tendência historiográfica, que chamamos de *estudos sobre política da escravidão*, citemos a dissertação de mestrado defendida por Alain El Youssef, intitulada *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. [22] Youssef analisa outro espaço político surgido na Era das Revoluções: a imprensa livre. Youssef analisa, por exemplo, a campanha jornalística massiva em prol da reabertura do tráfico que ganhou força no Rio de Janeiro em meados de 1835.[23]

Alain El Youssef mostra como, em outubro de 1835, o principal porta-voz da imprensa escravista, o jornal fluminense *O Sete de Abril* afirmava que "a extinção da escravatura não se realizará em nossos dias, que sua continuação é indispensável e continuará a sê-lo no Brasil, por anos, e talvez por séculos". Youssef mostra como, um ano depois, esse mesmo jornal fazia coro para revogar a lei de 1831, afirmando ser ela uma "lei que pode produzir um incêndio em todo o Brasil; lei que anima a delação, que dá ao roubo a cor da virtude (...) origem de muitos males presentes e futuros (...)". Youssef mostra, ainda, como em outra edição de 1836, *O Sete de Abril* afirmou que a lei de 1831 "não será nunca observada, enquanto (...) os Sováhs da Costa d'África não mudarem o costume de reduzir à escravidão seus conterrâneos, dando-os por diminuto preço a estrangeiros a quem falecem braços para os trabalhos árduos de sua lavoura

[22] YOUSSEF, Alain El. Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850). Dissertação de Metrado (História Social). São Paulo: USP, 2010 [disponível on-line].

[23] YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão*, pp. 105-159.

(...)". Por fim, Youssef mostra como, em 1837, *O Sete de Abril*, em consonância com a mudança de postura do movimento que pretendia reabrir o tráfico, já pensava menos em revogar a lei e mais em descumpri-la. O jornal, agora porta-voz da reabertura do tráfico em forma de contrabando, colocou como suas principais exigências "a interpretação do Ato Adicional e [a] cessação dos tropeços que se lançam ao Comércio a pretexto de evitar a importação de africanos tão necessários ao Brasil".[24]

Em suma, essa tendência que chamamos de *estudos sobre política da escravidão* articula duas dimensões. Articula preocupações da tendência *institucionalista* com ideias de Ilmar R. Mattos. Articula a preocupação de mostrar como o sistema político do Brasil imperial inseria-se dentro da modernidade política com a ideia de Ilmar R. Mattos, que entende que o Estado brasileiro governou em prol da classe senhorial.[25]

Considerações finais

Repitamos algumas perguntas que fizemos no início desse texto. As obras de Miriam Dolhnikoff e Ilmar R. Mattos representam hoje tendências historiográficas? Essas duas obras são portadoras de concepções teóricas que, atualmente, orientam a formação de diretrizes para a pesquisa histórica? Essas obras influenciam as pesquisas na atualidade?

---

[24] Respectivamente, *O Sete de Abril* de 31 de outubro de 1835, de 27 de julho de 1836, de 28 de setembro de 1836 e de 2 de setembro de 1837. Todos citados por YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão*, pp. 170-189.

[25] Para mais um trabalho que pode ser inserido dentro dessa tendência que estamos chamando de *estudos sobre política da escravidão*, conferir FILHO, João Carlos Escosteguy. *Tráfico de escravos e direção Saquarema no Senado do Império do Brasil*. Dissertação de Mestrado (História). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

Não há dúvidas de que as respostas para essas perguntas são afirmativas. A obra de Dolhnikoff representa uma tendência historiografia que denominamos aqui de *institucionalista,* tendência que hoje exerce grande influência em diversas pesquisas históricas. A obra de Ilmar R. Mattos, a despeito de ter sido publicada há mais de duas décadas, ainda hoje orienta diversos trabalhos de pesquisa, os quais denominamos *estudos sobre política da escravidão.*

Mas até que ponto essas duas obras podem contribuir para pesquisas que tenham como recorte geográfico a província do Grão-Pará?

A tendência *institucionalista* incentiva a realização de pesquisas sobre uma instituição muito pouco pesquisada, a Assembleia Provincial do Grão-Pará. Ademais, a historiografia *institucionalista* não está preocupada apenas com as instituições políticas formais. Tal tendência busca, hoje, entender a política em todas as suas dimensões. A tendência *institucionalista* busca, além da análise das instituições políticas formais, entender a importância da imprensa, das manifestações de rua, das mobilizações eleitorais, das petições e do exercício da cidadania. Dessa forma, há um vasto campo de estudo aberto para pesquisadores paraenses. É preciso entender melhor como as novas formas de se manifestar politicamente influenciaram o conturbadíssimo cenário paraense entre 1820 e 1840.[26] De que

[26] Dois estudos que seguem, grosso modo, essa diretriz são: MACHADO, André Roberto de A.. *A quebra da mola real das sociedades*: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-1825). Tese de Doutorado (História Social). São Paulo, USP, 2006 [disponível on-line e já tendo sido publicada em forma de livro]; BRITO, Adilson Junior Ishihara. *"Viva a Liberté!"*: Cultura, Política Popular, Revolução e Sentimento Patriótico na Independência do Grão-Pará, 1790 – 1824. Dissertação de mestrado (História) Recife: UFPE, 2008.

forma a construção de novos e modernos espaços de se fazer política interferiram na violenta guerra civil que ocorreu no Grão-Pará na década de 1820? De que maneira a construção de novos e modernos espaços de se fazer política interferiram na mais violenta ainda guerra civil da década de 1830, a Cabanagem?

Já os novos *estudos sobre política da escravidão* lançam algumas perguntas intrigantes para se pensar a província do Grão-Pará. Existiu uma classe senhorial no Grão-Pará? É possível pensar em política da escravidão na província do Grão-Pará? São algumas perguntas que ainda não foram satisfatoriamente respondidas. Lembremos que a cabanagem inicia-se com a liderança de grandes proprietários de terras e escravos do vale do Acará. Lembremos que a região em volta do vale de Acará é uma região diferenciada dentro da província do Grão-Pará. Por sua posição estratégica, era fácil escoar a produção da região do Acará para Belém e daí para o mundo. Dessa forma, a região ao entorno do rio Acará continha um grau de concentração de população escrava diferenciado do restante da província.[27] A produção açucareira e de outros gêneros agrícolas era ali mais intensa, baseada na mão de obra escrava e no latifúndio.[28]

Assim, surge a pergunta: os grandes proprietários de terras do vale do Acará faziam parte de uma classe senhorial? Se a resposta for afirmativa, novas perguntas surgem. Até porque a

[27] As vilas de Moju, Abaeté e Igarape-Miri, todas elas comunicáveis ao rio Acará através de uma complexa rede de igarapés, ou seja, todas elas vilas que podem escoar sua produção diretamente até a baia do Guajará, onde se situa Belém, tem uma população escrava de 50%. Conferir a tabela em BRITO, Adilson Junior Ishihara. *"Viva a Libertê!",* p. 227.

[28] Conferir, sobre a região do Acará, LIMA, Ana Renata do Rosário. *Revoltas Camponesas no Vale do Acará-Grão-Pará (1822-1840)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém, UFPA/NAEA, 2002.

década de 1830, década da eclosão do movimento cabano, foi, como já vimos, uma década crucial para os destinos da *política da escravidão* no Brasil. Que relações tiveram as querelas políticas que envolveram a quase extinção do tráfico negreiro entre 1831 e 1835 com a eclosão da cabanagem? O envolvimento de grandes proprietários de terras e escravos do vale do Acará nos motins de janeiro de 1835 em Belém tem alguma relação com o que Tâmis Parrôn chamou de *política da escravidão*?

Em síntese, há um imenso campo aberto para pesquisas. Essas são apenas algumas perguntas que podem ajudar na elaboração de novos estudos.

HISTORIOGRAFIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Luiz Augusto Pinheiro Leal [1]

Pensar a cultura afro-brasileira como temática historiográfica exige uma atenção para a própria história do negro na sociedade brasileira. Particularmente pode-se pensar a cultura afro-brasileira sob dois aspectos: o da resistência e a do reconhecimento. O primeiro se refere a todas as estratégias negras de manutenção de identidade e laços culturais com a própria mãe África. Isso alcança os primeiros séculos da inserção de mão de obra escrava negra no Brasil e dura, de certo modo, até os dias de hoje. Uma rica bibliografia pode ser consultada a respeito das estratégias de resistência negra frente à escravidão[2]. O segundo aspecto, consiste no reconhecimento direto ou não da importância da história e cultura negra para a formação da identidade nacional. Particularmente tal ação pode ter como marco o início do movimento modernista brasileiro, quando intelectuais de todo o país passaram a refletir sobre o sentido da nossa nacionalidade. É em relação ao reconhecimento da importância da cultura afro-brasileira, via produção historiográfica e intelectual, que trata esse artigo.

---

[1] Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (2011), mestre em História Social pela UFBA (2002), especialista em Teoria Antropológica pela Universidade Federal do Pará (1998) e graduado em História pela UFPA (1997).

[2] REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das letras, 1989; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Inicialmente será apresentada a formação de uma articulação nacional dos intelectuais através do modernismo. O processo consistiu no esforço de criar autonomia – frente à total hegemonia da influência europeia – em prol da definição de uma identidade cultural para o Brasil. Em seguida, dada a importância da região para o movimento, será observado como se deram as ações modernistas na Amazônia visando destacar a relação de profissionalização da vida letrada e, ao mesmo tempo, o esforço de aproximação com a realidade sociocultural do negro paraense. Em ambos os casos, o que estava em jogo era a emancipação brasileira para além do mundo político e econômico.

O esforço de autonomia intelectual no Brasil em relação à Europa é marcado, desde o final do século XIX, pelo desempenho de literatos autodidatas, oriundos de classes distintas, que visavam transformar suas atividades literárias em profissão reconhecida ou pelo menos obter com elas uma carreira de maior prestígio. No Rio de Janeiro, uma experiência com estas características ocorreu no início do século XX, quando intelectuais passaram a reivindicar o reconhecimento de sua profissão e mais participação nos projetos políticos e na organização social.[3] No plano cultural, predominava neste momento uma tendência de valorização da produção intelectual europeia em detrimento de elementos culturais oriundos da experiência negra e indígena brasileiras.[4] Na capital do país, nos anos 20, o significado da modernidade era discutido através de

[3] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 97.

[4] LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem*: a história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906). Salvador: EDUFBA, 2008, p. 32-46.

vários temas, no teatro de revista, sem uma definição exclusiva a respeito de sua qualificação. Ora a modernidade era vista como positiva, pois era integradora da cidade nas novidades da época, ora era vista como negativa, especialmente por ameaçar os tradicionais costumes vigentes.[5]

Também em torno da década de 1920 novas reflexões sobre a identidade brasileira passaram a ser discutidas de modo mais amplo. O tenentismo, a fundação do PCB e a Semana de Arte Moderna influenciariam as transformações político-sociais da década seguinte. A experiência do pós-guerra se juntaria a estes elementos para inspirar novos valores e interesses na intelectualidade. Um olhar mais original sobre a história do Brasil, valorizando aspectos da sociedade e da cultura nacional, apareceria a partir das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Pardo Jr.[6]

A busca de uma identidade nacional inspirada diretamente no popular, que geralmente é citada como consequência direta do movimento modernista paulista, não possui um único ponto de partida. Ou seja, o modernismo não pode ser compreendido apenas como um movimento centralizado exclusivamente na Semana de Arte Moderna. Ele deve ser compreendido como um amplo movimento de ideias e ações renovadoras que construíram conexões entre a arte e a política. Portanto, seria caracterizado por uma heterogeneidade de experiências. Tal como sugere Ângela Castro Gomes, "o *modernismo* pode ser

[5] GOMES, Tiago de Melo. *"Como eles se divertem" (e se entendem): teatro de revista, cultura de massas e identidades sociais no Rio de Janeiro dos anos 1920*. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 213-9 (História, Tese de Doutorado).

[6] COELHO, Geraldo Mártires. História e identidade cultural na Amazônia. In D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização.* 2. ed. Belém: UFPA/MPEG, 2009, p. 176.

visto como um movimento de ideias que circula pelos principais núcleos urbanos do país, antes mesmo dos anos 1920, assumindo características cada vez mais diferenciadas com o passar da década de 1930."[7] E, claro, suas ideias não transitavam pelas ruas sozinhas. Eram portadas, discutidas ou divulgadas por pessoas que representavam grupos sociais variados. No Pará a experiência com o modernismo não teria sido diferente.

A circulação de ideias no Pará, antes e depois do contexto do modernismo, esteve vinculada ao convívio de letrados que partilhavam interesses próximos ou comuns. A sociabilidade destes intelectuais, em um primeiro momento, se deu através de organizações literárias que, em contextos diferentes, realizavam saraus, publicavam livros, discutiam literatura ou poesia e faziam homenagens a escritores ilustres. Em Belém houve vários núcleos de articulação literária, mas os que mais se destacaram em produção e número de participantes, em contextos diferentes, foram as revistas *Mina Literária* (1895-1899), *Belém Nova* (1923-1929) e *Terra Imatura* (1938-1942). As duas primeiras são anteriores ao contexto do modernismo, mas tiveram grande importância pela influência sobre as gerações seguintes. O grupo dos *mineiros*, como eram conhecidos seus integrantes, organizava conferências, saraus de literatura, concursos e publicação de livros. Mesmo com muita dificuldade financeira, o grupo conseguiu editar e publicar livros de autores paraenses. Destacavam-se entre seus membros os escritores Eustaquio de Azevedo e Acrísio Mota.[8]

[7] GOMES, Ângela Maria de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa. In *Luso-Brazilian Review*, vol. 41, n. 1, p. 82, 2004.

[8] COELHO, Marinilce Oliveira. *O Grupo dos Novos (1946-1952): memórias literárias de Belém do Pará*, Belém: EDUFPA, 2005, p. 34-6.

No tempo do movimento modernista paulista, já ocorriam mobilizações literárias em Belém. Reuniões eram feitas no Largo da Pólvora (atual praça da República), ou no terraço do Grande Hotel, por intelectuais interessados em boemia, literatura e poesia. Entre eles estavam Abguar Bastos, De Campos Ribeiro, Bruno de Menezes, Raul Bopp, Clóvis de Gusmão, Santana Marques, Nunes Pereira, Paulo Oliveira, Severino Silva, Dejard de Mendonça, Edgar Proença, Eustaquio de Azevedo, Rocha Moreira, José Simões, Muniz Barreto, Elmano Queiroz, Jacques Flores, Nuno Vieira, Lindolfo Mesquita, jovens e velhos interagindo em torno de uma boa farra, mas também da literatura.[9] A relação entre a boemia e o movimento literário retratava a rede de referências que aproximava os diferentes intelectuais. Portanto, como compreendeu Ângela Gomes em relação aos intelectuais cariocas, salões, boemia, academias e até mesmo o catolicismo seriam elementos importantes para a compreensão e articulação da sociabilidade intelectual. Embora parecessem inicialmente excludentes ou conflitantes as distintas práticas, não o eram em absoluto. Havia tensões, mas também complementaridades entre elas, pois haveria o debate e a reinvenção de práticas pelos grupos organizados com base em experiências e propostas bastante diferenciadas.[10]

Tal como no Rio, foi no centro destas tradições intelectuais que nasceram e se propagaram os ideais modernistas no Pará. Tendo como um de seus objetivos ampliar a mobilização modernista no norte do país, foi lançada, em setembro de 1923,

[9] INOJOSA, Joaquim. Modernismo no Pará. In Alonso Rocha [et al], *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição: ensaios*. Belém: CEJUP/UFPA, 1994, p. 111-3.

[10] GOMES, Ângela Maria de Castro. Os intelectuais cariocas, o modernismo e o nacionalismo: O caso de Festa, p. 84.

a revista *Belém Nova*. Seu surgimento se deu após a última publicação da revista *Klaxon*, dos modernistas paulistas (Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, entre outros), que teve nove números e circulou entre maio de 1922 e janeiro de 1923.[11] Contudo, segundo Joaquim Inojosa, a notícia sobre o movimento modernista não partiu do sul, mas sim do nordeste. O recifense Joaquim Inojosa e o paraense Bruno de Menezes trocaram material e notícias sobre a nova perspectiva literária-cultural. Segundo Inosoja:

> Embora desde 1922 a juventude paraense, com Eneida, Bruno e outros, se sentisse, a seu modo, revolucionária, somente a partir de 1924 se organizaria na defesa do ideal de renovação modernista. E o convite para a empreitada surgiria do Recife. Não apenas a revista "Mauricéia", mas, sobretudo, a plaqueta "A Arte Moderna", carta literária em que, em 5 de julho de 1924, eu convidava a Paraíba a aderir ao Modernismo, constituíram a voz do chamamento do Pará ao movimento renovador. Em 1923, Bruno de Menezes mandava para publicar naquela minha revista, o soneto "Evangelho"; mas no ano seguinte, blindava-nos com o seu na época extravagante *Bailado Lunar*.[12]

O autor, além de apresentar os detalhes da troca de experiências com o Pará, evidencia que havia já nesta época uma ponte de comunicação regular entre os intelectuais dos dois Estados. Tal fato explica a presença constante de episódios pernambucanos, relacionados à repressão religiosa, sendo citados em boa parte dos argumentos dos autores paraenses,

[11] COELHO, *O Grupo dos Novos*, p. 89.

[12] INOJOSA, Joaquim. Modernismo no Pará. In Alonso Rocha [et al], *Bruno de Menezes ou a sutileza da transição: ensaios*. Belém: Cejup/UFPA, 1994, p. 116.

especialmente por Bruno de Menezes. A poesia *Bailado lunar* de fato possuía uma abordagem bem diferente do que predominava em sua época (o simbolismo e o parnasianismo). Seu autor trata a lua como se fosse uma bailarina cujo "céu é o palco irreal onde a lua se exibe". A música do bailado seria "um 'solo' de oboé num 'jazz-band' yankee". O baile termina quando "a lua desmaiou nos braços das estrelas".[13] Ao invés da Europa, que inspirava os valores poéticos e literários anteriormente predominantes, a humanização da lua a aproximaria das músicas e danças "modernas" que estariam vindo dos negros norte-americanos. Haveria um novo referencial de cultura, pois para os modernistas tudo podia ser transformado em poesia.

Entre os anos de 1923 e 1929, considerada como a primeira fase do modernismo paraense, seus agentes se mostraram bem atuantes no meio literário e, em muitos casos, com uma produção inovadora. Como no caso de *Bailado lunar*, a atenção temática de seus autores estaria voltada para a realidade cultural dos índios, caboclos e negros da Amazônia. Mas, além disso, caberia dar atenção para as transformações urbanas que vinham ocorrendo em Belém, com atenção especial para o crescimento populacional dos subúrbios. Assim, os bairros distantes do Umarizal, Pedreira e Jurunas, ocupados por uma população predominantemente negra ou cabocla, passaram a ser apresentados nas páginas da revista *Belém Nova*.[14] Mais adiante poderemos observar como o discurso modernista, associado à experiência nos terreiros dos subúrbios, pode ser utilizado como recurso convergentes na defesa de liberdade de culto no Pará.

[13] MENEZES, Bruno de. Bailado lunar. In *Obras completas*. Vol. 2, Folclore, SECULT: Belém, 1993, coleção Lendo o Pará, p. 72.

[14] COELHO, *O Grupo dos Novos*, p. 83-4.

A publicação da *Belém Nova* foi encerrada em 1929, por questões financeiras. Contudo, dez anos depois surgia uma nova revista que aglutinava parte daqueles mesmos literatos envolvidos com o movimento modernista. Tratava-se da revista *Terra Imatura*, lançada em 1938. Sua proposta foi inovadora por acrescentar, aos temas da poesia e da literatura, artigos sobre ciência, cinema e outras artes. A revista era dirigida pelos irmãos Cléo Bernardo e Sylvio Braga. Seus colaboradores, identificados como "mocidade independente", também pretendiam articular um projeto literário que aproximasse autores brasileiros estreantes, como Vinícios de Moraes e Érico Veríssimo, dos literatos locais. Além disso, uma de suas importantes contribuições foi articular intelectuais paraenses que já estavam dispersos e quase sem contato entre si. Entre eles, Abguar Bastos e Eneida de Moraes, que eram os mais conhecidos, já se encontravam morando no sudeste. Abguar em São Paulo e Eneida no Rio de Janeiro.[15]

Editavam a revista os jovens Francisco Paulo Mendes e Ruy Paranatinga Barata. Seus principais colaboradores foram Adalcinda Camarão, Aloysio Chaves, Bruno de Menezes, Daniel Queima Coelho de Souza, Dalcídio Jurandir, Machado Coelho, Mário Couto, Stélio Maroja, Alberto Soares do Valle Guimarães, Carlos Eduardo da Rocha, Daniel Coelho de Souza, Fernando José Leão, Flávio de Carvalho, José Augusto Telles, Juracy Reis da Costa, Luís Faria, Mário Augusto da Rocha, Raul Newton Campbell Pena e Solerno Moreira Filho. Tal como ocorreu com a revista *Belém Nova*, *Terra Imatura* também sofreu grandes dificuldades financeiras. Contudo, conseguiu se manter produtiva por quatro anos. Somente em 1942 deixou de circular por completo. Estava-se em plena Segunda Guerra, que a revista

[15] Idem, p. 41.

abordava com regularidade. Referia-se, inclusive, ao perigo da expansão do nazismo na Europa e outros continentes.[16]

Depois de *Terra Imatura* a literatura local ainda resistiu através de iniciativas individuais, mas sem a articulação que antes se fazia em torno daquela revista. Alguns de seus membros, no entanto, ainda voltariam a se reunir em torno de um movimento identificado como "Grupo dos Novos", que publicou crônicas e poesias no suplemento "Arte Literatura", da *Folha do Norte*, entre 5 de maio de 1946 e 14 de janeiro de 1951. Eram seus membros os jovens Alonso Rocha, Benedito Nunes, Cauby Cruz, Floriano Jaime, Jurandyr Bezerra, Haroldo Maranhão, Mário Faustino, Maurício Rodrigues, Max Martins e Sultana Levi Rosenblatt. Mas, alguns dos participantes da *Terra Imatura* também se juntaram a eles. Seriam: Francisco Paulo Mendes, Ruy Guilherme Paranatinga Barata e Paulo Plínio Abreu.[17] O curioso é que esse grupo, em um primeiro momento, demonstrara forte oposição ao modernismo e aos intelectuais anteriores. Somente depois é que eles redescobriram o modernismo e utilizaram seus recursos para a produção literária e poética através da *Folha do Norte*.[18]

A preocupação com o estudo de novos temas e, especialmente, o tema da cultura brasileira levou muitos intelectuais a se dedicarem, de diferentes modos, a uma maior aproximação com os grupos populares. O interesse pelo negro pode estar diretamente associado à sociabilidade destes intelectuais entre

[16] Idem, pp. 41, 46-7 e 93.

[17] Idem, pp. 13-5.

[18] FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Querelas esquecidas: o modernismo brasileiro visto das margens. In PRIORE, Mary del e GOMES, Flávio (orgs.). *Os senhores dos rios – Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 263-81.

si e com os sujeitos que produziam a cultura negra. No primeiro aspecto, encontramos os intelectuais participando ativamente das diferentes correntes de produção cultural no Pará, tal como vimos acima. Suas condições materiais precárias os levariam a partilhar a miséria e o esforço hercúleo de produzir literatura na região em crise. Em relação ao segundo aspecto, o da interação dos intelectuais com a cultura de origem africana, cabe observar que, entre 1937 e 1948, vivia-se em Belém uma dura campanha contra os cultos afro-religiosos. Paralelamente ao combate direto dos intelectuais contra a ação policial promovida pelo chefe de polícia, alguns literatos intervieram com a produção de textos que, de certo modo, beneficiavam os grupos culturais perseguidos. Exemplo disso são os argumentos, no calor da hora, desenvolvidos por Bruno de Menezes e Gentil Puget acerca da importância da cultura de raiz africana para a Amazônia.

O primeiro autor, com relativa sutileza, fez publicar em 1939 sua poesia "Mãe preta" com a intenção de apresentar elementos históricos referentes à presença negra na Amazônia. Gentil Puget, citado por Paulo Eleutério como o iniciador do movimento pela liberdade de culto, foi um pouco mais direto ao assunto.[19] Inicialmente buscou sensibilizar seu leitor com a crônica "Tia Romualda, a festeira". E em seguida, na crônica "Vozes e ritmos do norte", atacou com um longo elogio a manifestações culturais de origem africana em Pernambuco, que naquele momento estariam supostamente sendo valorizadas. Cabe interpretar suas respectivas contribuições para melhor compreender o alcance de tais argumentos na sociedade paraense da época.

[19] Gentil Puget foi pianista, compositor, poeta, folclorista, jornalista e radialista. Nasceu em Belém, em 12 de julho de 1912, e morreu no Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1948, aos 36 anos. In SALLES, Vicente. *Música e músicos do Pará*. 2. ed. Brasília: Micro Edição do Autor, 2002, p. 321-2.

Bruno de Menezes, no primeiro dia de 1939, abordou indiretamente a questão da presença negra na Amazônia, mas tratando a temática de modo a não tocar no assunto da repressão religiosa em vigor. Valia neste momento certa discrição sobre o assunto, visando sensibilizar os leitores a respeito da contribuição negra para a região. Sua principal ação consistiu na divulgação de um poema intitulado "Mãe preta", que trata da experiência feminina sob a escravidão. Na ocasião, a poesia foi lançada no livro *Batuque*, do mesmo autor. O livro de poemas foi publicado pela primeira vez em 1931 como parte de uma seleção de poemas que Bruno de Menezes intitulou *Poesia.* Na ocasião, houve uma boa aceitação do seu trabalho e ele acabou lançando edições posteriores. A segunda edição, independente em relação à seleção das outras poesias já publicadas, seria apresentada em 1939, em pleno período da repressão aos cultos, e a terceira em 1945.[20] Daí por diante novas edições seriam publicadas sequencialmente até chegar em sua versão atual, 7ª edição, lançada em 2005.[21] No tempo da repressão aos cultos, *Batuque* tornou-se um dos mais importantes manifestos pela liberdade religiosa. A obra, composta de vinte poemas, possui temáticas que dizem respeito diretamente aos aspectos lúdicos, religiosos ou laborais do negro paraense.

A primeira parte do poema "Mãe Preta", de Bruno de Menezes, consiste em uma referência direta à experiência africana que daria origem à musa do autor. Uma mistura de herança musical, sofrimento e carinho. Em sua abertura, o poeta considerava:

[20] "A margem do 'Cuia Pitinga'" é de 1937. a primeira publicação de Bruno é de 1920 (CRUCIFIXO). MENEZES, Bruno de. *Obras completas*, p. 297.

[21] MENEZES, Bruno de. *Batuque*. 7ª Ed. Belém: s/ed, 2005.

No acalanto africano de tuas cantigas
Nos suspiros gementes das guitarras,
Veio o doce langor
De nossa voz,
A quentura carinhosa de nosso sangue (...)[22]

A poesia permite um recontar da história do Brasil a partir da experiência africana. Trata da exploração da mão-de-obra escrava, de suas consequências sociais e políticas entranhadas nas diversas camadas sociais brasileiras. Em seus primeiros versos aparece uma referência a Chica da Silva, a escrava que em Minas Gerais colonial se libertara e ascendera socialmente por meio de sua relação afetiva com um contratador de diamantes. Nos seguintes o autor evidencia o peso da presença negra no cotidiano escravista da casa-grande: de mucama de bastardos do imperador a cuidadora de inconfidentes seriam muitas as atribuições da "Mãe preta". Mas isso não bastava. Antecipando a necessidade de heróis negros como referência para a história política e cultural do país, Bruno de Menezes não se esquece de citar os nomes daqueles que lutaram, de diversas maneiras, pela liberdade ao longo da história brasileira.

"Mãe preta" representa a mulher negra em sua diversa experiência associada ao mundo da escravidão. Da criação do "folclore", dos festejos sagrados e profanos do batuque, da resistência nos quilombos, e da importantíssima função de ama de leite dos filhos do senhor. Bruno conclui reivindicando para si e para os herdeiros culturais da Mãe Preta, a benção merecida aos que não rejeitam a herança africana em suas vidas.

Ao contrário da boa repercussão do lançamento da coletânea de poesias de Bruno, em 1931, depois da publicação

[22] MENEZES, Bruno. Mãe Preta. In: *Folha do Norte*, 01 de janeiro de 1939, p. 33.

de "Mãe preta", em 1939, não apareceram interlocutores diretos a respeito de seus versos. Talvez o rico jogo de metáforas e a competência poética do autor tivesse calado qualquer tentativa de resposta à altura. Mas também não houve manifestações, pró ou contra, a respeito da temática tratada.

Semelhante estratégia de abordagem, lançando mão da metáfora para ser discreto, aparece em outras composições do autor. Algumas tratam indiretamente do tema religioso, sem preocupação com o enriquecimento nos detalhes. É o caso do poema "São João do folclore e mangericos", que descreve as características das festas juninas, lembradas com saudade pelo autor ("Ah! São João dos meus quinze anos da jaqueira, quando fui chefe de maloca..."). Em seus versos apareceria, entre os integrantes de certo boi-bumbá, um personagem ("Pai Francisco") identificado como "velho africano macumbeiro".[23] Nesse poema Bruno usa de certa sutileza para tratar da questão religiosa.

O mesmo não aconteceria em "Cachaça", quando o autor, ao estilo de "Mãe preta", apresenta uma espécie de ode à "marvada" sem hesitar em fazer referências diretas à religiosidade negra.[24] No poema Bruno narra a trajetória do negro que, "arrancado ao torrão congolense", viveriam duras experiências na "terra da América". Contudo, mesmo com toda violência e humilhação sofridas, eles conservariam na alma o "seu santo Orixá". É curioso que o autor associe os Orixás

[23] Pai Francisco e Mãe Catirina são dois personagens negros da encenação do boi-bumbá. O casal inicia o auto a partir do desejo de Mãe Catirina, grávida, de comer parte do boi preferido do fazendeiro. Pai Francisco acata a vontade da mulher matando o boi, mas precisa resolver o problema com o proprietário do animal e patrão do casal. Ver LEAL, *A política da capoeiragem*, p. 186-202.

[24] MENEZES, *Obras completas*, p. 245-8.

aos congolenses. No início do poema, ele já havia citado experiências de origem banto ("tocastes urucungo", "dançaste de tanga batuques e jongos", "sem nunca esqueceres a selva do Congo", etc.), mas agora as misturou com a sudanesa. Talvez a perspectiva do sincretismo (santo + orixá) tenha se ampliado em sua leitura poética ou, ainda, estivesse sofrendo a influência nagocêntrica dos estudiosos baianos. A aproximação voltaria a aparecer mais adiante.

Bruno, no entanto, não estava sozinho na empreita de instruir o leitor sobre a importância das contribuições negras para a cultura brasileira. Quase no mesmo período, Gentil Puget também entraria na batalha com a publicação de dois importantes artigos relacionados à cultura negra. Sua manifestação sobre a liberdade de culto, tal como ocorreu com a "Mãe preta" de Bruno, não correspondia a um modo direto de tratar o assunto. Sua contribuição maior foi através da publicação de textos que tratavam da cultura negra visando revelar seu valor e sua vigência na sociedade. Dois destes textos se destacam na argumentação do autor. O primeiro, publicado em 13 de dezembro de 1938, logo após a apresentação do manifesto dos intelectuais pela liberdade de culto, e o segundo no mês seguinte, em 20 de janeiro de 1939, ambos através das páginas de *A Vanguarda*, jornal paraense governista.[25]

Em "Tia Romualda, a festeira", seu primeiro artigo, Puget expunha uma crônica que ele denominava de "cenas e tradições recolhidas e anotadas pelo autor". A crônica tratava da devoção de uma moradora do subúrbio (referente, possivelmente, aos bairros do Umarizal, Jurunas ou Pedreira) que, após a solução de um drama familiar, havia se tornado uma famosa festeira. O drama familiar, comum na experiência paraense daquele

[25] Vozes e Ritmos do Norte. In: *A Vanguarda*, 20 de janeiro de 1939, p. 3.

momento, referia-se às expectativas e ao engodo da decadente economia da borracha.[26]

A descrição de Gentil Puget o revela como um observador participante e detalhista. Segundo ele, a devota passou a promover festas como forma de gratidão à senhora da Conceição. Nela havia muitos foguetes e, principalmente, o "pau" da santa, "todo enfeitado e carregado pelos devotos". O "pau", identificado como mastro, sempre vinha "gingando, rebolando, dançando nos ombros melados de seus devotos"; enfeitado "com penca de banana, cacho de fruta, palmas de açaizeiro e flores do mato!".[27]

Por trás da descrição da história e da festa de tia Romualda, Gentil Puget tinha outro interesse a evidenciar. Antes mesmo de abordar a triste história da origem da devoção, ele não hesitou em caracterizar tia Romualda como uma importante liderança cultural de origem negra. Não seriam poucos os devotos que vinham de todas as partes da cidade, gente "que corre todo o subúrbio a fim de obter da negra festeira uma reza que o faça feliz pra toda a vida!". A velha tia Romualda era mais do que uma simples devota. E o folclorista não hesita em descrever sua personalidade religiosa associada ao que hoje é, geralmente, rotulado de sincretismo:

> Tia Romualda nasceu no subúrbio. E lá se fez mulher repetindo sua crença entre os orixás e encantados dos terreiros de Nagô e os santos da corte do céu.
>
> Quando, um qualquer[sic] deles não realizava o milagre que exigia de si, tia Romualda corria p'ro terreiro de Pai de Santo e lá invocava todas as forças que os negros haviam herdado de seus ancestrais através das orações fortes o faziam antes de baterem tambor no barracão.

[26] Tia Romualda, a festeira. In: *A Vanguarda*, 13 de dezembro de 1938, p. 5.

[27] Idem.

> E se Santa Bárbara não baixava logo ela sonhava com Umbanda que vinha montado em fogoso corcel com arreios de ouro. [28]

Orixás, encantados e santos católicos se alternam na crença de tia Romualda. A indiferenciação entre as entidades espirituais somente perderia lugar quando o cronista vincula a devoção da negra festeira aos terreiros de Nagô, à orientação de um pai de santo, ao discurso voltado para a ancestralidade negra, às batidas de tambor no terreiro e, por fim, ao culto de santa Bárbara na Umbanda. Neste momento, o autor acaba reunindo as principais características do próprio Tambor de Mina discutido por outros intelectuais em diferentes momentos do combate à intolerância religiosa. E Puget prossegue descrevendo a fama que tia Romualda passou a adquirir por toda a redondeza. Suas atividades comunitárias se comparavam a verdadeiros milagres, aos quais toda a comunidade recorria. Seus conhecimentos, que eram misto de cura e magia, envolviam os diversos aspectos de saberes aprendidos ou herdados de tradições anteriores à simples devoção católica à senhora da Conceição:

> Ninguém como ela pra espantar quebranto do corpo de criança verde com vassourinha nova e óleo de oliveira botava pra correr o mal maior deste mundo que houvesse caído em cima dela.
> Só a negra sabia reza com palha benta pra espantar trovão, relâmpago ou raio que prometesse cair sobre a terra, e se alguém desejava obter um milagre maior na sua vida eram suas orações que iam p'ros pés dos seus santos envoltos com fitas e velas acesas...
> Tia Romualda criou fama por toda a redondeza onde morava.[29]

[28] Idem.

[29] Idem.

Com tamanho acúmulo de saberes e responsabilidades para com a comunidade, Tia Romualda, a "negra festeira", não podia ser considerada como uma simples devota. Tratava-se de importante liderança afro-religiosa. Era como se, estrategicamente, Gentil Puget quisesse dizer: "o batuque também faz parte da festa e da devoção. Aceitem!" Tal como Bruno havia feito nos poemas de *Batuque*, Puget confessava que frequentava os espaços religiosos negros, no mínimo, como um observador atento. Para muitas pessoas as informações apresentadas poderiam não ser novidade, vista a presença constante de outras "tias Romualdas" nos subúrbios. Contudo, ainda era preciso agir politicamente em relação aos seus iguais no mundo da literatura. Era necessário repensar politicamente os novos valores discutidos a partir do modernismo e da ação intelectual na região. Assim, o autor voltaria à carga no mês seguinte.

No Carnaval de 1939, Gentil Puget publica uma crônica, intitulada "Vozes e Ritmos do Norte", que parece sintetizar a razão que estava por trás da mobilização dos intelectuais engajados na luta pela liberdade de culto no Pará. Seu principal argumento era a importância de Pernambuco para a formação cultural do Brasil. De forte caráter modernista, o texto de Puget não poupava ironias ao modelo cultural reinante no Brasil de então. Tal modelo estaria valorizando a influência cultural estrangeira (europeia) em detrimento da riqueza cultural vivenciada no "Norte". Acusava que o Brasil, por força, queria "deixar de ser caboco de pele tostada, pelo sol, de falar em capoeira, em samba, em cachaça e em Pai de Santo, pra si tornar 'lord' de cartola e casaca arrotando champagne."[30]

[30] *A Vanguarda*, 20 de janeiro de 1939, p. 3.

A nacionalidade que Gentil Puget defende passa longe das aspirações do eurocentrismo que marcou as décadas anteriores. Trata-se de uma valorização dos elementos culturais populares, em que predominam a ludicidade e a religiosidade negras. Então, na continuação da crônica, o autor apresenta outras referências da cultura negra brasileira. Na sua argumentação, o país todo se humaniza a partir de Pernambuco. O Brasil "louco do carnaval", que "joga capoeira na encruzilhada das ruas, que saracoteia no terreiro com as mulatas", que "entoa com voz de feitiço e milonga a saudade mais triste do mina gemendo no eito", do frevo e dos seus diversos heróis (até aqui Puget é inovador ao considerar como heróis os cangaceiros: Corisco, Corta Orelha e Pedra Bonita) se juntam aos jangadeiros para cantar "cantigas de bumba meu boi, loas em desafios de viola, revivendo noites de São João".

Até o momento a atenção maior foi voltada para a ação intelectual no campo da cultura em seus diversos aspectos. Em relação aos aspectos folclóricos e literários, é possível observar que muitos dos intelectuais que apresentaram o negro em seus romances, novelas, crônicas ou memórias, também se interessaram em desenvolver estudos paralelos relacionados à cultura popular amazônica.[31] Contudo, somente a partir da década de 1950, com a intervenção inicial dos primeiros estudiosos de formação antropológica é que a cultura afro-brasileira passou a ser considerada sob perspectivas positivas no campo da pesquisa.

O paraense Vicente Salles, que trabalhou junto com Edison Carneiro na Campanha de Defesa do Folclore, foi um dos

[31] MENEZES, Bruno de. *Obras completas de Bruno de Menezes*. Belém: Secult, 1993; PEREIRA, Nunes. *A Casa das Minas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979; NUNES, Benedito, PEREIRA, Ruy e PEREIRA, Soraia Reolon (orgs.), *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia*. Belém: Secult; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006.

pioneiros na abordagem sobre o negro na Amazônia de um modo mais sistemático. Sua trajetória de vida e pesquisa se entrelaça com as diversas situações culturais e históricas relacionadas ao negro no Pará. Vindo do interior (vila de Caripi, município de Igarapé-Açu), conheceu bem cedo o poeta e folclorista Bruno de Menezes. Participou da "Academia do peixe frito" e foi "desafiado" por Edison Carneiro a comprovar a importância da presença negra na Amazônia.

Salles foi apresentado a Edison Carneiro pelo poeta e folclorista paraense Bruno de Menezes, em 1953. Na época, Carneiro havia chegado a Belém para trabalhar em um projeto do Ministério da Viação e Obras Públicas e aproveitou para ter contato com as práticas culturais do Norte do Brasil.[32] Seu principal guia e anfitrião foi justamente Bruno de Menezes. Sobre o desafio de Carneiro a Vicente Salles, aquele entendia que as práticas culturais negras contemporâneas da Amazônia existiam por influência externa e que caberia a Salles contrariar essa tese.[33] A primeira tarefa de Salles foi fazer um levantamento sobre os terreiros existentes em Belém. A resposta de Salles a Carneiro, após extensa pesquisa documental e bibliográfica, foi a elaboração de um dos clássicos da bibliografia sobre o negro na Amazônia, o livro *O negro no Pará*.[34] Desde então Vicente

[32] CARNEIRO, Edison. *A Conquista da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1956.

[33] Tal interpretação era uma tendência da época que seria combatida também por outros intelectuais da Amazônia. CARNEIRO, Edison. *Ursa Maior*. Salvador: UFBA/Centro de Estudos Afro-Orientais, 1980; HENRY, Anaíza Vergolino e FIGUEREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica.* Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

[34] SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão.* 3. ed. ver. Ampl. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

Salles passou a trabalhar em parceria com Edson Carneiro e o auge de tal parceria se deu na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, que mobilizou intelectuais de todo o país em favor do estudo das manifestações culturais de cunho popular entre os anos de 1947 e 1964.[35]

Desse modo, a ação intelectual em favor da cultura afro-brasileira nasceu sob a perspectiva de outras disciplinas. Contudo, particularmente em torno dos anos de 1980, por ocasião do centenário da abolição da escravatura, houve um aumento significativo de produções historiográficas acerca da cultura afro-brasileira. Antes, o negro, em suas ações, parecia somente interessar aos historiadores quando associado à economia. Com a abertura de novas abordagens em história, a cultura passou a ser vista como instrumento de resistência. Muitos temas que antes apenas eram estudados por folcloristas e antropólogos, passaram a chamar a atenção dos historiadores, a exemplo da capoeira e do carnaval. Uma nova era estava chegando para se repensar a identidade do Brasil. Uma identidade múltipla e desafiadora para o futuro da produção historiográfica voltada para a cultura afro-brasileira.

[35] Sobre o assunto, ver o livro VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro*, *1947-1964*, Rio de Janeiro: Funarte/ Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HISTORIOGRAFIA, RESISTÊNCIA NEGRA E FORMAÇÃO DE QUILOMBOS NA AMAZÔNIA TOCANTINA

Benedita Celeste de Moraes Pinto[1]

A ideia da Amazônia como uma região de predominância indígena justifica a grande lacuna na historiografia desta região sobre a escravidão e a cultura negra. Por longos anos trabalhos historiográficos existentes sobre a Amazônia ofereciam pouquíssimas possibilidades para o conhecimento da presença e do papel desempenhado pelo negro. Foi somente em fins da década de 1930 que começaram aparecer os primeiros estudos específicos sobre a presença da mão de obra negra escravizada na Amazônia, dos quais se destacam os trabalhos de Manuel Nunes Pereira, *A introdução do negro na Amazônia (*1938) [2] e *Os negros escravos na Amazônia,* (1952),[3] que tratam tanto da escravidão, quanto da procedência dos negros que foram levados para ilha do Marajó, no Pará.

A partir da década de 1960, autores como Arthur Cezar Ferreira Reis, na obra O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses na Amazônia (1961);[4] Antônio Carreira, em As

[1] Possui doutorado em História Social pela PUC/SP (2004), mestrado em História pela PUC/SP (1999) e graduação em História pela UFPA (1995). É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da UFPA/ Cametá.

[2] PEREIRA, M. N. "*A introdução do Negro na Amazônia*". *Boletim Geográfico*, n.º 77, 1949.

[3] PEREIRA, Manoel Nunes. Negros Escravos na Amazônia. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, 1944. V. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

[4] REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Negro na Empresa Colonial dos Portugueses

Companhias Pombalinas de Navegação e o Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro (1969);[5] e Manuel Nunes Dias, no estudo Fomento e Mercantilismo – A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1971),[6] além de analisarem a política de desenvolvimento adotada no período pombalino para o norte da colônia, ressaltam a ação da Companhia Geral do Comércio, a inserção da região Amazônica no mercado internacional, em especial no tráfico negreiro estabelecido diretamente entre duas áreas coloniais: a Amazônia e a África Ocidental, destacando dados "reveladores sobre a importação de escravos africanos, de forma a se perceber que a presença dessa força de trabalho na região norte foi mais significativa do que se pensava, sobretudo, na Província do Grão Pará".[7]

Vicente Salles, em *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão* (1971)[8], além de focalizar a significativa presença da mão de obra negra na Amazônia, destaca ainda diversos papeis desempenhados pelos negros na sociedade escravocrata, os trabalhos, lazeres e as artimanhas desenvolvidas para lutar contra a escravidão. Por se tratar de uma obra abrangente sobre

---

na Amazônia In: *Congresso internacional de história dos descobrimentos*. Lisboa: CIHD, 1961. – vol. 5, parte II, p. 347-357

[5] CARREIRA, António. *As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969

[6] DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Pará: Universidade Federal do Pará, 1971. 1 v.

[7] FUNES, Eurípedes Antônio. "*Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor": história e memória dos mocambos do baixo Amazonas.* São Paulo: FFLCH/ USP — Departamento de História, *1995* (Tese de doutorado).

[8] SALLES, Vicente. O Negro no Pará: sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

a escravidão negra nesta região, algumas questões foram pouco analisadas, como a que se refere aos quilombos constituídos no norte do Brasil, embora tenha apontado pistas relevantes para futuras pesquisas sobre os mocambos ou quilombos da Amazônia.

Dos poucos estudos que tratam da escravidão africana nesta região, deve também ser mencionado a tese de doutoramento de Rosa E. Acevedo Marim, *Du Travail Esclavage ao Travail Libre – le Pará (Brésil) Sois lé Regime Colonial Et Sous l' Emperie* (1985),[9] cuja pesquisa abrange os séculos XVII a XIX, onde é analisado o processo de transição do trabalho escravo ao livre. Contudo, não contempla os espaços dos escravos nem mesmo a sua participação nos movimentos emancipacionistas, na província do Grão-Pará, reforçando a ideia de que esses eram exclusivos de brancos em luta pelo fim da escravidão. A obra *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica* (1988),[10] de Arthur Napoleão Figueiredo e Anaiza Virgulino, tem por base a identificação e transcrição de uma série de documentos referentes ao tráfico e à escravidão no século XVIII. É importante destacar ainda os artigos que fazem alusão a abolição da escravidão: *Africanos na Amazônia: cem anos antes da abolição* (1988), de Arlene M. Kerlly-Normand e *A diáspora africana na Amazônia e a abolição da escravatura no Pará (1988),* de Napoleão Figueiredo, texto não publicado, pronunciado na conferência ocorrida na sessão comemorativa

[9] MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Du Travail Esclavage au Travail Libre - Le Pará (Brésil) sois le Régime Colonial et sous l'Emperie (XVII – XIX Siècles). École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985 (Tese de Doutorado).

[10] FIGUEIREDO, Arthur Napoleão e VIRGOLINO-HENRY, Anaíza. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: SEDUC, 1988.

ao centenário da abolição "promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 19 de maio de 1988".[11]

Eliane C. O'Dwyer, no ensaio *Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra (*1993),[12] faz algumas considerações sobre os enfrentamentos das comunidades negras do Erepecuru e Trombetas pela titulação das áreas ocupadas, tendo a questão da etnicidade como elemento legitimador de tais reivindicações. Contudo, esta autora faz pouca referência a história de constituição dessas comunidades. Relaciona-se ainda as monografias realizadas (1989) sobre a localidade de Pacoval: *O negro na fala do branco: o discurso de madame Coudreau sobre os mocambeiros do Curu,* de Aldrin Moura de Figueiredo, e *Marambiré: o negro no folclore paraense,* de Ligya Conceição Teixeira.[13]

O estudo *Negros do Trombeta: guardiães de matas e rios* (1993),[14] de Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, analisa os processos de mudanças e a emergência de novas dinâmicas sociais e econômicas em comunidades negras rurais no médio Rio Trombetas, enfatizando a questão da identidade e

[11] Informações extraídas do texto Napoleão e a Presença Africana na Amazônia**,** de autoria de José Maia Bezerra Neto. IN: *Revista Estudos Amazônicos,* 2008, p. 119.

[12] O'DWYER, Eliane Cantarino. Remanescentes de Quilombos na fronteira Amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: *Terra de Quilombos.* Rio de Janeiro: ABA/CFCH-UFRJ, 1993.

[13] Dados obtidos na obra, de autoria de FUNES, Eurípedes Antonio, "*Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor": história e memória dos mocambos do baixo Amazonas***.** São Paulo: FFLCH/USP — Departamento de História, *1995* (Tese de doutorado).

[14] ACEVEDO, Rosa e CASTRO, Edna. *Negros do Trombeta guardiões de matas e rios*. Belém: UFPA, 1993.

territorialidade através da legitimidade da posse da terra. Porém, as autoras não aprofundam discussões sobre o processo histórico de constituição e organização dessas comunidades quilombolas.

Na tese *"Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor": história e memória dos mocambeiros do Baixo Amazonas (1995)*,[15] Eurípedes Funes trata de povoações quilombolas, fundamentalmente, do Baixo Amazonas, no oeste do Pará, cuja permanência se concretizou nas várias povoações negras rurais hoje estabelecidas nos rios e lagos da região Amazônica, das quais destaca a comunidade de Pacoval, localizada à margem direita do rio Curuá, no Município de Alenquer. O estudo recupera, por meio de documentos oficiais e das falas de descendentes de antigos mocambeiros, indícios de constituição e consolidação dos seus redutos, bem como ressalta a construção de identidade étnica e cultural, e a constituição de uma territorialidade, através da luta pela conquista da posse da terra de negros. Porém, a referida obra toca de leve em questões concernentes a saúde, educação, práticas culturais, e formas articuladas de vivencias e afazeres cotidianos da comunidade de Pacoval.

Flávio dos Santos Gomes, nos artigos *Nas Fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protestos escravos na Amazônia colonial* (1996) [16] e *Liberdade Entre Rios e Igarapés* (1996),[17] ao cruzar a documentação arquivística dos séculos XVIII e XIX com a pesquisa etnográfica, analisa processos de fugas, politização de escravos, aquilombados e a vida rotineira dos descendentes de escravos na Amazônia.

[15] "*Nasci nas Matas, Nunca Tive Senhor", 1995*.

[16] GOMES, Flávio dos Santos. Nas Fronteiras da Liberdade: Mocambos, Fugitivos e Protestos Escravos na Amazônia Colonial. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: SECULT\ Arquivo Público do Estado do Pará, 1996.

[17] GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade entre rios e igarapés. In: *O liberal*, Belém, nov. 1997.

Na região do Tocantins, até a década de 1990, existiam raras referências acerca da presença negra, resumindo-se em breves parágrafos ou frases evidenciando a chefia feminina nos quilombos desta região, dos quais se destaca: *Anfiteatro Amaz*ônico, de Raimundo Morais (sd)[18]; *O Negro no Pará,* de V. Salles (1981);[19] *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão*, de Maria Lucia Mott (1988).[20] José Carlos Castro, no artigo *Resistence et Survance des Communates Noires de la Region du Baixo-Tocantins* (1980),[21] é um dos primeiros trabalhos a tratar de alguns dados históricos, sociais e populacionais de três povoações negras rurais do município de Cametá: Juaba, Mola e Laguinho. A partir de então, trabalhos recentes sobre os povoados negros rurais não só reconstituem a história de constituição de antigos quilombos e povoações remanescentes desta região, como destacam a importância feminina na formação e liderança de povoados negros rurais mesclados aos seus mais variados modos de se relacionarem com a natureza, criarem atalhos em busca da sobrevivência, conduzir modos de trabalhos, rituais religiosos e arranjos familiares. Dentre os quais se encontram alguns textos etnográficos, monografia de conclusão de curso, dissertação de mestrado e tese de doutorado de autoria de B. C. de Moraes Pinto, como: *Quilombo do Mola: local de ramificação e ponto de partida para uma reconstrução etnográfica* (1995);[22]

[18] MORAIS, Raimundo. *Anfiteatro Amaz*ônico. 2ª. Edição: Companhia Melhoramento, s d., p. 164.

[19] SALLES, Vicente. O Negro no Pará, 1971.

[20] MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 47.

[21] CASTRO, José Carlos Dias de. Resistence et Survance des Communantes Noires de la Region du Baixo-Tocantins (Amazonie Brésilienne) In: *Bicephale Europa Amérique Latine,* nº 2, niver, 1980.

[22] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Quilombo do Mola: local de

Manifestações Culturais da Vila de Juaba: o mínimo que restou de uma raça (1995);[23] *Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas* (1999);[24] *Escravidão, Fuga e a Memória de Quilombos na Região do Tocantins* (2001);[25] *Parteiras, "Experientes" e Poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta* (2004).[26]

Maria Joana Amorim, nos estudos *Reconstrução Historiográfica do Povoado de Tomásia: símbolo de sobrevivência sob uma economia minifundiária* (1995)[27] e *Etnografia do*

---

ramificação e ponto de partida para uma reconstrução Historiográfica. In: *XVIII Simpósio Nacional de História- História e Identidade- da ANPUH*, Recife\ Pernambuco, julho de 1995.

[23] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Manifestações Culturais da Vila de Juaba: o mínimo que restou de uma raça.* UFPA, 1995 (História, Monografia de conclusão de Curso, Publicada, em 2007, pela BCMP Editora, com o título de *Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado Amazônico)*.

[24] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas*. PUC/São Paulo, 1999 (História, Dissertação de Mestrado, publicada, em 2004, pela Editora Paka-Tatu, com o Título de *Nas Veredas da Sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônico*).

[25] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Escravidão, Fuga e a memória de Quilombos na Região do Tocantins – Pará. In *Revista Projeto História nº 22 – História e Oralidade*- PUC/São Paulo, 2001.

[26] PINTO, Benedita Celeste de Moraes*. Parteiras, "Experientes" e Poções: o dom que se apura pelo encanto da floresta. PUC: São Paulo,* 2004 (História, Tese de doutorado, publicada em 2010 pela Editora Açaí, com título *de Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*).

[27] AMORIM, Maria Joana Pompeu. *Reconstrução Historiográfica do povoado de Tomásia: símbolo de sobrevivência sob uma economia minifundiária*. Cametá: UFPA, 1995 (História, Monografia de conclusão de Curso).

"Cunvidado": trabalho e lazer de grupos familiares em Tomáia (2000);[28] Aurivane Néri, *Descrição etnográfica da povoação de Umarizal: um resgate historiográfico* (1995); [29] José Rivaldo Arnoud, *Laguinho: uma posição no cenário paraense* (1995);[30] Ângela M. C. Dias, *Fé e Devoção, o poder do misticismo nas comunidades rurais, no município de Cametá* (1997),[31] reconstituem a partir dos afazeres cotidianos e da tradição oral dos habitantes dos povoados negros rurais de Tomásia, Umarizal, Laguinho e Mola a história de origem destas comunidades e significativos traços culturais que se traduzem nas experiências herdadas de antigos quilombolas.

Seguindo as pistas deixadas pela historiografia Amazônica e as que emergem na memória oral, mediante os relatos orais e as histórias de vida, se vem há praticamente duas décadas, juntando os fios, os indícios, da história de constituição, estratégias em prol da garantia de liberdade e sobrevivência, arranjos sociais, econômicos e culturais de antigos quilombos ou mini quilombos,[32] assim como, das povoações remanescentes ou

[28] AMORIM, Maria Joana Pompeu**.** *Etnografia do Cunvidado: Trabalho e Lazer de Grupos Familiares em Tomásia, Cametá* (PA) UFPA/PLADES, 2000 (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento).

[29] NERI, Aurivane. *Descrição etnográfica da povoação de Umarizal: um resgate historiográfico.* UFPA, 1995 (História, Monografia de conclusão de Curso).

[30] ARNOUD, José Rivaldo. *Laguinho: uma posição no cenário paraense*. UFPA, 1995. (História, Monografia de conclusão de Curso).

[31] DIAS, Ângela Maria Campos. *Fé e Devoção, o poder do misticismo nas comunidades rurais, no município de Cametá*. UFPA, 1995 (História, Monografia de conclusão de Curso).

[32] Sobre quilombo matriz e a formação de "quilombos filhos", ver: FREITAS, Décio. *Escravos e Senhores de Escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

originadas a partir desses redutos negros na região do Tocantins ou Amazônia Tocantina, no Pará.

Sabe-se que na região Amazônica a escravidão negra não foi tão intensa, em termos quantitativos, como nas áreas de grandes cultivos de cana-de-açúcar, café ou de extração de minérios. Porém, a escravidão de negros africanos conviveu simultaneamente, nesta região, com a indígena. A presença de negros escravizados na Amazônia tornou-se mais efetiva a partir de 1755, quando a coroa portuguesa, numa tentativa oficial de regularizar a oferta da mão de obra negra escrava, incentivou a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e do Maranhão, propiciando contatos diretos do norte do Brasil com os portos africanos. Nos vinte dois anos de atividades desta companhia, estima-se que foram introduzidos na Província do Grão-Pará, aproximadamente, dez mil negros africanos procedentes dos Grupos Banto e Sudanês. Eram homens e mulheres que se destinavam à lavoura de exportação – como cana-de-açúcar, tabaco, arroz, algodão e cacau-, à agropecuária e aos serviços domésticos.[33]

No século XIX, a população negra na Amazônia era considerável, onde juntamente com a indígena foram se entrelaçando nos aspectos econômicos, social e cultural. As peças africanas se distribuíam em Belém, capital da Província do Grão-Pará e nas circunvizinhanças, como Moju, Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião. Salles ressalta que, durante este século, a lavoura canavieira alargou-se por uma extensa área, estendendo-se em redor do Golfo Marajoara, ocupando algumas áreas da Ilha de Marajó, subindo, também a calha

[33] SALLES, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Belém: SECULT, 1988, p. 26-60.

do Rio Tocantins. Em Cametá, no ano de 1752, existiam 129 proprietários agrícolas, dentro da vila e nos sítios próximos, onde o trabalho era voltado para a lavoura canavieira, cacaueira e roças de espécies alimentícias.[34]

Durante o período escravista os negros resistiram contra a escravidão em todo o Brasil. Na opinião de Eduardo Silva & João Reis, no sistema escravista, a unidade básica de resistência foram as fugas. Para um produtor definido como 'cativo', o abandono do trabalho significava "um desafio radical, um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade. Quilombos[35] pressupõem fugas, tanto individuais quanto coletivas."[36] "O quilombo se constituiu um enclave, uma das principais alternativas de negação da produção escravista por parte dos produtores oprimidos".[37] De forma espontânea ou planejada, a fuga servil contribuiu para a formação de comunidades de fujões, nos arredores dos locais

[34] SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*, 1988, p. 123.

[35] É importante esclarecer que de origem Kimbundo (Sul de Angola) as palavras *quilombo* e *mocambo* têm significados diferentes: *quilombo* significa lugar de acampamento, de refúgio; também significaria o modo móvel de morar do povo Imbangala. Enquanto, *mocambo* que dizer cumeeira, *pau de fileira*. Segundo Kent o termo quilombo não aparece no vocabulário brasileiro do início do século XVII. "O assentamento de escravos fugidos é conhecido como *mocambo,* uma descrição apropriada já que mukambu em Ambundu significa esconderijo de gente de má nota". KENT, R. K. Palmares: um Estado africano em Brasil. In: PRICE. Richard. *Sociedades Cimarronas: Comunidades esclavas rebeldes en las Américas*. Mexico: Siglo XXI, 1981, p. 137; BERKENBROCK, Volney J. *A Experiência dos Orixás: um estudo sobre a experiência religiosa no Candomblé*. Vozes: Petrópolis: RJ, 1997; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 66.

[36] REIS, João José. Rebelião *escrava no Brasil: a história do levante dos malês.* 1835**.** São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 62.

[37] FIABANI, Adelmir. *Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 -2004)*, 2005, p. 23.

de trabalho, nas cidades, nas catas, nas fazendas, e por vezes em lugares de difícil acesso.[38] Conforme ressalta Maestri,

> os fujões escapavam em grupos ou aos pares, mas, sobretudo sozinhos, para visitar amigos e parentes; viver como negros livres nas cidades e nos campos; procurar a proteção de acoitador; encontrar o abrigo em um ermo do interior. A documentação está prenhe de registros dessa vontade incessante de liberdade e, não raro, da dura vontade de mantê-la, mesmo pela força.[39]

Estas fugas e aquilombamentos causaram insônia e muita dor de cabeça, tanto para os proprietários de escravos, como para as autoridades legais, em toda a Província do Grão-Pará[40]. Segundo Salles, nesta província a fuga de negros escravos tornou-se um processo rotineiro e até certo ponto incontrolável, ganhando maior vitalidade com a propaganda da Independência, que acabou exercendo maior atração dos negros pela liberdade.[41] Estes, nas fugas, mesmo perseguidos pela força militar, cujo emprego principal se tornou a caça de fugitivos, tomavam rumo em diversas direções. No itinerário das fugas de negros escravos, a região do Baixo Tocantins despertava certa sedução, pois aí, principalmente na localidade de Cametá, ventilavam-se algumas movimentações contra o regime de então, que se arrastaram após a Adesão do Pará à Independência, mesclando-se com os ideais do movimento Cabano.[42] Conforme pode ser verificado

[38] REIS, J. J. & GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) *Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[39] MAESTRI, Mário. Uma Defesa do Quilombo. In: *Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes* (1532 -2004), 2005, p. 8-9.

[40] SALLES, Vicente. *O Negro no Pará,* 1988.

[41] SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*, p. 208-209.

[42] O Movimento Cabano ou Cabanagem [1835-1840] foi uma revolta popular

no seguinte documento citado por Palma Muniz:

> Distrito de Cametá, para onde mais afluíam os escravos fugidos e os próprios desertores das tropas, era uma verdadeira ameaça, por se ter nesse período tornado um foco de desordens, que se prolongaram até depois da adesão à Independência, e para assim dizer, emendando com os lutuosos dias da cabanagem, havendo sido uma medida quase que paliativa a ida do Bispo D. Romualdo a Cametá a pedido da Junta de 17 de agosto de 1823, logo depois da proclamação de D. Pedro.[43]

O historiador Flávio Gomes refere-se a uma denúncia de levante escravo de grande proporção ocorrido na região do Tocantins, mais precisamente na localidade de Cametá, em 1774, onde "dezenas de escravos pertencentes a Antonio de Medeiros abandonaram as senzalas e desceram de canoas pelo Rio Tocantins, dando salvas de tiros por onde passavam. Os motins de tropas militares e deserções de soldados nessa região era outro problema crônico."[44]

Foram fugas, levantes escravos e deserção que originaram vários redutos de aquilombados ou mocambeiros na região do Tocantins, onde, ainda hoje, permanecem seus vestígios, cujas histórias estão sendo reconstituídas a partir da evocação da memória e do exercício das lembranças de descendentes que

---

contra a coroa portuguesa, que tinha o controle político e econômico da região Amazônica. Representou a união de classes subalternas, intelectuais, parte do clero e de elites nacionalistas, na luta para que os ideais de liberdade fossem concretos. Foi, portanto, uma revolução de caboclos, índios, negros, que envolveu o campo e a cidade, através da qual o povo conseguiu chegar ao poder e nele se manteve por um determinado tempo.

[43] MUNIZ, Palma. Adhesão do Grão-Pará à Independênci*a*. IN: *Revista do Instituto histórico e Geográfico do Pará*, 1922. p.140

[44] GOMES, Flávio dos Santos. Nas Fronteiras da Liberdade, 1996, p. 143.

vivem nos povoados remanescentes, do cruzamento com notas de jornais e de documentos oficiais escritos na época. Pesquisas, recentes nesta região, têm encontrado indícios da formação de vários quilombos. Alguns foram destruídos, outros jamais foram descobertos.[45]

No município de Cametá tem-se o antigo quilombo do Mola ou do Itapocu (denominação que se faz presente tanto na tradição oral local, quanto na imprensa escrita e nos documentos oficiais da época) que teria sido formado na segunda metade do século XVIII, constituído por mais de trezentos negros e sob a liderança de uma mulher, denominada de Maria Felipa Aranha. Seus habitantes viveram ali por vários anos sem serem "ameaçados" pelas forças legais, embora, durante a pesquisa, se tenha encontrado algumas notas, como a seguinte, publicada no jornal *A Província do Pará*, de 1877, se referindo ao quilombo de Itapocu:

> Ilmo. Sr. Redator, tendo V. S. Tomado em consideração os nossos reclamos sobre o quilombo de Itapocu e por intermédio de quem outros jornaes se tem ocupado do mesmo assunto, pelo que muito felicitamos, esperando que o governo tome em consideração o estado grave que de dia para dia aumenta; levamos a sua presença uma relação dos que existem fugidos somente desta comarca, que de momento lembramos para V. S. ter a bondade de mandar publicar, prometendo-lhe ir mandando relação dos mais de que fomos informados (...) – Cametá, 28 de julho de 1877.[46]

[45] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas Veredas da Sobrevivência.* 2004, p. 43

[46] Em anexo a este texto havia a relação de 55 escravos fugidos para o quilombo de Itapocu, bem como dos seus respectivos donos, num total de 36 nomes.

Enquanto os reclamos aflitos sobre o quilombo de Itapocu e outros núcleos de resistência negra ganhavam espaço nos jornais, os negros que aí habitam adotavam diversas táticas de defesa e resistência. O quilombo do Mola ou Itapocu, um dos mais importantes focos de resistência negra da região do Tocantins, deu origem a vários pequenos mini-quilombos, dos quais destacam-se: Tomásia, Laguinho, Porto Alegre, Porto Seguro, Porto Grande, Itapocu, Bom Fim, Boa Esperança, Puxa Regue, Matias, Mocambo e João Igarapé. No município de Mocajuba formou-se o quilombo de Icatu e Putiri; Umarizal, Bailique Centro, Bailique Beira, Joana Peres, Retiro, Santa Fé e Igarapé Preto (no Município de Baião) se originaram do antigo quilombo de Paxibal.[47]

Os diversos quilombos que se formaram na região de Cametá são fruto das fugas de negros escravizados, de localidades circunvizinhas e até das vilas da região do Baixo Tocantins. Os quilombolas, quando ameaçados tanto pela reescravidão quanto pela sobrevivência, adentravam matas, rios e igarapés e, no interior da floresta, reproduziam novos mocambos, como ocorreu com a povoação do Mola, que serviu de referencial para a formação de outros povoados eminentemente negros, que se organizaram em outros pequenos núcleos populacionais, todos ligados por laços de parentescos, constituindo-se até a primeira metade do século XIX em mini quilombos.[48] Como ressalta o relato a seguir:

> No Mola era onde os escravos se rebelavam contra os senhores se refugiavam (...). Daí do Mola eles iam indo

[47] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas Veredas da Sobrevivência,* 2004, p. 47.

[48] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Escravidão, Fuga e a memória de Quilombos,* 2001.

> para o centro. Varavam pro rio Eira. Tem um lugar por nome Mocambo. Então esses eram lugar para onde os escravos iam se esconder (Fala do Sr. José Maria Mendes, mais conhecido por Zito, morador da vila de Juaba, município de Cametá, entrevista realizada em julho de 1995).

Fatores como defesa e crescimento demográfico acabaram ocasionando a formação de outros redutos de negros fugidos. Com o acréscimo, cada vez maior, de integrantes nos quilombos, a produção destes era insuficiente para suprir as necessidades de seus habitantes. Sua precária autonomia era assegurada pelo extrativismo vegetal, caça, pesca e agricultura de subsistência, através do cultivo da mandioca, do arroz e do milho. A ameaça da reescravidão era um outro fator de dispersão dos aquilombados, pois viviam constantemente sobressaltados, com medo que as autoridades legais viessem persegui-los e consequentemente destruir seus redutos.[49]

Desse modo, deixavam os laços de amizade e parentesco constituídos no seu reduto anterior e saíam mata adentro procurando outro pouso, capaz de corresponder a suas necessidades. Na luta pela liberdade e pela sobrevivência, os negros iam construindo outros núcleos – novos mini quilombos –, povoados que se encontram, hoje em dia, em processo de desagregação, como é o caso dos povoados de Mola, Laguinho, Tomásia, Boa Esperança e Porto Seguro. Mas, a memória sobre os quilombos da região e a escravidão aí sobrevive, ainda que fragmentada nas histórias de vida dos mais velhos habitantes destes povoados. As lembranças são meio confusas, demoradas, obscurecidas, são imagens que o tempo se encarregou de guardar

[49] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas Veredas da Sobrevivência*, 2004.

como se fossem um filme preto e branco semidestruído.[50]

> Esse Itapocu e esse lugares que existe por aqui foram todos formados pelos pretos velhos, resistentes, fugidos da escravidão (Fala do Sr. Marciano do Espírito Santo, Morador da localidade de Itapocu, município de Cametá, entrevista realizada, em fevereiro de 2012).

A memória tem sido a maior aliada na realização dos estudos desses antigos quilombos, que acaba vindo à tona, através das falas multifacetadas de velhas e velhos, os guardiões da Memória, lembranças do "tempo dos antigos", "dos fugidos", que a memória teima em "cavar no passado",[51] como a do senhor Leucádio Tavares:

> Os meus avós eram escravos, os avós dos meus pais eram escravos também. Leucádio Tavares era amigo também do avô do compadre Zito Mendes (...). Era José, não seio o que; Amâncio! E o avu do meu pai era Leucádio; até o meu pai pus o meu nome por lembrança, Leucádio. O nome do avu do meu pai era José Leucádio; aí o meu pai pus o meu Leucádio José (Fala do Sr. Leucádio José Tavares, mais conhecido por o Loló, vila de Juaba, município de Cametá, entrevista realizada em outubro de 1995).

É mediante a memória dos antigos moradores da região que se busca compreender a historicidade de povoados negros rurais da região do Tocantins, como Mola, Laguinho, Tomásia, Boa Esperança e Porto Alegre – no município de Cametá; Icatu e Putiri – no município de Mocajuba; e o povoado de Umarizal,

[50] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Parteiras e "Poções" Vindas das Matas e "Ribanceiras" dos Rios. IN: *Revista Projeto História nº 23- Natureza e Pode*r- PUC/São Paulo, 2001.

[51] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas Veredas da Sobrevivência*, 2004, p. 46.

e Igarapé Preto e Bailique, no município de Baião. É através de relatos orais de velhos e velhas dessas povoações, lembranças longínquas, dos seus ancestrais negros escravizados, fugitivos e/ou "resistentes da escravidão" e libertos, que emerge a história de constituição dos seus povoados, são os processos simbólicos e suas representações sobre o que vou denominar aqui de mito de origem e de constituição desses povoados negros. Pois, é através das falas desses descendentes que emergem para o momento presente as lembranças das festas que os negros faziam nos antigos quilombos ou mocambos, ritmadas pelo Samba de Cacete ou Siriá, Bangüê, Dança do Bambaê do Rosário, Dança do Marierrê, e a veneração a imagens como Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição, Virgem Maria, São Benedito, Trindade dos Inocentes.[52]

> Sabe, dona, o meu avu cuntava, aqui nu Juaba tinha uns preto que era escravos, eles fugiam dos donos deles pra irem nuns samba que tinha no Mola. Elis atravessavam esse Itapucu arta [alta] hora da nuite, era tudo escundido (...). Eles também vendiam as frutas, us pexes [peixes], êta, túdu escondido. Eles faziam essas cuisas prus colegas deles que não pudia saí de lá do centru (...). Porque o meu avu cuntava que esse pessuá daí du cêntru era muito pirseguido (perseguido) (...). É du Laguinhu, Mola, Porto Alegre, esse pessuá daí. Era um tá de pega pega, que meu avu falava, era nimígu [inimigo] desse pessuá du cêntru (Fala de dona Rosa Borges, 78 anos, parteira, moradora da vila de Juaba, município de Cametá, entrevista realizada, em outubro de 1995).

É sabido, atualmente, que as teorias acerca dos quilombos como comunidades isoladas por própria opção de seus

[52] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas Veredas da Sobrevivência*, 2004, p. 48-49.

habitantes são infundadas, pois os fugitivos resistentes do escravismo, além de se preocuparem em proteger e defender os redutos constituídos por eles, também procuravam estabelecer-se em locais que favorecessem possíveis práticas econômicas. Conforme se pode verificar a partir das ligações de vínculo econômico que eram praticadas entre quilombolas e marreteiros ou regatões,[53] cujas lembranças ressurgem na memória, através das falas dos entrevistados.[54] Segundo Gomes,

> estes contatos acabaram por constituir a base de uma lei maior de interesses e relações sociais diversas, de onde os quilombolas souberam tirar proveito fundamental para a manutenção de sua economia. Esta rede complexa de relações sociais teceu-se a partir das ações dos variados agentes históricos envolvidos, tendo assim, lógicas próprias, nas quais entrecruzavam-se interesses, solidariedades, tensões e conflitos.[55]

A natureza era a maior aliada dos habitantes dos antigos quilombos na Amazônia Tocantina, pois dela extraíam o necessário para sobreviver. Na mata coletavam os frutos comestíveis, como uxi, piquiá, tucumã, bacuri, miriti, açaí etc.; caçavam animais como tatu, paca, cutia, veado, porco espinho, mucura, porco do mato e outros; tiravam folhas, raízes e cascas

[53] Na região Tocantina, diz-se regatão para um mercador que varava os rios e igarapés da Amazônia em grande canoa a remo, também chamado de batelão, a fim de comerciar com a população os produtos que trazia, como tecidos, sal, redes, ferramentas, munição, e levar em troca produtos como farinha, xerimbabos ou, segundo a forma mais recorrente na região, serimbabos, frutos coletados da mata, ervas medicinais etc.

[54] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Memória, oralidade, danças,* 2007.

[55] GOMES, Flávio dos Santos. *Para Matar a Hidra: uma história de quilombolas no Recôncavo Guanabara* – Século XIX. Textos Históricos 2 (3). 1994.

de paus utilizados como remédios para curar suas doenças, além das madeiras e palhas de palmeiras com as quais construíam suas casas, suas canoas e demais utensílios de uso diário. Nos rios e igarapés havia os peixes e mariscos.[56] A natureza também se encarregava de fazer germinar a maniva e engrossar as raízes de mandioca, com que os quilombolas faziam a farinha de mandioca e outros derivados que utilizavam em sua alimentação.

As falas dos guardiões da memória, além deixarem emergir pistas do início da formação da maioria destes povoados, também ressaltam a participação feminina nas suas devidas constituições. Nos retalhos das lembranças, aos poucos, vão insurgindo mecanismos diversos de resistência da mulher no Tocantins, suas lutas em torno da manutenção da família e, fundamentalmente, o manejo do poder espiritual que tinha como suporte básico as fórmulas a base de plantas e ervas, com as quais curava a sua gente, e o papel de liderança no cotidiano dos seus povoados.[57]

> (...) Os nossos antepassados, avós, nossas mães, e nós mesmo, nascemo da madre dessas matas, desses rios; é por isso que algumas de nós consegue entender a linguagem dos espíritos, dos encantados do fundo e da mata (...) foi por meio desse mistério, que recebemo de Deus o dom pra benzê, pra apará criança, fazê remédios de folhas e cascaria de pau (Fala da Parteira Custódia Vieira, mais conhecida por Zinha, 73 anos, moradora da povoação de Umarizal, município Baião, entrevista realizada em fevereiro de 2001).

Desde a formação dos antigos quilombos na região do Tocantins, parteiras, curandeiras ou "experientes" e benzedeiras

[56] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Quilombo do Mola*,* 1995.

[57] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das Matas,* 2010.

vêm desempenhando múltiplos papéis, como chefes de família, organizadoras e condutoras de rituais religiosos, além de líderes fundadoras de povoados. Como foi o caso da negra Maria Felipa Aranha (nome consagrado e recorrente na memória local), que liderou e administrou mais de trezentos negros, que viveram ali por vários anos sem serem "ameaçados" pelas forças legais. Raimundo Morais, além de fazer referência a posição vantajosa deste reduto de fugidos, também ressalta o mando e a aglomeração dos negros em torno da "destemida mulher negra que a história guarda com simpatia sob o nome de Felipa Maria Aranha".[58]

Nas falas de velhas e velhos a imagem dessa mulher ganha feições. Nas lembranças do "tempo dos antigos", que a memória teima em "cavar do passado" sua figura surge como a grande mãe, sábia e líder, que além de ditar as regras administrativas do quilombo, também dominava os segredos das matas, rios e igarapés, com os quais compunha suas rezas, evocava os espíritos e produzia as beberagens de folhas, raízes, cascas, seivas, banhas ou parte de animais para utilizá-las por ocasião das benzeções, curas e partos.

Maria Luiza Piriá ou Pirisá, como também aparece em alguns relatos, é outra mulher que ganha visibilidade através da evocação da memória. Nas histórias vividas e nas contadas, ela é personificada como a sucessora de Maria Felipa Aranha, de quem teria herdado o tino tanto para liderar como para conduzir as entidades espirituais propícias a rezas e curas. Nas lembranças e histórias contadas, Maria Luiza não só ganha visibilidade como o seu papel de liderança, a rigidez das suas ordens, coragem, animação, e até o feitio das suas roupas vão se perpetuando e vivendo na memória dos seus descendentes. É personificada

[58] MORAIS, Raimundo. *Anfiteatro Amazônico*, s.d., p.164.

como *"uma negra grande, gorda"*, de fartas saias floridas, "*muito animada, que gostava de fazer festas*". Considerada por seus descendentes como uma mulher de ideias engenhosas, porque *"inventava da própria cabeça*" tanto as rezas de cura como as de consagração aos santos. Do seu engenho de ideias, a grande produção que vence o tempo e alcança gerações é a Dança do Bambaê do Rosário, prática cultural, em honra a Nossa Senhora do Rosário, que acontece, na Vila de Juaba, Município de Cametá.[59]

A parteira e curandeira Maria Juvita foi mais uma dessas mulheres, que fizeram a sua própria história na região do Tocantins. Ao migrar do Mola, fundou e liderou por muitos anos o povoado de Tomásia, e após sua morte, suas descendentes a substituíram na liderança e chefia neste povoado. Paula e Hilária foram duas parteiras e curandeiras que ao adentrarem no seio da mata construíram o primeiro tapiri que deu origem a povoação de Laguinho, no município de Cametá.

As negras Leonor, Virgilina, Francisca, Maximiana e tantas outras, ao se embrenharem na mata, tiveram participação ativa na constituição do antigo quilombo de Paxibal, no município de Baião. É através de uma memória herdada que os nomes dessas mulheres emergem como parteiras, benzedeiras e curandeiras, vistas por seus descendentes como *"mulheres mágicas*", possuidoras de um extenso repertório de orações e fórmulas caseiras para os mais diversos fins; sabedoria popular e farmacopeia natural, exclusivamente extraída das matas e das ribanceiras dos rios, tradicionalmente repassada de uma geração para outra.[60]

[59] PINTO, Benedita Celeste de Moraes**.** *Memória, oralidade, danças,* 2007.

[60] PINTO, Benedita Celeste de Moraes*. Parteiras, "Experientes" e Poções,* 2004, p. 247.

Essas mulheres além de ajudarem a construir os primeiros tapiris para abrigar a família, se esgueiravam na mata para coletar frutos comestíveis e fazer as armadilhas para pegar caças. Nas histórias contadas pelos mais velhos, emergem várias das suas artimanhas para adquirir a alimentação do grupo. Improvisadoras, que sempre foram, acabavam criando alternativas para suprir as necessidades básicas do cotidiano. Da mata e barrancos das beiras dos rios e igarapés, além de extraírem palhas, cipós, cascas de pau, talas, fibras e barro, com os quais inventavam e reinventavam as coisas utilitárias da vida diária, obtinham os mais diferentes tipos de plantas, ervas, seivas e banhas para curar as doenças do seu povo.[61]

No entanto, uma das condições básicas para que uma mulher conquistasse respeito e consideração como "grande mãe" pairava sempre nos seus dons de "mulheres mágicas" refletidos nos saberes de parteiras, curandeiras e benzedeiras. Forças de ordem sobrenatural como ajutórios em suas conquistas propiciavam, tanto o reconhecimento diante dos seus, como garantiam a essas agentes históricas o domínio de um universo especificamente feminino.

Essas mulheres ao ultrapassarem a condição do "ser frágil", "passivo" e "dependente" foram capazes de construir a história de suas próprias existências e de seus povoados, através da força típica advinda de suas personalidades e de suas múltiplas formas de resistência, que vem sendo repassada até os dias atuais por algumas de suas descendentes nos povoados negros rurais da Região do Tocantins, no Pará.[62]

[61] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Parteiras e "Poções" Vindas das Matas e "Ribanceiras" dos Rios. IN: *Revista Projeto História nº 23- Natureza e Po*der- PUC/São Paulo, 2001, p. 340.

[62] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Nas Veredas da Sobrevivência, 1999, p. 18-19.

Por outro lado, para os remanescentes de quilombolas da região o direito a posse da terra, garantido em 1988, através no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, ainda é praticamente desconhecido pela maioria dos habitantes das povoações negras rurais, originárias de antigos redutos de negros fugitivos ou "resistentes", da região do Tocantins como, por exemplo, as povoações de Mola, Tomásia, Itapocu, Bom Fim, Laguinho, Boa Esperança, João Igarapé, Porto Seguro e Joana Peres. Dos povoados que já entraram na luta pela conquista desse direito, apenas Igarapé Preto, Retiro, Bailique Centro e Santa Fé (Baião), Matias e Porto Alegre (Cametá) conquistaram o titulo definitivo; enquanto a povoação de Umarizal (Baião), além de enfrentar a resistência de madeireiros, que se instalaram dentro da área previamente demarcada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a ser utilizada pelos descendentes de quilombolas, a associação de remanescentes de quilombolas dessa povoação passou a conviver com o desencontro de opiniões na escolha entre terra coletiva ou terra individual.[63]

É importante destacar que, na região do Tocantins, os mais velhos se referem aos antigos redutos dos seus antepassados como lugar "dos fugidos", "dos resistentes", "dos escondidos"; raras vezes se ouve dos velhos as palavras mocambo ou quilombo. A partir de 1995, por ocasião da participação de moradores de povoados negros rurais da região, fundamentalmente de Umarizal, Igarapé Preto, Baile Centro e Baile Beira, nos

[63] PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Tocantins (PA): História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida. In: *Dimensões da Inclusão no Ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

Encontros Raízes Negras, somados aos contatos estabelecidos com integrantes de movimentos negros (como o CEDENPA, Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará), o termo quilombo foi apropriado pelos mais jovens como símbolo de identidade e luta pela posse e titulação de suas terras.

Por outro lado, embora a lei 10.639/2003 tenha instituído a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino, modificada pela lei número 11.645/2008, que incorporou também a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura dos povos indígenas, destacando, desse modo, a importância da compreensão, disseminação e valorização das diferenças culturais para formação de uma identidade étnica positiva. Contudo, especificidades próprias da grande maioria das escolas localizadas em áreas de remanescentes de quilombolas como, distância, dificuldade de comunicação, falta de profissionais qualificados e ausência de projetos pedagógicos, acabam esfacelando a obrigatoriedade que essas escolas têm de transmitir as histórias de resistência de antigos quilombolas ou "resistentes", modos de vida, experiências culturais e religiosas, trajetória de lideranças, e a situação atual das comunidades negras rurais remanescentes de quilombolas.

Sem falar nas inúmeras dificuldades que são enfrentadas cotidianamente pelos habitantes dessas povoações, visto que nenhuma delas possui saneamento básico de qualquer espécie, quando contam com um pequeno posto de saúde, o seu funcionamento é deficitário. Suas estradas ou ramais de acesso são mal conservadas e os meios de transportes praticamente inexistem. As escolas existentes nesses povoados, assim como o nível de formação do quadro de professores que as compõem, estão aquém das aspirações das populações locais. Com exceção de Umarizal e Joana Peres (município de Baião)

e Juaba (município de Cametá), que podem ser caracterizados como grandes povoados, comparados a outros da região, o espaço físico destinado a escola nessas comunidades raramente ultrapassa a uma sala de aula, isso quando a escola, que de modo geral funciona pelo sistema multisseriado, não é improvisada em alguma residência particular ou então no Barracão de festa e reuniões da povoação como ocorre, por exemplo, nas povoações de Bom Fim, Laguinho e Tomásia.[64]

Contudo, acredita-se que tais ilustrações não poderiam ser vistas pelo viés da pobreza, da conformação ou vitimação, mas como razões que destilam luta, engajamento político e força de vontade dos remanescentes de quilombolas da região, que organizados em associações como Associação de Pequenos Agricultores Rurais, Associação de Mulheres Produtoras Rurais e Associação de Remanescentes de Quilombolas, para organizados reivindicarem não só meios que lhes possibilitem melhores condições de saúde, estrutura, produção econômica, melhorias de sobrevivência, reconhecimento e titulação definitiva de suas terras. Assim como, escolas dignas para suas crianças, que venham incluir no seu currículo pedagógico a transmissão e valorização da história, da cultural e das experiências cotidianas dos quilombolas.[65]

[64] PINTO, B. C. de Moraes. Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Tocantins (PA*),* 2006, 282.

[65] PINTO, B. C. de Moraes. Os Remanescentes de Quilombolas ... p. 282-283.

HISTORIOGRAFIA SOBRE INQUISIÇÃO NA *AMAZÔNIA PORTUGUESA*

Ivo Pereira da Silva[1]

Introdução

O Tribunal do Santo Ofício foi uma instituição criada no século XIII, com o objetivo claro de conter o avanço dos movimentos religiosos considerados heréticos e contestatórios, que supostamente ameaçavam solapar as bases da Igreja Católica medieval. O papado, com a aprovação de vários governantes, impôs o controle inquisitorial em várias regiões europeias, reprimindo e calando os "hereges". Essa instituição foi reativada no século XV, naturalmente num contexto político, religioso e econômico bastante diferente do medievo.

Foi no território da Península Ibérica – Espanha e Portugal – onde a Inquisição Moderna vicejou com grande força, e alcançou o apogeu. Segundo Anita Novinsky a existência, no território ibérico, de três grandes comunidades religiosas – a cristão, a muçulmana e principalmente a judia – justificou a criação e a força desse tribunal[2].

Os tentáculos da Inquisição Ibérica atravessaram oceanos e mares, atingindo o ultramar. Diferente da Ásia,

[1] Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (2001) e mestrado em História Social da Amazônia pela mesma instituição (2008). Atualmente é doutorando em Altos Estudos em História pela Universidade de Coimbra.

[2] NOVINSKY, Anita. *A Inquisição*. 4ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 21.

onde foi fundado um tribunal em Goa, na América portuguesa nenhum tribunal inquisitorial foi implantado[3]. A presença da Inquisição foi materializada através das periódicas *visitações* dos inquisidores. Segundo Francisco Bethencourt as visitações aos distritos tinham como propósito fundamental examinar, ou, como se dizia na época, "inspecionar" o comportamento e as crenças das populações distantes[4]. As visitas inquisitoriais estavam previstas desde a criação do Regimento do Santo Ofício de 1552. *Visitador*, portanto, era um inspetor das consciências, encarregado de proceder ao levantamento das violações aos preceitos estabelecidos pela Igreja. A presença cotidiana dessa instituição nos trópicos efetivava-se pela ação dos *agentes* inquisitoriais: visitadores, comissários (agentes locais da inquisição, pertencentes ao clero) e familiares (membros civis da inquisição)[5].

[3] A organização do tribunal do Santo Ofício em Portugal foi feita através de distritos, obedecendo aos limites das dioceses, muito embora essa organização tenha variado com o tempo. Em 1565, os tribunais dividiam-se entre: Coimbra, Évora e o tribunal de Lisboa. Havia também, desde 1560, um tribunal em Goa. O tribunal de Lisboa era responsável, dentre outras dioceses, pelos territórios portugueses do Atlântico – as ilhas, o Brasil, as fortalezas e entrepostos na costa noroeste e ocidental da África.

[4] BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições:* Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 187.

[5] A hierarquia do Santo Ofício era estruturada da seguinte maneira: Inquisidor-geral; Conselho-geral; Inquisidor; Deputado e promotor fiscal; Notário (tabelião, *escrivão* público); Meirinho (funcionário judicial correspondente ao atual *oficial de diligências*) e o alcaide (Antigo governador de castelo ou província, com jurisdição civil e militar. *Antigo oficial de justiça*); Solicitador (procurador habilitado por lei para requerer os processos ou quaisquer negócios forenses de outrem) e porteiro. O cargo de visitador (nos distritos) era equivalente ao de inquisidor (na metrópole). Conferir: BETHENCOURT, Francisco. A Inquisição. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 108-117.

No caso do Brasil foram quatro as principais e mais documentadas visitações inquisitoriais ocorridas no período colonial: 1591-1595 (Pernambuco, Bahia, Itamaracá e Paraíba); 1618-1620 (Bahia); 1627-1628 (capitanias do sul); e, finalmente a última e mais longa aconteceu no Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1763 até, provavelmente, 1772[6].

Francisco Bethencourt destaca que as visitações possuíam duas funções sociais: primeira, a sua realização procurava alicerçar os valores, crenças e comportamentos pretendidos pela Igreja através da qualificação dos desvios e do estabelecimento de castigos. E, segunda, serviu para evidenciar simbolicamente o poder do Santo Ofício, fundamentalmente através das cerimônias, ao mesmo tempo em que, enraizava na população a imagem do Tribunal[7].

Evidentemente, impuseram-se certos critérios e recortes na confecção desse artigo. Em primeiro lugar, destaca-se que objeto de análise é a produção historiográfica sobre a terceira visitação do Santo Ofício, capitaneada pelo inquisidor Geraldo José de Abranches que foi comissionado para inspecionar os "estados do Pará, Maranhão, Ryo Negro e mais terras adjacentes" no ano de 1763, consequentemente não se abordará as outras visitações a América Portuguesa; em segundo lugar, este texto não pretende ser uma síntese da história da presença da inquisição na Amazônia portuguesa, as indicações bibliográficas referenciadas ao longo

[6] MELLO, Marcia Eliane A. de Souza e OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. Colonização, Inquisição e Religiosidade na Amazônia Portuguesa no século XVIII. *Mneme – Revista de Humanidades – UFRN*, Caicó, No. 24, V. 9, Set/out. de 2008.

[7] Bethencourt, F. *Apud* OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *Olhares inquisitoriais na Amazônia portuguesa:* o Tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes. Manaus: UFAM, 2010. (Dissertação de Mestrado em História Social), p. 42.

do texto remete o leitor às obras que cumprem esse papel; em terceiro lugar, examinam-se aqui trabalhos que tenham como foco principal o estudo da terceira visitação do Santo Ofício, nesse sentido não são mencionadas obras que abordem o assunto apenas tangencialmente[8].

A historiografia sobre a atuação da Inquisição no Brasil já possui certa tradição. Os estudos inquisitoriais foram pioneiramente iniciados por Anita Novinsky e Sônia Siqueira nos anos setenta. A partir da década de 1980 surge uma "segunda geração" de pesquisadores sobre o tema, podem-se destacar nomes como Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas e Luiz Mott, e, mais recentemente, outros historiadores tem ganhado espaço no campo dos estudos inquisitoriais como Daniela Calainho, Bruno Feitler, Ângelo Adriano de Assis entre outros[9].

[8] Podem-se indicar como exemplo de obras que abordam o assunto tangencialmente os seguintes trabalhos: AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas e a Inquisição em Conflito no século XVII. *Boletim da Segunda Classe – actas e parecere,s estudos, documentos e noticias*, Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, n. 2, vol. X, p. 319-345,março e julho, 1916; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos*. A conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769). Campinas: Unicamp, 2005. (História, Tese de Doutorado); FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina* (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Ática, 1982; SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição Portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978; SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico*: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

[9] Anita Novinsky. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1972; Sônia Siqueira. Op. Cit., 1978; Laura de Mello e Souza. *Op. Cit.,*1986; Ronaldo Vainfas. *Trópico dos pecados*: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997; Luiz Mott. *O sexo proibido*: virgens, gays e lésbicas nas garras da Inquisição. Campinas: Papirus, 1988; Daniela Buono Calainho. *Agentes da Fé:* familiares da Inquisição portuguesa

Atualmente o número dos estudiosos sobre a Inquisição tem crescido de forma vertiginosa, em grande parte pelas facilidades com o projeto de digitalização dos documentos inquisitoriais[10].

No entanto, com afirma a historiadora Maria Olindina Andrade de Oliveira, no que diz respeito a atuação da Inquisição no Estado do Grão-Pará e Maranhão a historiografia não avançou significativamente[11]. Este artigo – que pretende funcionar como um guia (ainda que incompleto) sobre o tema e tem como destinatários os discentes dos cursos de História – busca analisar a produção historiográfica acerca da presença do Tribunal do Santo Ofício no Estado do Grão-Pará e Maranhão por ocasião de sua quarta visita à América portuguesa, ocorrida no século XVIII.

---

no Brasil Colonial. Bauru: Edusc, 2006; Daniela Buono Calainho. *Metrópole das mandingas:* religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime. Rio de Janeiro: Garamond, 2008; Bruno Feitler. *Nas malhas da consciência:* igreja e inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

[10] Maria Olindina afirma que "a primeira iniciativa de vulto se deu em julho de 2005, com a criação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do projeto 'TT On-line', que visava divulgar pela internet as suas principais fontes arquivísticas. Disponibilizando já àquela altura, mais de 52.500 documentos provenientes de alguns fundos do arquivo, e no que toca a inquisição, de uma base de dados com um catalogo em linha. Em julho 2007, foi criado o 'Projecto Inquisição de Lisboa online', cujo objetivo era 'o tratamento arquivístico, a conservação e restauro, a digitalização dos livros, processos, e maços de documentos do subfundo Inquisição de Lisboa do Arquivo Nacional da Torre do Tombo'. Em setembro de 2008 iniciou-se a digitalização de 19.000 processos e 800 livros da Inquisição de Lisboa, o que resultou em dezembro de 2009 na disponibilização on-line de 19.775 registos descritivos e 2.392.997 imagens". Conf.: Maria Olindina Andrade de Oliveira. *Olhares inquisitoriais na Amazônia portuguesa.* P. 12.

[11] Conf.: Maria Olindina Andrade de Oliveira. *Olhares inquisitoriais na Amazônia portuguesa.* p. 45.

O estudo sobre a atuação do Santo Ofício na Amazônia portuguesa é relevante em face da relação profunda que existia entre o Estado e a Igreja Católica no contexto do Antigo Regime. A discussão sobre política, sociedade, economia no Grão-Pará e Maranhão não deve ser feita descolada da dimensão religiosa, e, ao considerar o aspecto religioso do processo de colonização portuguesa, é fundamental analisar o papel da Inquisição. Por outro lado, o estudo da atuação do Santo Ofício lança novas questões sobre as dimensões éticas, econômicas, sociais, políticas e culturais na Amazônia setecentista.

É importante destacar também que os documentos inquisitoriais – as denúncias e confissões feitas à mesa inquisitorial – são de importância inquestionável para a história da Amazônia Portuguesa. Esses documentos descortinam a "intimidade de cada um e de todos"[12], permitindo-nos "ouvir" a confissão do inconfessável, descortinando aquilo que o homem geralmente enterra consigo. Permite-nos também visualizar em geral, não o grande homem, aquele que frequentemente o protagonista nas narrativas de uma história tradicional, mas o homem comum, sendo possível "ouvir" a voz dos sujeitos e protagonistas anônimos da história[13]. Através do *Livro da Visitação* é possível encontrar o homem e a mulher da Amazônia portuguesa no seu dia-a-dia, na sua maneira de crer, de amar, de sofrer, enfim, as maneiras de *ser* e de *pensar* desse homem.

Finalmente, é relevante destacar que o estudo sobre a atuação do Santo Ofício na Amazônia, ou em qualquer lugar, em

[12] LAPA, José Roberto do Amaral. A Visita Oculta. In: *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 75.

[13] Jim Sharpe. *A História vista de baixo*. In: Burke, Peter (Org.). A Escrita da História. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 39-62.

face do caráter traumatizante e violento dessa instituição, nos incita a refletir historicamente sobre o papel das diversas formas de (in)tolerância na sociedade humana[14]. Nesse sentido, existe uma dimensão ética e política no estudo de um tema como esse. É, portanto, assunto relevante e que vale a pena a reflexão dos discentes e docentes que vivem hoje nas terras amazônicas.

Os pesquisadores que se debruçarem sobre o estudo da Inquisição, tendo como fonte as confissões, as denúncias e os processos devem ser alertados para a especificidade dessa fonte. Pois, como toda e qualquer fonte utilizada por historiadores, à documentação inquisitorial merece uma analise crítica e um cuidado redobrado.

Peter Burke afirma que os maiores problemas para os historiadores da chamada *Nova História* são relacionados ao uso das fontes e dos métodos. Dissertando especificamente sobre o uso das fontes inquisitoriais, Burke ressalta que os historiadores da cultura popular buscam "reconstruir o que as pessoas pensavam, baseando-se naquilo que os acusados, que podem não ter sido um grupo típico, tinham preparado para dizer na situação incomum (para não dizer terrificante) em que se encontravam". Em face desse problema Burke arremata afirmando que é "necessário ler os documentos nas entrelinhas"[15].

Por este fato, Carlo Ginzburg, alerta para não se olvidar do contexto singular no qual estas fontes foram produzidas. Há um jogo desigual de poder, onde o inquisidor leva uma nítida vantagem sobre o depoente, e no qual o esforço do primeiro

[14] Stuart B. Schwartz. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras/EDUSC, 2009.

[15] Peter Burke. "Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro". In: A Escrita da História. Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1991, p. 25.

em extrair deste último uma verdade é, não poucas vezes, bem sucedido. Em função da situação opressora, e até mesmo em virtude de algumas passagens pelos aparelhos de tortura, o réu falsearia a verdade e entregar-se-ia, cumprindo assim o papel que, esperava-se, ele representasse. Portanto, é importante ter o cuidado para não confundir o *dito* pelo *feito*. Há, então, que ser feita uma *crítica interna* a este tipo de documentação para que, introjetando-se no contexto desigual da produção desta fonte, o historiador possa melhor entender a estrutura textual que ela apresenta – podendo, assim, compreendê-la[16].

O estudo inaugural: a "*visita descoberta*"

O historiador José Roberto do Amaral Lapa foi pioneiro nos estudos sobre a presença do Santo Ofício na Amazônia portuguesa. Na realidade, foi ele que, em 1963, encontrou acidentalmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal o códice *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará*[17] corpo documental composto de confissões e denunciações que desvelava a *visita* até então *oculta*do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará em 1763. Segundo Lapa, até aquele momento, não havia "em toda a literatura histórica portuguesa e brasileira" menção da presença inquisitorial nessa região, daí o seu caráter de *oculta*[18].

Na apresentação da obra, Amaral Lapa afirma que

[16] Carlo Ginzburg. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: A Micro-História. Lisboa: Difel e Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 203.

[17] *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769).* Texto inédito e apresentação de José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1978.

[18] LAPA, José Roberto do Amaral. A Visita Oculta. In: *Op. Cit,* p. 19.

"para a história da Amazônia, ou melhor, do Estado do Grão-Pará e Maranhão, como para a compreensão da sociedade colonial, estamos convencido de oferecermos um documento fundamental"[19]. Com efeito, o *Livro da Visitação* tornou-se obra seminal sobre os estudos da atuação da Inquisição na Amazônia portuguesa.

A obra *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará* é um documento histórico do século XVIII, transcrito e publicado sob a coordenação de Amaral Lapa em 1978.

O livro é composto basicamente de duas partes. Na primeira encontram-se três artigos escritos por Amaral Lapa que tem como propósitos: (a) esclarecer o leitor sobre o contexto português e amazônico em que ocorre a visitação; (b) assim como apresentar a trajetória religiosa do padre Geraldo José de Abranches, de sua formação até a chegada em Belém na condição de inquisidor visitador; (c) conclui essa primeira parte comum artigo sobre o funcionamento dos ritos processuais no tribunal inquisitorial, a ética da Inquisição e, por último, uma análise dos principais delitos (confessados ou denunciados) que chegaram à mesa inquisitorial. Na segunda parte da obra, é-nos apresentada a transcrição paleográfica do documento principal da quarta visitação, ou seja, o *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará,* documento que registra as *confissões* e as *denúncias* recolhidas entre 1763 a 1769.

Amaral Lapa, nos três artigos que compunham a primeira parte do *Livro da Visitação*, estabeleceu uma verdadeira agenda de pesquisa sobre a presença do Santo Ofício na Amazônia portuguesa, agenda essa que passou a ser objeto de diversos

[19] LAPA, José Roberto do Amaral. A Visita Oculta. In: *Op. Cit,* p. 12.

trabalhos nas décadas seguintes. Três questões nortearam as pesquisas posteriores ao trabalho de Amaral Lapa: o que contribuiu para a visitação da Inquisição ao Estado do Grão-Pará ocorrer em um contexto em que essa instituição estava em franco processo de declínio em Portugal em razão da Ilustração portuguesa? Qual a razão de sua demorada permanência nos trópicos? Quais os delitos mais comuns emanam das confissões e denúncias? Essas foram questões levantadas, e nem sempre respondidas, por Amaral Lapa nos referidos artigos. Os novos estudos, após a publicação do *Livro da Visitação,* de uma maneira ou de outra, buscaram responder a essas questões.

Novos estudos e velhos problemas

Tendo como ponto de partida os artigos de Amaral Lapa, as transcrições paleográficas das confissões e denúncias presentes no *Livro da Visitação*, assim como as pesquisas inéditas nos processos inquisitoriais, nas últimas duas décadas ocorreu uma ampliação significativa na produção acadêmica sobre a atuação da Inquisição no Grão-Pará e Maranhão. Constata-se a defesa de várias dissertações[20]e publicação de diversos artigos[21]cujo

[20] Trata-se das seguintes dissertações: CAMPOS, Pedro Marcelo Pasche de. *Inquisição, Magia e Sociedade:* Belém do Pará, 1763-1769, Niterói: UFF, 1995, (História, dissertação de mestrado); DOMINGUES, Evandro. *A pedagogia da desconfiança*– o estigma da heresia lançado sobre as práticas de feitiçaria colonial durante a Visitação do Santo Ofício ao Estado do Grão-Pará (1763-1772), Campinas: Unicamp, 2001, (História, dissertação de mestrado); MATTOS, Yllan de. *A última inquisição:* os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1763-1769). UFF: Niterói2009 (História, dissertação de mestrado); OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *Olhares inquisitoriais na Amazônia portuguesa:* o Tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes. Manaus: UFAM, 2010 (História, dissertação de mestrado). Todas essas dissertações podem ser acessadas virtualmente.

[21] Entre os artigos destaca-se: FALCON, Francisco José Calazans. Inquisição

objeto de estudo central foi especificamente a referida visitação[22].

Tendo como base principalmente as dissertações e os diálogos entre elas e com a obra pioneira de Amaral Lapa, nessa segunda parte desse artigo, serão abordados alguns temas recorrentes presentes nesses novos e diversos trabalhos.

Um visitador entre dois mundos: o lugar de Geraldo José de Abranches na historiografia

O padre Geraldo José de Abranches, natural do bispado de Coimbra, era membro do clero secular da ordem de São

e poder: o Regimento do Santo Ofício da Inquisição no contexto das reformas pombalinas (1773). In: NOVINSKY, Anita Waingorth e Carneiro, Maria Luiza Tucci (Orgs.). *Inquisição:* ensaios sobre mentalidades, heresias e arte. São Paulo – Ed. USP, 1992, pp .116-139; Mott, Luiz. A Inquisição no Maranhão. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, No 28, Vol. 14, 1994; SIQUEIRA, Sônia A. Inquisição e Marginalidade. O Caso do Pará. In: *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, Vol. XI, 1996, pp. 113-143. GUZMÁN, Décio. *Ciência e Censura*: a Inquisição e os engenheiros-matemáticos no Grão-Pará (séc. XVIII). SEMINÁRIO LANDI E O SÉCULO XVIII NA AMAZÔNIA, In: Anais eletrônicos. Belém, 2003; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drummond. Entre Portugal e o Brasil ao serviço da Inquisição: o percurso de Geraldo José de Abranches (1771-1782). In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das. (orgs.). *Retratos do Império* – Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: Eduff, 2006.

[22] Em acréscimo as dissertações e aos artigos, podemos indicar algumas monografias produzidas na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (Campus Guamá), são elas: MARQUES, Arison. *Purgatório amazônico*: sexualidade e inquisição no Grão-Pará (1763-1769). Belém: UFPA, 2002 (História, Monografia de graduação); DIAS, Juan Jambert. *A Inquisição no Pará*: um estudo sobre o imaginários religioso. Belém: UFPA, 1997 (História, Monografia de graduação); SILVA, Ezilene. *Cultivando o pecado e dando escândalos*: devassas civis e religiosas no Grão-Pará do século XVIII. Belém: UFPA, 2001 (História, Monografia de graduação); CUNHA, Juliana da Mata. *Vicissitudes de um servidor do Santo Ofício no Estado do Grão-Pará (1763-1772)*. Belém: UFPA, 2001 (História, Monografia de graduação).

Pedro[23]. Antes de ser visitador do Tribunal do Santo Ofício nos Estados do Grão-Pará e Maranhão, havia sido indicado para o cargo de vigário-geral do novo bispado em Santos (1746)[24]. Tendo ficado pouco tempo em São Paulo, logo foi transferido para Mariana, em Minas Gerais. Nessa cidade ocupou o cargo de Arcediago e também a função de vigário-geral. Enquanto exercia suas funções na América portuguesa, após processo de habilitação em Portugal, foi nomeado comissário do Santo Ofício (1747). Desentendimentos e vários incidentes ocorridos no Brasil forçaram o padre Abranches a deixar Mariana em 1752 e retornar para Portugal.

Em 1760, requereu junto ao Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, o cargo de *deputado* do Santo Ofício, solicitação aprovada e habilitada através da Provisão datada em 1760. Três anos após sua habilitação como deputado, chega a Belém, capital do Estado do Grão-Pará, agora na condição de *visitador* do Santo Ofício. O cargo de *visitador* estava entre os mais altos da hierarquia da Inquisição portuguesa.

Os Regimentos do Santo Ofício constituíam instrumentos de definição estatutária do tribunal e também dispositivo de organização das suas atividades. Nesse sentido, segundo o Regimento de 1640[25], o visitador em viagem deveria ser acompanhado por um notário, um meirinho, um solicitador e

[23] BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drummond. *Op. Cit*.

[24] Amaral Lapa, J. R. Atribulações de um servidor do Santo Ofício no Brasil. In: *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*.

[25] Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal, ordenado por mandato do ilustríssimo e reverendissimo senhor Bispo dom Francisco de Castro, Inquisidor-Geral do Conselho de Estado de Sua Magestade – 1640. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n. 392, (Livro I, Título III, 59.– Ano 157), 1996

dois homens para desempenharem as incumbências do visitador. O visitador e seus acompanhantes deveriam ser recebidos pelas autoridades da cidade com deferência e receberem todas as provisões necessárias durante sua permanência. No caso do visitador Geraldo Abranches, os seus auxiliares foram escolhidos entre os próprios habitantes da região.

Dentro de sua jurisdição espacial[26], o visitador possuía amplos poderes, tendo como prerrogativa o direito de inquirir "todas e quaisquer pessoas, assim homens como mulheres, vivas e defuntas presentes ou ausentes e de qualquer estado condição, prerrogativa, preeminência e dignidade que sejam"[27]. É perceptível que o poder eclesiástico do visitador estava acima de qualquer autoridade, seja ela espiritual ou, até mesmo, temporal. Amaral Lapa afirma que "uma visita que durou mais de 6 anos deve ter naturalmente mantido durante esse tempo toda a capitania em transe". Certamente a população deve ter ficado em alvoroço, pois em "tese não havia cargo, função, posição, atitude, prosápia que fossem poupados pelo Santo Ofício"[28].

Um aspecto importante sobre a permanência de Geraldo José de Abranches no Estado do Grão-Pará e Maranhão é a constatação de que ele não ocupou apenas o cargo de visitador, mas também o de vigário capitular da diocese do Grão-Pará, em

[26] Na página de abertura do *Livro da Visitação* o inquisidor Geraldo José de Abranches identifica o espaço de sua jurisdição como sendo os "*estados do Pará, Maranhão, Rio Negro e mais terras adjacentes*" (que incluía o Piauí), no período colonial esse território era autônomo e diferenciado do Estado do Brasil. Adoto o termo *Amazônia Portuguesa* ao referir-me a essa imensa região.

[27] LAPA, José Roberto do Amaral. Atribulações de um servidor do Santo Ofício no Brasil. In: *Op. Cit*.; p. 49.

[28] LAPA, José Roberto do Amaral. Atribulações de um servidor do Santo Ofício no Brasil. In: *Op. Cit*.; p. 53.

substituição ao bispo Dom Frei João de São José e Queiros, que tinha sido intimado a Portugal para responder a certas acusações de que era alvo. Nesse sentido sua permanência se estendeu para além dos limites cronológicos demarcados pelo *Livro da Visitação*, ou seja, 1769, mas até 1772 quando chegou o novo bispo D. João Evangelista Pereira.

Fundamentado nessa constatação a historiadora Maria Olindina Andrade de Oliveira defende, na sua dissertação *"Olhares inquisitoriais na Amazônia portuguesa: o Tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes"*, a hipótese de que a função de Geraldo José de Abranches como visitador não se esgota em 1769, como é delimitado no *Livro da Visitação,* mas se estende até a sua saída do Grão-Pará em 1772. A historiadora entende que a datação tradicional para a visitação da inquisição deve ser reformulada apresentando algumas razões: "primeiro, porque no *Livro* existe o termo de abertura datado de 04 de setembro de 1763, mas não apresenta o do seu encerramento, como faz alusão no primeiro fólio. O que nos leva a crer que esse seria apenas um livro de registro em andamento e que, por motivos que desconhecemos ainda, não teve o seu termo de encerramento formalizado". A segunda razão está baseada na constatação empírica da "existência de processos, cujos réus não constam no Livro de Confissões e Denúncias da Visita. Tais denúncias demonstram que Geraldo Abranches continuou a exercer as suas funções de inquisidor para além do período dos casos registrados no citado livro". A autora arremata afirmando que esses argumentos "contraria o que a historiografia assinala, qual seja, o afastamento de Abranches das funções inquisitoriais posterior a 1769 e de sua dedicação aos assuntos do bispado de Belém"[29].

[29] OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *Op. Cit,* p.50.

As razões da Visitação: um mar de incertezas

A Visitação ao Grão-Pará está inserida num momento histórico de crise do Santo Ofício em Portugal. Diversos são os motivos desse declínio da influência da Inquisição Lusitana, no entanto, sua análise extrapolaria os propósitos desse artigo[30]. Por conta dessa nova conjuntura, as razões da última visitação distanciaram-se das motivações das primeiras visitações[31]. Nesse sentido, devem-se buscar razões outras para o entendimento das motivações da Visitação ao Grão-Pará no século XVIII.

Amaral Lapa, apesar de não ser conclusivo, indica três possibilidades explicativas para a implantação da Inquisição em 1763. São elas: a) o desregramento moral da sociedade paraense; b) verificação do alcance da herança material e espiritual deixada pela Companhia de Jesus; c) assim como diminuir o suposto poderio econômico dos cristãos-novos no Norte da colônia[32].

Pedro Marcelo Pasche de Campos em dissertação defendida em 1995 intitulada "*Inquisição, Magia e Sociedade: Belém do Pará, 1763-1769"*, faz analise diferente da de Amaral Lapa e defende a ideia de que a Visitação estava vinculada a um projeto pombalino de implantar "o modelo do catolicismo regalista de Pombal, reestruturando a diocese e realizando as funções de controle social inerentes à Inquisição. Mantinha-se, desta forma, o domínio pombalino sobre a diocese e a formação de consciências"[33].

---

[30] Sobre essa questão conferir: BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições:* Portugal, Espanha e Itália – séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[31] Vainfas, Ronaldo. "Visitações do Santo Ofício". *Apud* MATTOS, Yllan de. *A última inquisição:* os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1763-1769), p. 118.

[32] LAPA, José Roberto do Amaral. In: *Op. Cit*.; pp. 26-28.

[33] LAPA, José Roberto do Amaral. In: *Op. Cit*.; p. 94.

Por sua vez, Yllan de Matos, em dissertação defendida em 2009, aproxima-se da explicação defendida por Pasche de Campos ao afirmar que "a explicação da Visita ao Grão-Pará mantém profunda relação com o projeto civilizador pombalino". No entanto, "essa relação entre os poderes não serviu para punir os transgressores, muito menos para efetivar maior 'domínio sobre o imaginário'"[34]. Visto que Abranches ocupara o cargo de vigário capitular ao mesmo tempo em que era visitador, ocorria na prática uma sobreposição de funções, onde a atividade de vigário sobrepunha a de inquisidor. "A correspondência do visitador e vigário capitular e o próprio expediente do tribunal indica-nos que Abranches sobrevalorizou o cotidiano da administração em detrimentos dos assuntos inquisitoriais"[35]. Portanto, a função de controle das consciências e da moralidade ficou num segundo plano em razão da valorização das atividades eclesiásticas institucionais.

Yllan Matos conclui sua análise sobre as razões da Visita com um questionamento interessante e que ainda aguarda pesquisas mais aprofundadas: "Dessa forma, a questão torna-se outra: visita inquisitorial ou diligência eclesiástica? O que faria Geraldo José de Abranches no Pará?". Colocando em outros termos: a *Visita* foi fundamentalmente inquisitorial (objetivando o controle da consciência) ou eclesiástica (visando a administração diocesana)?

Fica patente que não há consenso sobre esse ponto. Isso não deve causar espanto, pois também não existe consenso sobre as razões das primeiras visitações, já amplamente estudadas[36].

[34] LAPA, José Roberto do Amaral. In: *Op. Cit*.; p. 119.

[35] LAPA, José Roberto do Amaral. In: *Op. Cit*.; p. 123.

[36] Yllan Matos afirma que "enquanto para Anita Novinsky a origem das visitações deve-se à ampla presença de comerciantes e senhores de engenho

Essa ausência de concordância sinaliza para a necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre o tema.

Dos delitos: os crimes amazônicos à luz do Santo Ofício

Dos desvios da fé registrados no Grão-Pará, Maria Olindina afirma que "os estudos são unânimes em destacar o predomínio das manifestações relativas à religiosidade popular, como o curandeirismo, as adivinhações, as orações amorosas e os pactos demoníacos". No entanto, em razão da escassez dos "estudos acerca da atuação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição no Estado do Maranhão e Grão-Pará, que abordem o período anterior e/ou posterior ao da Visitação do Pará"[37], o quadro dos delitos fica naturalmente incompleto.

Na sua obra clássica *O diabo na terra de Santa Cruz*, Laura de Mello e Souza afirma que, diante da predominância de casos de feitiçarias e práticas mágicas nas confissões e denunciações, a cristianização das camadas populares foi certamente limitada[38].

"Os delitos confessados e denunciados", afirma Pedro Marcelo, "constituem um elemento de interesse à parte. A visita paraense muito pouco tratou de judaísmo, contrariando as tendências repressivas da Inquisição portuguesa, em vigor desde sua instalação no século XVI". Concordando com Laura de

---

que praticavam o judaísmo na Bahia, para Sônia Siqueira, o objetivo era integrar ao universo cristão ocidental o Novo Mundo, investigando a quantas andavam a fé dos colonos". Conf.: MATTOS, Yllan de. *A última inquisição:* os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1763-1769), p. 118.

[37] OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *Olhares inquisitoriais na Amazônia portuguesa:* o Tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes. p. 47.

[38] SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. p. 155.

Mello também afirma que "as evidências recaiu sobre as práticas mágicas, como o curandeirismo, as adivinhações, as orações amorosas e os pactos com o Diabo. A magia aflorou na visitação paraense, com uma força e pujança até então jamais vistas em visitas anteriores"[39].

É evidente que as chamadas *práticas mágicas* e a *feitiçaria* estavam entre os principais delitos praticados em terras amazônicas. Maria Olindina, tendo como base a historiografia sobre o tema e pesquisas nas fontes, identificou e classificou outras cinco categorias de delitos, a saber, bigamia, blasfêmia e sacrilégio, sodomia, solicitação, judaísmo e outros.[40]

A realidade amazônica dos setecentos, onde havia uma forte interação cultural entre os índios, negros e brancos imprimiram o *tom* da religiosidade popular, profundamente híbrida – daí a presença proeminente das *feitiçarias* e *práticas mágicas*[41]. Além disso, a nova realidade política de Portugal e da América portuguesa, justifica a presença pouco significativa do judaísmo entre os delitos. Naturalmente a bibliografia sinaliza para a necessidade de ampliação das pesquisas nos processos inquisitoriais visando um quadro mais complexo dos *delitos* e buscando recuperar também as *penas*.

---

[39] SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. p.7.

[40] SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. p. 51

[41] Sobre essa questão conferir: SALLES, Vicente. O negro na formação da sociedade paraense. Belém: Paka-Tatu, 2004; Rosa Elizabeth Acevedo Marin & Flávio dos Santos Gomes. "Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana francesa (séculos XVII e XVIII)". *Revista de História*, São Paulo, nº 149 (2003), pp. 69-107. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dh/dhrh/arquivos/RH-149.pdf. Acesso em 20 de maio de 2010.

Considerações finais

Como afirma Amaral Lapa, o estudo sobre a presença da Inquisição nos trópicos possibilita a construção de uma "história das mentalidades brasileira", onde é possível encontrar o homem "colonial com o seu vasto mundo interior e, muitas vezes, o seu pequeno mundo exterior"[42].

Acreditamos ter alcançado o nosso objetivo de apresentar uma breve historiografia sobre a presença da última *Visitação* do Santo Ofício na Amazônia portuguesa. Reconhecemos que o quadro apresentado aqui está próximo de uma obra impressionista, que, apesar da falta de representação nítida, é possível perceber seus traços gerais e visualizar a imagem que se quer transmitir.

O *Livro da Visitação*, com suas confissões e denúncias; os *processos inquisitoriais*, com os seus relatos minuciosos das circunstâncias do delito e com os seus vereditos e penas; assim como a *bibliografia* sobre o tema, possibilita ao novel pesquisador o acesso ao mundo das "mentalidades" do homem comum dos anos setecentos da Amazônia Portuguesa.

Diversos aspectos ainda precisam ser pesquisados: conforme defende Maria Olindina realmente é preciso dilatar a delimitação cronológica para além dos anos de 1763 a 1769; ainda está por ser feita uma análise mais profunda das relações da máquina inquisitorial com a estrutura do bispado no Pará, visto que Abranches ocupou os dois cargos; também é necessário o aprofundamento dos estudos nos processos inquisitoriais em si.

Enfim, o campo é amplo e fértil, com a promessa de se obter grandes colheitas. Resta aparecer os trabalhadores.

[42] LAPA, José Roberto do Amaral. In: *Op. Cit*.; p. 78.

HISTORIOGRAFIA DA AGRICULTURA NA AMAZÔNIA

Francivaldo Alves Nunes[1]

As questões referentes às formas de utilização da terra na Amazônia ocupam hoje um lugar privilegiado nos debates sobre economia sustentável, agroecologia e agricultura familiar. Não é sem justificativa que o espaço amazônico foi tratado com destaque na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, principalmente quando o debate focalizava a relação entre a possibilidade de se conciliar conservação e crescimento econômico. Estas questões, que tem a perspectiva de produzir uma nova consciência ecológica, agora não mais pautadas apenas na preservação dos recursos naturais, mas no uso racional desses recursos, tornando oportuna a discussão sobre as diferentes leituras produzidas quanto às atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia, principalmente a agricultura, e que atravessa toda a história de ocupação das terras nesta região.

Os usos da terra, através da agricultura, tem sido objeto de pesquisa de alguns historiadores e cientista sociais, e fonte de inspiração dos principais estudos que se voltam a analisar o processo de ocupação do território amazônico. A análise da

[1] Possui graduação em História (1999), Mestrado em História Social da Amazônia (2008) pela Universidade Federal do Pará e Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense. É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da UFPA/Cametá e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/UFPA.

bibliografia dedicada aos estudos sobre agricultura na Amazônia, eixo central de nossa análise, ajuda a refletir sobre a formação do espaço agrário amazônico, com destaque para a complexidade da realidade agrária, seus fundamentos históricos e sociais. Nessa tarefa, ao apresentarmos as diferentes abordagens que tem a agricultura como temática de análise, ao mesmo tempo em que temos a preocupação de apresentar uma visão histórica e analítica dessas abordagens, não deixaremos de observar as matrizes teóricas que têm orientado a discussão sobre o universo rural, e que propositalmente ou não tem se reproduzido nestes estudos.

Referimo-nos, inicialmente, ao que se chamou de moderna historiografia brasileira que emergia com a Revolução de 1930 em meio à produção de correntes explicativas que buscavam compreender a sociedade brasileira à luz de certas teorias e métodos, que eram vistos por seus defensores como instrumentos válidos para decifrar o enigma da constituição de sua nação, ou seja, repensar o país, a sua história e os seus elementos formadores. É daí que data o famoso livro de Caio Prado Junior *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942).[2]

Adotando o modelo teórico do materialismo histórico formulado no século XIX por Karl Marx e Friedrich Engels, Caio Prado Júnior, buscou delinear nesta obra o que ele denominou "o sentido da colonização do Brasil". Para o autor, a circunstância constitutiva da realidade brasileira, presente ainda no início do século XX, seria a construção, no período colonial, de uma sociedade e uma economia, voltadas para a satisfação do mercado externo. As estruturas da história brasileira teriam sido erguidas sobre os alicerces da dependência em relação aos

[2] PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ditames da economia internacional, e não sobre as bases de um projeto para a formação de uma nação autônoma diante de seus colonizadores. Diante das observações de Caio Prado Júnior, a agricultura na Amazônia aparece como atividade econômica secundária, pois não tinha por objeto o comércio externo. Estava posicionada, portanto, como categoria de segunda ordem. Tratava-se de atividade subsidiária destinada a amparar e tornar possível a realização do extrativismo. Não se caracterizava como uma economia colonial amazônica, servindo apenas como acessória.

Nesse mesmo período, 1953 para sermos mais precisos, o geógrafo Antonio Rocha Penteado iniciava os estudos sobre os problemas enfrentados durante o processo de colonização da região Bragantina, ao Nordeste do Estado do Pará, bem como dos problemas decorrentes da ocupação dessas terras. *Problemas de colonização e de usos da terra na região Bragantina do Estado do Pará* (1967),[3] título de sua tese defendida na Universidade de São Paulo (USP), não deixava de apontar o caráter secundário que a agricultura sofreu ao longo do processo de ocupação das terras amazônicas, quando se refere à prática de extração. No entanto, ressaltava que no caso da região em estudo, a relação entre agricultura e extrativismo não seria da superação da segunda em detrimento da primeira, mas que a borracha havia proporcionado, não apenas o incremento da produção agrícola, como também a instalação de colônias de imigrantes e construção de estradas de ferro, como a que ligava Belém a cidade de Bragança.

[3] PENTEADO, Antonio Rocha. *Problema de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará*. Coleção Amazônia: Série José Veríssimo. Belém: UFPA, 1967.

Para além de uma observação que pontuava a agricultura como necessariamente importante para o desenvolvimento do comércio amazônico, assim como para assegurar o desenvolvimento de outras atividades econômicas, incluindo o extrativismo, se observa que Antonio Rocha Penteado recorre a um amplo levantamento documental, incluindo relatórios e mensagens de governo, jornais, estatísticas, manuscritos, leis, resoluções, portarias, contratos e correspondências. Diríamos que esta ação metodológica fortaleceu a convicção de que a busca de diversificadas fontes seria fundamental para diversificar as interpretações sobre agricultura na Amazônia, gerando novas temáticas de pesquisa que envolvessem o uso e ocupação da terra do ponto de vista agrário.

Anterior ou contemporâneo aos estudos de Antonio Rocha Penteado, outros trabalhos situavam a agricultura amazônica sobre diferentes perspectivas: em 1959, Protásio Frikel apresentava as formas de cultivo desenvolvidas entre os índios Munduruku, em uma tentativa de demonstrar as diferentes formas de plantio observadas em terras amazônicas e a complexidade das técnicas agrícolas presentes entre as populações indígenas.[4] Rubens Rodrigues Lima, em 1956, analisa a agricultura desenvolvida entre os povos que ocupavam as regiões de várzeas do estuário do rio Amazonas, em que apontava a importância do conhecimento técnico que envolvia a escolha de sementes, seleção dos terrenos e a previsão de possíveis enchentes, como necessariamente importante para o desenvolvimento de uma atividade econômica em uma região, a princípio, inóspita para a prática agrícola.[5]

[4] FRIKEL, Protásio. Agricultura dos índios Munduruku. *Boletim do Museu Emílio Goeldi,* nº 4, Belém, julho de 1959.

[5] LIMA, Rubens Rodrigues. A Agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas. *Boletim Técnico do Instituto Agronômico do Norte*, nº 33, Belém, 1956.

Cita-se ainda o estudo de Rubens Ayres do Nascimento, de 1946, no qual situava sua análise sob o ponto de vista dos perfis das terras do Pará e que poderiam ser aproveitadas para o cultivo de gêneros alimentícios, tentando mostrar que embora a região amazônica fosse recoberta por uma extensa área de floresta, nem todas as suas terras eram adequadas ao desenvolvimento da agricultura.[6]

Estes estudos se mostravam, portanto, como importantes registros das diferentes práticas de cultivo presentes na Amazônia, no entanto não deixavam de apontar os aspectos naturais das terras amazônicas como limitador da atuação humana na região. Há de se considerar que estes trabalhos buscavam entender, a partir de um estudo sobre a agricultura, seja entre as populações indígenas ou dos povos que ocupavam as áreas de várzeas, que as suas experiências de trabalho ajudam a constituir uma identidade dos povos amazônicos e brasileiros. Em outras palavras, que a identificação das características da nacionalidade brasileira estava associada às experiências de trabalho, principalmente a agrícola, desenvolvidas por estas populações.

No início da década de 1960, Ernesto Cruz, deslocando-se das questões sobre a formação da nacionalidade brasileira, a partir das práticas econômicas desenvolvidas pelas populações do interior do país, agregava aos debates sobre a agricultura na Amazônia, o valor econômico desta atividade para a região, principalmente quanto aos abastecimentos dos centros urbanos, em especial a capital do Pará.[7] Para este autor, o setor agrário

[6] NASCIMENTO, Rubens Ayres do. Estudo do perfil de terras do Pará. *Boletim da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Estado do Pará*, ano 5, Belém, 1946.

[7] CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa /Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

assumiu posição de predominância na economia amazônica durante o período que se seguiu imediatamente à independência, o que em parte explicaria a preocupação das autoridades locais, pois, além dos capitais investidos no setor, este deveria se tornar, até a segunda metade do século XIX, na principal fonte de renda da província. Dizia que nesta época, todo o pequeno capital disponível na região foi voltado, cada vez mais, para as culturas de açúcar, arroz e algodão e outros empreendimentos rurais, os quais estariam localizados, em sua maioria, nas terras próximas de Belém.

Dessa época em diante, o debate político sobre as estruturas socioeconômicas brasileiras tornou-se intenso. Nestes novos debates, a região amazônica não aparecia apenas como espaço onde figurava uma economia secundária, mas estava associada a áreas desérticas do Brasil, em função da sua pouca densidade populacional. Arthur Cézar Ferreira Reis, em *A Amazônia e a Integridade do Brasil* (1966),[8] dizia que "nenhuma região, no entanto, [apresentava] maiores vazios demográficos que a Amazônia". Embora preocupado em apresentar a contribuição da Amazônia à unidade brasileira, numa tentativa de demonstrar que as mudanças sofridas na paisagem amazônica pela ação humana eram evidencias de que o Brasil tornava-se uma pátria indivisível, este estudo constitui-se em um dos primeiros a destacar a agricultura não apenas como atividade econômica capaz de aumentar as rendas públicas, a partir da comercialização dos gêneros alimentícios produzidos com a lavoura, mas a articular esta atividade econômica a garantia de um povoamento regular. O entendimento era que a colonização a ser desenvolvida para esta região e que devia ser controlada pelos governos do Pará e

[8] REIS, Arthur Cézar Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

Amazonas, não podia deixar de ter como meta o assentamento de colonos em lotes para a produção agrícola. A agricultura se constituía como estratégica para assegurar a posse e controle da terra pelos brasileiros, de forma a evitar a cobiça internacional ou uma possível ocupação de parte do território brasileiro por nações estrangeiras.

A década de 1970, e seguindo uma tendência nacional, já começa a ostentar uma produção de estudos que tem como temática a agricultura, na qual estão presentes economistas, sociólogos, antropólogos e historiadores. As universidades brasileiras atravessavam uma fase de expansão, dando início aos cursos de pós-graduação. Nessa época se registra na Universidade Federal do Pará (UFPA) a criação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), em 1973, cujo ensino, em nível de pós-graduação, visava em particular, a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e a solução dos problemas regionais amazônicos. Nesse contexto, a pesquisa acadêmica passou a receber incentivos das agências governamentais de financiamento, ampliando as pesquisas e consequentemente os temas pesquisados. Diríamos que a partir da criação do NAEA e o desenvolvimento de pesquisas, notadamente em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região amazônica, que os estudos sobre agricultura passam a ter maior estímulo.

Neste contexto se observa a publicação do trabalho de Daurin Alden (1974)[9] sobre a produção de cacau na Amazônia no fim do período colonial. Este estudo, entre outras questões, pontua que, dos gêneros agrícolas de importância para economia amazônica, o cacau, apesar de ter a sua produção incentivada

[9] ALDEN, Dauril. *O Significado da Produção de Cacau na Amazônia no Fim do Período Colonial*: Um ensaio de História Econômica comparada. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1974.

desde fins do século XVII, por parte da Coroa portuguesa, somente teria atingido proporções significativas na economia local, na década de 1810, sendo esta situação provocada, em parte, pelo declínio das exportações venezuelanas, considerada na época, a principal fornecedora do produto aos mercados europeus. Para este autor a agricultura até então desenvolvida na região se constituía basicamente para abastecimento dos núcleos populacionais, sendo que o cacau permite, a partir da sua expansão, dar a lavoura amazônica uma tendência exportadora.

Com a participação de economistas, sociólogos, historiadores e geógrafos, o grupo de pesquisadores do NAEA realizou em 2008, ao comemorar seus 35 anos, um seminário com o título "Amazônia e fronteiras do conhecimento", em que foi permitido fazer um balanço das pesquisas até então desenvolvidas. Neste momento se observou uma presença significativa de trabalhos, ou que dialogavam com os estudos voltados para agricultura, ou que abordavam especificamente esta temática de forma interdisciplinar. Nestas dissertações e teses foi comum se observar trabalhos que apresentavam as características do produtor rural amazônico e sua trajetória na formação do espaço rural amazônico, os padrões de financiamento agrícola e as formas de resistência ao capitalismo, consumo e produção agrícola entre as populações amazônicas, cooperativas agrícolas e a relação com o desenvolvimento regional, formas de ocupação da terra em espaços agrícolas, além da relação entre agricultura e desenvolvimento sustentável.

Diante das dezenas de dissertações e teses dedicadas a temática agrária, defendidas no NAEA, e em virtude da abrangência geográfica e da procedência discente, estes trabalhos apresentavam uma variedade de enfoques e inventividade na utilização das fontes. Considerando esta questão, não deixaria

de citar a dissertação de Nírvea Ravena, *Abastecimento: falta, escassez do "pão ordinário" em vilas e aldeias do Grão-Pará* (1994).[10] A autora aponta neste estudo as distintas e específicas formas de trabalho e alimentação no Grão-Pará, no contexto da economia colonial brasileira. A intenção era, através da história, detectar os movimentos de produção e consumo e com isso identificar de que forma os hábitos alimentares e suas mudanças estavam imbricados às transformações sociais e econômicas ocorridas na região. Ou seja, para a autora, a produção e consumo da farinha, termômetro do abastecimento e que se constituía como gênero básico da economia amazônica, estiveram constantemente associados às formas de dominação impostas às populações indígenas, principalmente através dos projetos missionários e pombalino. Nesse caso, a agricultura do período colonial, que tem como base de produção o cultivo da farinha, é utilizada como estratégia de dominação das populações nativas, pois devia assegurar a permanência de indígenas nos aldeamentos pela regularidade do plantio, evitando o constante deslocamento pelo interior da floresta, como se observava quando da prática extrativa.

Dois outros trabalhos defendidos no NAEA merecem referência especial: o estudo de Eliane Lopes Soares (2002)[11] sobre a atuação dos roceiros e vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no processo de colonização portuguesa naquela ilha; e o de Leila Mourão (1999),[12] o qual tem por finalidade recuperar

[10] RAVENA, Nírvea. *Abastecimento: falta, escassez do "pão ordinário" em vilas e aldeias do Grão-Pará*. Belém, NAEA-UFPA, 1994 (História, Dissertação de Mestrado).

[11] SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Roceiros e vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no período colonial*. Belém, NAEA-UFPA, 2002 (História, Dissertação de Mestrado).

[12] MOURÃO, Leila. *Do açaí ao palmito*: uma história ecológica das

o processo histórico de formação das populações que tem no açaí a base de sua alimentação e sobrevivência. No primeiro caso, a autora analisa a presença de roceiros e vaqueiros como resultado de um longo processo de dominação e expropriação dos índios que habitavam a ilha, que durante todo período colonial foram atingidos pelas práticas colonizadoras com objetivos mercantilistas. No entanto, há de se observar que, apesar do controle e a distribuição dos trabalhadores, quer pelos missionários, quer pelos colonos, não evitaram a constituição de modos de vida peculiares à região da ilha de Joanes. Leila Mourão, que teve seus estudos publicados em 2011,[13] por sua vez, comprova que o processo de exploração dos açaizais que perpassa pela coleta, comercialização e consumo dos frutos e da extração de palmito nos açaizais, guardam aspectos ancestrais desses usos pela população local, evidenciando aspectos da identidade das populações que se utilizam do açaí.

Retornando aos trabalhos propostos na década de 1870, não podíamos deixar de apresentar o que se tornaria um clássico estudo sobre a história da economia amazônica. Escrito em 1973, quando concluiu o Mestrado em Economia na Universidade de São Paulo (USP), Roberto Santos, tinha o desafio de determinar como a economia amazônica emergiu no princípio do século XIX e com que perspectivas.[14] Preocupava-se ainda em identificar os fatores que presidiram à estruturação da economia gomífera e estabelecer qual o significado do crescimento regional da

permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Belém, NAEA-UFPA, 1999 (História, Tese de Doutorado).

[13] MOURÃO, Leila. *Do açaí ao palmito*: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Belém: Ed. Açaí, 2011.

[14] SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

Amazônia para a economia nacional na época. Neste trabalho, a agricultura é analisada a partir de ciclos de desenvolvimento econômico, como o cacau no século XVIII, quando a prática agrícola se constituía a principal atividade econômica da Amazônia, sendo o cacau substituindo pela borracha ao longo do século XIX, quando a agricultura passou a ser complementar a atividade extrativa.

A utilização de documentos cartoriais, judiciários, eleitorais, demográficos e fiscais, para o estudo de problemas da história da agricultura, particularmente os relacionados a sistema de produção, formas de trabalhos, uso da terra, produção de alimentos, estruturas ocupacionais, as aventuras e desventuras do cotidiano, as mentalidades, os conflitos em torno da posse e ocupação da terra, aparecem com maior ênfase com as primeiras defesas de dissertações apresentadas pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), cuja criação remete ao ano de 2004.

As sondagens realizadas nos projetos e dissertações até então defendidas na pós-graduação em História se revelavam estimulantes e indicavam que o progresso do programa teria que passar pela análise regional. Elegia a região como lócus privilegiado de observação, problematização e análise, não como um recorte geográfico determinado por características físicas, mas muito mais pelo passado vivido que se prolongava até o presente, deixando marcas históricas neste espaço.

Nesses estudos se esperava conhecer melhor as formas de acesso a terra, quem trabalhava, como trabalhava. Embora se observasse que o interesse correspondia a questões diversas, o esforço era uma aproximação com a já testada metodologia francesa defendida pelos Annales de uma "história vista de

baixo", agregada a valores defendidos pelos estudos de uma história ambiental norte-americana, que na Amazônia toma um formado peculiar de uma *História da Natureza* ou *História e Natureza*, como apontava uma das linhas de pesquisa do programa.

Com a proposta de capacitar professores e pesquisadores na área de História, o PPHIST em 2006 registra as suas primeiras defesas de dissertações. Naquele ano é apresentado o estudo de Luzia Canuto (2006) sobre os assentamentos rurais no município de Rio Maria, Sudeste paraense.[15] Em um capítulo específico sobre a apropriação e uso do solo para a produção agrícola nos assentamentos rurais, destaca não apenas as formas de cultivo, as sementes cultivadas, as ferramentas e utensílios, a colheita e a experiências de trabalho coletivo, mas que estas experiências estão relacionadas ao que se poderia chamar de "negociar com a natureza", ou seja, as atividades agrícolas a serem desenvolvidas nos assentamentos precisavam levar em consideração as condições imposta pela floresta. Dizendo de outra forma, a atuação dos colonos assentados devia ser constantemente reavaliada, uma vez que o desconhecimento das características da região podia retardar os trabalhos de plantio, principalmente quanto ao melhor período para derrubada e queimada da mata.

No ano seguinte, 2007, ganha destaque entre os estudos produzidos pelo PPHIST, a dissertação *Almas da Terra: A violência no campo paraense* de Elias Diniz Sacramento.[16]

[15] PEREIRA, Luzia Canuto de Oliveira. *Terra e Natureza*: Assentamentos Rurais de Rio Maria (1974-2004). Belém: PPHIST-UFPA, 2006 (História, Dissertação de Mestrado). Disponível: http://www.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2006_Luzia_Canuto.pdf

[16] SACRAMENTO, Elias Diniz *As almas da terra*: a violência no campo paraense. Belém: PPHIST-UFPA, 2007 (História, Dissertação de Mestrado). Disponível: http://www.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2007/2007_

Este trabalho, publicado em 2012,[17] evidencia que a história da agricultura na Amazônia é também pautada por diversos conflitos envolvendo trabalhadores rurais e latifundiários. Analisando o município de Moju, Nordeste paraense, o autor não mede críticas à forma autoritária como os projetos agroindustriais financiados por grandes proprietários, empresários agrícolas e com apoio do governo federal se instalaram na região se apropriando de terras até então ocupadas por posseiros e pequenos proprietários, gerando conflitos em torno da posse, ocupação e permanência nessas terras.

Nos estudos que apresentei em 2008 em forma de dissertação, também pelo PPHIST,[18] e publicado em 2010 como o título *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*,[19] sobre o processo de implantação da colônia agrícola Benevides na província do Pará, cuja implantação remete ao ano de 1875, não deixei de destacar o significado que a agricultura tomou nestes espaços de colonização, não apenas sob o ponto de vista das rendas econômicas que esta poderia gerar para os colonos e para os administradores provinciais, mas como ação estratégica para assegurar a posse e ocupação das terras na Amazônia. Procuramos demonstrar que o entendimento, principalmente dos governantes locais, era de que a agricultura se constituía como a única atividade econômica capaz fixar

elias_sacramento.pdf

[17] SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra*: a violência no campo mojuense. Belém: Editora Açaí, 2012.

[18] NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização*: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides. Belém: PPHIST-UFPA, 2008 (História, Dissertação de Mestrado). Disponível: http://www.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2008/2008_francivaldo_nunes.pdf

[19] NUNES, Francivaldo Alves. *Benevides* - uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

o colono a terra, garantindo assim uma produção regular, ao mesmo tempo em que permitia o povoamento de extensas áreas de florestas.

Os estudos de Ana Paula Cunha, em 2009, sobre a atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão Pará na primeira metade do século XVII inaugura a possibilidade de se agregar as particularidades dos estudos ambientais quanto à atividade agrícola de plantio da cana na Amazônia.[20] Como exemplo a autora destaca o tipo de solo em que se cultivava a cana-de-açúcar, os recursos técnicos e da natureza disponíveis para tal atividade e ainda as especificidades do trabalho nesta região. A inovação deste trabalho estava, portanto, em analisar os estudos sobre a atividade agrícola a partir de determinados condicionantes locais, permitindo falar de diferentes práticas agrícolas para as terras amazônicas, uma vez que a região divergia quanto a clima, solo e recursos vegetais.

Neste mesmo ano, Sidiana da Conceição Ferreira de Macedo com a dissertação *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e alimentação em Belém (1850-1900)*,[21] ao mesmo tempo em que discutia a existência, na segunda metade do século XIX, de uma significativa produção agrícola nos interiores da província do Pará, consumida na própria capital, enfatizava os principais produtos cultivados e as suas formas de cultivo. Neste caso, diagnosticava a agricultura no Pará sob o ponto de vista

[20] CUNHA, Ana Paula Macedo. *Engenhos e engenhocas*: a atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750). Belém: PPHIST-UFPA, 2009 (História, Dissertação de Mestrado). Disponível: http://www.ufpa.br/pphist/images/dissertacoes/2009/2009_Ana_Paula_Cunha.pdf

[21] MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Daquilo que se come*: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). Belém: PPHIST-UFPA, 2009 (História, Dissertação de Mestrado). Disponível: http://www.ufpa.br/pphist/arquivos/dissertacoes/2009/2009_Sidiana_Macedo.pdf

da sua produção em arrobas ou toneladas de alvitres regionais que chegavam aos portos da capital, sem deixar de destacar as experiências produtivas no interior da província. A dependência de Belém quanto aos produtos regionais, o desenvolvimento da economia da borracha como não determinante para as crises de carestia, a identificação dos produtos que tinham duplos destinos como abastecimento regional e exportação, tais como a castanha, cacau e o arroz, são ainda questões discutidas em seu trabalho.

Contemporâneo à criação do PPHIST é a implantação do Núcleo de Estudos de Agricultura Familiar (NEAF), cuja criação remete ao ano de 2006. O objetivo principal do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) é a produção de conhecimentos capazes de subsidiar professores, pesquisadores e profissionais de nível superior que atuam na área da agricultura familiar, principalmente quanto à elaboração de políticas públicas voltadas para o meio rural, apoio e consolidação da educação do campo e/ou implementação de ações de pesquisa-desenvolvimento voltadas para este público.

Com uma perspectiva interdisciplinar o PPGAA tem se destacado por permitir uma variedade de enfoques quanto aos estudos rurais. Destacam-se os estudos de William Santos de Assis (2001),[22] Raul Batista de Figueiredo (2002)[23] e Lecir Aparecida Peixoto (2002),[24] sobre as formas de organização,

[22] ASSIS, William Santos. *Organizações sociais locais de inovação no caso da agricultura familiar na Amazônia*. Belém: PPGAA-UFPA, 2001 (Sociologia, Dissertação de Mestrado).

[23] FIGUEIREDO, Raul Batista. *Capacidade de investimento na agricultura familiar na região de Marabá, período de 1990 a 1996*. Belém: PPGAA-UFPA, 2002 (Sociologia, Dissertação de Mestrado).

[24] PEIXOTO, Lecir Aparecida. *Crédito rural para a agricultura familiar*: o caso do FNO especial pro-rural nos municípios de Medicilândia e Pacajá

inovação tecnológica e capacidade de investimento na agricultura familiar amazônica; ou ainda os trabalhos de Myrian Cyntia Cesar de Oliveira (2002),[25] James Ribeiro de Azevedo (2005)[26] e Francinaldo Ferreira de Matos (2011)[27] sobre os sistemas agrários na Amazônia.

Um trabalho pioneiro sobre o sistema agrário na Amazônia foi defendido em 1998 por Maria de Nazaré Ângelo-Menezes,[28] atual professora do PPGAA. Ao analisar a história social dos sistemas agrários do vale do rio Tocantins, no Pará entre os séculos XVII e XVIII, a partir da obra *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas* do padre jesuíta João Daniel, escrita entre os anos 1757 e 1776, e de dados produzidos pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a autora revela aspectos importantes

Transamazônica – PA. Belém: PPGAA-UFPA, 2002 (Sociologia, Dissertação de Mestrado).

[25] OLIVEIRA, Myrian Cyntia César de. Evolução do sistema agrário na margem esquerda do Baixo Amazonas. Belém: PPGAA-UFPA, 2002 (Sociologia, Dissertação de Mestrado). Disponivel: http://www.agriculturas amazonicas.ufpa.br/PDF%27S/AA_Agriculturas_Amazonicas/AA_ MYRIAM_CYNTIA_CESAR_DE_OLIVEIRA.pdf

[26] AZEVEDO, James Ribeiro de. *Agricultores Familiares no Município de Igarapé Açu*: Estudo da Participação em Processos de Desenvolvimento Local Sustentável. Belém: PPGAA-UFPA, 2005 (Sociologia, Dissertação de Mestrado). Disponível: http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br/ PDF%27S/AA_Agriculturas_Amazonicas/AA_JAMES_RIBEIRO_DE_ AZEVEDO.pdf

[27] MATOS, Francinaldo Ferreira. *Entre leiras e labaredas*: a adoção da roça orgânica pelo agricultor do município de lago do Junco – MA. Belém: PPGAA-UFPA, 2011 (Sociologia, Dissertação de Mestrado).

[28] ANGELO-MENEZES, M. de N. *Histoire sociale des systèmes agraires de la Vallée du Tocantins-État du Pará-Brésil*: colonisation europenne dans la deuxième moitié du XVIII siècle et la première moitiè du XIX siècle. París, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998, (História, Tese de Doutorado). Disponível: http://tede.ibict.br/tde_arquivos/1/TDE-2005-02-01T13:27:55Z-80/Publico/MariaNazareAngeloMenezes.pdf

quanto aos métodos plantio, produtos, rendimentos com a produção de cacau, salsaparrilha, cravo, algodão arroz e café, no vale do Tocantins.

No campo das teses e dissertações que abordam, mesmo que não diretamente a agricultura na Amazônia, não deixaria de citar os estudos de Luciana Batista Marinho (2004),[29] que embora discuta as formas pelas quais determinadas famílias da elite ligadas às atividades rurais e ao comércio estabeleciam alianças sociais entre si, não deixa de observar a relação entre a produção extrativa da borracha e o desenvolvimento da atividade agrícola na região. Com isso guarda-se um capítulo especial sobre a produtividade da agricultura no Pará das décadas de 1850 e 1870 e sua comercialização.

Em 2005 o tema agricultura na Amazônia aparece em duas importantes teses defendidas na Universidade de São Paulo. Mauro Cezar Coelho ao estudar o Diretório dos Índios, segunda metade do século XVII,[30] apresenta as unidade agrícolas produtivas e que constituíam uma das bases econômicas do Diretório, demonstrando o uso da agricultura como instrumento estratégico para sustentação alimentar dos aldeamentos, mas também para assegurar a integração entre as povoações, por meio do comércio. Jonas Marçal de Queiroz, ao fazer um estudo comparativo entre as províncias de São Paulo e Pará, quanto à

[29] BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais*: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c. 1870. Dissertação de Mestrado, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000002.pdf

[30] COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar*. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798). São Paulo: FFLCH-USP, 2005 (História, Tese de Doutorado). Disponível: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08062006-085817/pt-br.php

política de imigração implantada pelo império brasileiro entre as décadas de 1860 e 1880, dizia que para o Norte do país esta política estava muito mais voltada para o desenvolvimento da atividade agrícola, de forma a incrementar a economia local, ao mesmo tempo em que assegurar o povoamento da região.[31]

No Amazonas, através do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, destaca-se em 2008 o estudo de Nasthya Cristina Garcia Pereira sobre os discursos que envolviam a agricultura e o extrativismo na segunda metade do século XIX na província do Amazonas.[32] Por meio do exame dos relatórios dos presidentes de província a relação homem e natureza foi analisada com o objetivo de evidenciar as problemáticas para execução de um projeto civilizador que tinha a agricultura como principal atividade econômica.

Do ponto de vista das publicações recentes, destacaríamos a obra de Rafael Chambouleyron (2010), sobre o processo de ocupação e povoamento do Estado do Maranhão e Pará entre a restauração da Coroa portuguesa, em 1640, e o início do reinado de Dom João VI, em 1707.[33] Para o autor, este período seria marcado por esforço sistemático de Portugal em ocupar economicamente e povoar o território amazônico. Esse incentivo ao povoamento e a ocupação econômica do espaço, se efetivaria, entre outras ações, pela organização da atividade agrícola.

---

[31] QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH-USP, São Paulo, 2005. Disponível: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22052006-134714/pt-br.php

[32] PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. *Relação homem-natureza*: o discurso politico sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889). Manaus: PPGH-UFAM, 2008 (História, Dissertação de Mestrado).

[33] CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açaí, 2010.

Outro estudo preocupado em entender a ocupação econômica e populacional do território amazônico, considerando os acontecimentos que envolviam o final do século XIX e início do século XX, é o de Franciane Gama Lacerda.[34] Ao discutir os projetos de empresários e governo em relação a economia paraense e aos destinos dos migrantes cearenses, não apenas apresenta em destaque as vontades e é interesses dos próprios migrantes diante destes projetos, mas ao revelar a luta de cearenses pela sobrevivência, pincipalmente nos espaços de colonização, colônias agrícolas, associa o trabalho com a agricultura à luta pela terra, a construção de redes de solidariedade e à constituição de vínculos com a floresta e os rios.

Ainda sobre as teses que abordam diretamente a temática da agricultura em terras amazônicas, concluiria destacando um estudo recente, 2011, que defendi no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.[35] Nele procuro demonstrar as dimensões tomadas pela agricultura na Amazônia brasileira durante o Império, a partir do final da década de 1830. Diante de uma discussão observada na imprensa, em documentos e pronunciamentos oficiais, e que suscitou diversas e diferentes interpretações, construímos uma proposição de análise que observava a agricultura para além de fenômenos relativos à produção, distribuição e consumo, ou ainda das rendas que poderiam gerar com a comercialização de seus produtos. Defendo que para a Amazônia a agricultura se constituiu, nos discursos das autoridades locais, como atividade

[34] LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará*: Faces da sobrevivência (1889-1916). Belém: Ed. Açaí, 2010.

[35] NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo*: Estado Imperial e agricultura na Amazônia. Niterói, RJ: PPGH-UFF, 2011 (História, Tese de Doutorado). Disponível: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1359.pdf

moralizadora, disciplinadora, capaz de assegurar a constituição de propriedades e povoamento regular, além do que, possibilitaria a implantação de um modo de vida interpretado como civilizado e moderno.

A possibilidade de se fazer uma leitura sobre a história da agricultura na Amazônia requer, como se observou ao longo deste texto, uma reflexão sobre uma multiplicidade de estudos que agregam diferentes métodos de análises e interpretação. A diversidade se observa quando se registra que estes trabalhos apontam, se por um momento, a agricultura como atividade econômica secundária, subsidiária e acessória, em outros aspectos destaca a prática agrícola como importante na constituição da identidade do povo amazônico, como fonte de abastecimento dos centros urbanos, garantia de povoamento regular, controle sobre as populações indígenas, ou como possibilidade de se implantar um modo de vida civilizado e moderno nos espaços rurais amazônicos.

A diversidade de estudos envolvendo esta temática permite, pois, concluir que as questões referentes ao uso e ocupação da terra, através da prática agrícola, muito mais que ocupar hoje um lugar privilegiado nos debates sobre os espaços rurais na Amazônia, revela que o entendimento sobre a agricultura amazônica deve se pautar em um estudo que se preocupe em compreender a historiografia da agricultura produzida sobre região. Ou seja, aos que se aventuram em analisar o mundo rural amazônico, constitui-se como necessário o entendimento sobre o que se disse sobre ele. É neste sentido que se sustenta a importância deste texto.

HISTORIOGRAFIA DOS CONFLITOS PELA TERRA NA AMAZÔNIA

Elias Diniz Sacramento[1]

A luta pela terra no Brasil e na Amazônia tem sido uma realidade desde achegada dos colonizadores portugueses. Travou-se desde os primeiros contatos conflitos que sempre fizeram com os povos indígenas aos poucos fossem sendo expulsos ou exterminados de seus espaços. Tais embates ultrapassaram séculos e fizeram centenas de vítimas. Na Amazônia, em pleno século XX, após a implantação de diversos projetos dos governos civil-militares Pós-1964, quando ocorreu a tomada do poder pelos Militares apoiados Civis, uma série de conflitos voltaram a tona, sendo alvos agora, colonos, ribeirinhos, quilombolas, lavradores e ainda um grande número de povos indígenas.

Entretanto, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, entidade da Igreja Católica criada no Brasil para atuar em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, nos fala que *"A Amazônia levou cerca de 2 milhões de anos para ser formada. O ser humano começou a ocupá-la há mais de 10.000 anos atrás. Já sua destruição vem se dando em poucas décadas"*.[2]

[1] Possui graduação em História pela Universidade Federal do Pará (2003) e mestrado em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2007). Atualmente é doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará.

[2] CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESK, Isolete. *Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012, p.19.

Essa realidade divulgada em diversos meios de comunicação tem levado o Brasil a tornar-se campeão nos crimes contra trabalhadores rurais, lideranças sindicais, religiosos e alguns políticos. Também tem colocado o país como líder da impunidade nos crimes praticados contra esses homens e mulheres.

A Comissão Pastoral da Terra, tem tido um papel fundamental nesta luta de *'Davi' contra 'Golias'*. Luta de *'gente grande' contra 'gente pequena'*, dos latifundiários, grileiros, banqueiros, fazendeiros, jagunços, pistoleiros, contra posseiros, trabalhadores rurais, lavradores, sem-terra, quilombolas, índios, lideranças sindicais e religiosos. O trabalho da Comissão Pastoral da Terra tem como alguns dos objetivos principais a denúncia, a assessoria jurídica, e acima de tudo o acompanhamento por meio de seus agentes pastorais, como leigos, padres, freiras, bispos, principalmente ligados ainda a corrente da Teologia da Libertação aos perseguidos.

É importante frisar que a Teologia da Libertação teve uma importância muito grande, uma vez que religiosos e religiosas que aderiram a esta 'metodologia' de fazer igreja, pensavam na parte espiritual, mas também nos debates voltados para as questões sociais e políticas.

> A transformação política vivida pelo Brasil no início da década de 1960 e especialmente, em 1964, coincidiu com mudanças que a Igreja Católica passava a experimentar, a partir do Concilio Vaticano II, num sentido de maior comprometimento com os setores marginalizados da população e seus anseios de justiça[3].

No entanto, a Comissão Pastoral da Terra, tem se utilizado de outro instrumento frente aos conflitos pela terra no Brasil e

[3] ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*/ Arquidiocese de São Paulo. 39ª Edição. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011, p. 146.

na Amazônia. Trata-se dos seus informativos divulgados desde os anos de 1980, *Caderno Conflitos no Campo*[4], divulgado anualmente e o Jornal *Pastoral da Terra*. O primeiro retrata um histórico de todos os tipos de conflitos ocorridos no campo durante o ano, apresenta uma análise de cada região, pontuando cada estado com seus principais problemas, com diversas tabelas que vão desde assassinatos, expulsão de terras, ameaças de mortes, acidentes, usos de agrotóxicos. O segundo informativo, divulgado a cada três meses procura mostrar os conflitos mais recentes, tendo um caráter de imprensa, pois possui matérias assinadas pelos agentes pastorais e traz uma série de reportagens sobre os problemas no campo.

Esses meios de comunicação da Comissão Pastoral da Terra têm sido fundamentais para se noticiar os problemas do campo no Brasil e na Amazônia. Porém, é importante aqui ressaltar que outros pesquisadores, também tem se preocupado com a temática e junto a isso produzido uma literatura complementar nas academias, levando o tema para o conhecimento de parcela significativa da sociedade.

É sobre algumas dessas publicações que o artigo versará, tentando mostrar alguns debates até então publicados sobre a temática. Trabalharemos com três breves recortes: A década de 1980, a década de 1990 e o século XXI, sendo que a proposta é dar subsídios para novas pesquisas, inquietando a se olhar um pouco mais para cada um desses três tempos. Assim, o leitor poderá perceber que durante estes períodos houveram diferentes produções no que se refere aos conflitos enfatizando sempre que

[4] Os Cadernos Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra podem ser consultados no site da entidade www.cptnacional.org.br ou na sede em Belém do Pará no endereço Travessa Barão do Triunfo entre as Avenidas Almirante Barroso e 25 de Setembro.

no âmbito dos debates acadêmicos, esse é um tema com vasto campo para pesquisa.

A década de 1980 é considerada por muitos como a década mais violenta no que se refere aos conflitos pela terra na Amazônia. É a década em que se constitui a chegada de diversos projetos agroindustriais iniciados na década anterior. Segundo a própria Comissão Pastoral da Terra, os anos de 1985, 1986 e 1987 foram os anos em que o nível de crimes relacionados a assassinatos de trabalhadores e lideranças alcançou um número muito alto (Comissão Pastoral da Terra, 1985, 1986, 1987).

Para o sociólogo Otávio Ianni, renomado pesquisador brasileiro, sobre esta temática, nos mostra que uma das causas para o grande número de conflitos no campo estava relacionado à chegada do grande número de pessoas das diversas regiões do Brasil, sobretudo da região nordestina. Esse debate está posto no seu livro, *'A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia'*. Este trabalho é um clássico da historiografia sobre conflitos no campo envolvendo a questão agrária.

Seu trabalho fala sobre um caso específico ocorrido no município de Conceição do Araguaia. A partir desse município, o autor nos dá algumas pistas para se entender os casos emblemáticos ocorridos neste espaço e nas outras partes do Estado do Pará e da região amazônica. Para o autor, a construção de diversas rodovias ao logo da BR 316 foi crucial para a vinda muitos imigrantes, não só nordestinos, mas também gente do Sul e Sudeste brasileiro. De acordo com Ianni, primeiro por que vieram servir como mão de obra para a construção dessas vicinais, depois por que foram permanecendo nesta região, constituindo famílias e também por que acabaram incentivando

outros a virem por conta das notícias que eram transmitidas daqui sobre grandes extensões de terras disponíveis.

E assim, nos diz o autor,

> (...) nos últimos anos, em especial na última década, no município de Conceição do Araguaia, parece ter entrado em nova fase o processo de transformação da terra em mercadoria. A rigor, parece estar havendo ali o último ato de metamorfose da natureza em sociedade. Devido aos novos desenvolvimentos do capitalismo no Brasil, em geral e na agricultura brasileira, em especial, em poucos anos, passaram a ocorrer nesse município modificações econômicas e políticas razoavelmente amplas e profundas. Em poucos anos, ou mesmo repentinamente, modificaram-se os ritmos e os andamentos, os arranjos e as articulações sociais. Parece ter soprado um vento inesperado e desconhecido do lugar". [5]

É importante ressaltar, que ao falar do conflito no município de Conceição do Araguaia o autor não está simplesmente preocupado com a chegada dessas inúmeras famílias que ali se instalaram, mas com o crescente número de violências praticadas neste cenário. Ainda de acordo com Ianni, paralelo a chegada da mão de obra em larga escala, também chegaram empresários, fazendeiros, grileiros interessados na grande produção, fato que levou a um confronto intenso de disputas pela terra nesta região.

Já o autor José de Souza Martins[6] no trabalho intitulado '*História da vida privada nas áreas de expansão da sociedade Brasileira',* publicado em 1988 nos dá uma grande contribuição

[5] IANNI, Otávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1981.

[6] MARTINS, José de Souza. "*História da vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*". IN: A Vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. Novaes, FERNANDO A. (Org.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

sobre os conflitos de terra no que este chamou de 'área de expansão' para a Amazônia. Para Martins, o que ocorreu nesta região com a chegada de homens, principalmente da região Sul e Sudeste do Brasil, providos de capital, foi uma grande mudança de mentalidade. De acordo com Martins, o homem amazônida percebia a terra não como propriedade, mas como um bem coletivo, de livre acesso a todos os moradores de uma comunidade por exemplo.

É com a chegada desse homem do Sul e Sudeste, que a terra passa a ter um olhar diferenciado, a terra passa a ser sinônimo de bem individual, sinônimo de riqueza, de propriedade particular. É quando, segundo o autor, as cercas passam a ser uma realidade concreta. Antes, as demarcações eram feitas por '*picos*', fato que não impediam o *'ir'* e '*vir'* de nenhum morador. Com a chegada desses novos homens, esses hábitos passaram a ser modificados, sendo impedidos a entrada nas áreas em que havia esses cercamentos, como é comum ainda nos dias atuais observar na entrada de determinadas propriedades os dizeres '*propriedade privada: proibido entrar sem permissão'*.

Martins nos ajuda a entender com seu trabalho o sentido e o significado do termo 'área de expansão'. Segundo este, a 'área de expansão' sofreu uma interferência do homem externo, uma vez que as mentalidades se diferenciavam completamente, e o modo de ver e pensar a terra causou grandes conflitos, expulsão de homens e mulheres de suas áreas de morada, culminando assim com embates que na maioria das vezes os grandes perdedores foram os homens da floresta.

Outro pesquisador que fala sobre a temática dos conflitos agrários na Amazônia, Alfredo Wagner de Almeida[7], tem

[7] ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989). Belém, UFPA, 1989.

produzido uma série de pesquisas sobre o assunto. No livro intitulado '*Os conflitos agrários na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado (1969-1989)',* o autor nos explica a relação dos conflitos pela terra envolvendo de um lado segmentos como dos movimentos camponeses e algumas instituições religiosas como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), missionários e missionárias ligados a ala Progressista da Igreja Católica, sendo estes religiosos e religiosas trabalhando a Teologia da Libertação, uma metodologia de evangelização, baseada no princípio de '*liberdade*' ou '*libertação'* dos camponeses, e por outro lado a atuação do Estado.

Para esse autor, o Estado deveria exercer um papel fundamental, na defesa dos trabalhadores rurais, lavradores, quilombolas e índios acima de tudo da floresta amazônica. Porém, segundo o autor, o que se viu nas décadas de 1970 e 1980 foi o completo abandono das autoridades que representam o poder estatal, ficando esses sujeitos a mercê das atrocidades cometidas pelos grileiros, fazendeiros, latifundiários com seus jagunços e pistoleiros.

Nesse trabalho, que hora o autor nos apresenta, coube então as instituições religiosas juntamente com alguns movimentos camponeses como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais a tarefa de defesa dos homens do campo. Por isso, o grande número de assassinatos de lideranças sindicais e missionários religiosos nesta década, como do Padre Jósimo Moraes Tavares, da Freira Adelaide Molinari, do advogado da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH-PA) Paulo Fontelles, do deputado Estadual do Partido Comunista do Brasil (PC do B) João Batista e sindicalistas como Benedito Alves Bandeira, Virgilio Serrão Sacramento, João Canuto, entre tantos outros.

Finalizando esta primeira parte, o geógrafo e pesquisador Ariovaldo Umbelino[8] com o livro *'A geografia das lutas no campo'* nos mostra como em finais dos anos de 1980, o campo amazônico já estava completamente tomado por conflitos agrários. O autor se preocupou em fazer um mapeamento das principais regiões tomadas por todo tipo de violência. É um livro necessário para se ter uma compreensão do que foi a década de 1980 com seus principais lastros de violência deixados no campo amazônico.

A década de 1990 seguiu o mesmo caminho da década anterior. Os informativos da *Comissão Pastoral da Terra* como o *Caderno dos Conflitos no Campo* e o Jornal *Pastoral da Terra* não cansaram de apresentar em suas páginas, notícias de perseguição e assassinatos contra trabalhadores rurais. Somente no ano de 1996, no episódio que ficou mundialmente conhecido como Massacre em Eldorado dos Carajás, na Curva do *'S'*, 19 Trabalhadores Rurais foram assassinados covardemente pela polícia do estado do Pará a mando do então governador Almir Gabriel.

Sobre esse fato, o trabalho intitulado "*Discurso e conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás*" da autora Luciana Miranda, apresentou um debate sobre o caso procurando mostrar os personagens e suas ações. Sobre o massacre ocorrido no dia 17 de abril de 1996 e a justiça procurando responsabilizar os culpados, assim destacou a autora:

> Após um ano e sete meses de apuração e interrogatórios, em novembro de 1997, a justiça do Pará se pronunciou sobre o "Massacre dos Sem-Terra". Na ação penal nº 786/96, o juiz Otávio Marcelino Maciel, responsável pela

[8] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989.

> instrução do caso, decidiu que 153 policiais militares e três sem-terra (Júlio César Barbosa, Grenon Ferraz e Maurílio Silva) iriam a Júri Popular. Por decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), o governador Almir Gabriel, que deu a ordem para liberar a estrada não pode ser responsabilizado pela maneira como a PM cumpriu uma ordem dele.[9]

O episódio do 'massacre dos sem-terra' em 1996 fez com que a região do Sul do Pará, considerada até os dias atuais como uma das mais violentas do país em relação aos conflitos pela posse da terra ganhasse as manchetes da imprensa internacional. Como é possível observar na obra da autora acima, o principal culpado pela chacina, O então governador Almir Gabriel não foi condenado pela justiça.

Essa década também motivou outros pesquisadores a enveredarem pelo caminho da pesquisa e análise desses conflitos que não cessaram na década anterior, uma vez que os anos de 1980 foram os chamados anos da *redemocratização* brasileira, e por isso, os problemas relacionados ao campo deveriam ter sido superados. Porém, não o foram.

A autora Violeta Loureiro, no seu livro *'Estado, Bandidos e Heróis: utopia e luta na Amazônia',* publicado em 1997, nos mostra um caso emblemático ocorrido no município de Viseu, no Estado do Pará. O livro da autora traz a luz, os conflitos pela posse da terra que se iniciaram neste município, mas especificamente na área conhecida como Gleba Cidapar, uma extensa área de mais de 380.000 hectares de terra, que segundo a mesma, através de pesquisas documentais dos cartórios da região, era herança de sesmarias. Tal área transformou-se em disputas por

[9] COSTA, Luciana Miranda. *Discurso e conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1999, p. 34.

fazendeiros e empresários de outros Estados do Brasil, contra colonos que a ocupavam. É nesse universo que surge a figura de um homem, conhecido por 'Quintino'. Armando da Silva Lira, o '*gatilheiro'*. Amansador de boi, burro e outros animais da região quando jovem, nos anos 60, aprendeu a conhecer e a dominar as matas dessa região. Isso foi vital anos mais a frente, quando os conflitos pela terra se tornaram realidade.

Quintino foi crucial para a luta e defesa de muitos posseiros da região quando da tentativa de expulsão de muitas famílias. Segundo Loureiro, para os colonos, este ficou conhecido como herói, por sua '*batalha'* travada contra diversos pistoleiros e policiais do Estado paraense, quando nos anos 80 se fizeram várias incursões nas tentativas de prendê-lo ou matá-lo. Mais uma vez, segundo a autora, o Estado se fez '*imóvel*' em todo o processo litigioso, que culminou com a morte do '*gatilheiro'*. O livro da autora é significativo por que mostra histórias de lutas ocorridas na região Nordeste do Pará, quando sempre os noticiários divulgavam matérias mais especificamente sobre o Sul do Pará.

Aqui, reproduzo um trecho de uma fala do personagem no livro da autora,

> Eu sou um justiceiro. Eles chamam pistoleiro (refere-se) ao modo como ele é chamado por autoridades e empresários) porque eu mato esses caras ruins, mas eu não sou pistoleiro de ganhar dinheiro. Que eu não tenho necessidade disso; nunca mate3i ninguém pra ganhar dinheiro. Agora, cabra ruim eu mato por brincadeira e jogo n'água, pro urubu e os cacetes (quem quer que seja) comer pra lá. Mato sem dó. Mas cabra bom, que vive trabalhando pra viver, eu não mato não. E não tem um voto (uma voz) de alguém que digas, quero que vocês perguntem e que alguém chegue a dizer pra vocês que

> eu já matei alguém pra ganhar dinheiro, ou se já matei alguém desapoiado (pobre)"[10].

'Quintino' foi morto pela tropa da Policia Militar do Estado do Pará no dia 04 de janeiro de 1985. Naquele período, Jader Barbalho era o então governador. Considerado '*Bandido*' pelas autoridades, fazendeiros e comerciantes da região, sua morte foi comemorada com foguetórios e muita bebida nos município de Capanema. (LOUREIRO, 2001, p. 336). Já os colonos ficaram sem seu 'herói', como era chamado.

Com o título, '*A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará',* o historiador catalão, Pere Petit publicou este trabalho no ano de 1996. O livro procurou falar sobre a história do Partido dos Trabalhadores no Estado do Pará. Porém, o autor deu destaque à relação em que o partido teve com vários movimentos sociais. É possível conhecer a importância da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e a própria Igreja Católica, onde possuíam uma relação muito estreita como o partido petista, na defesa dos posseiros, lavradores, lideranças sindicais.

Para Petit, muitas lideranças que surgiram no meio político nos partidos de esquerda como o PCdoB e o próprio PT vieram desses movimentos de base, ou mesmo das próprias Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ou então dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais, de Associações de Moradores. Esta é uma das obras, que procura mostrar o quanto várias organizações foram importantes para a luta e defesa de muitos trabalhadores. O autor também não perde de vista as perdas sofridas dentro desses movimentos, principalmente, de algumas lideranças sindicais assassinadas no Sul do Estado paraense.

[10] LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Estado, Bandidos e Heróis: Utopia e Luta na Amazônia*. Belém – PA. Ed. CEJUP, 1997 254.

Nesse sentido, é possível perceber que

> A maioria dos assassinatos no Pará aconteceu nas microrregiões do Araguaia, Guajarina e Marabá. Rio Maria (Araguaia) foi, entre os municípios brasileiros o que teve maior número de conflitos agrários e mortes deles decorrentes, tendo sido os posseiros e os líderes do STR e do PC do B as principais vítimas dessa violência. Também em represália a luta que empreendiam em favor dos trabalhadores rurais, foram assassinados dois dos principais líderes políticos da esquerda paraense, os advogados Paulo Fontelles (PCdoB), em junho de 1987, e João Carlos Batista (PSB), em dezembro de 1988[11].

Outra publicação lançada no ano de 1995, chamando atenção para o número significativo de assassinatos no campo paraense, foi do autor Ronaldo Barata, '*Inventário da Violência. Crime e Impunidade no Campo Paraense',* Neste livro, o autor procurou enumerar os assassinatos de trabalhadores e suas lideranças no campo paraense. Resultado de pesquisa nos acervo da Comissão Pastoral da Terra Regional Norte 2[12], a obra apresenta dados precisos. Como já foi mencionado, Barata, procurou mostrar apenas os casos de assassinatos no campo paraense. É importante ressaltar que aqui, nosso autor, ao se apropriar das fontes documentais da CPT Norte 2, eram basicamente informações dos jornais locais, como a *Província do Pará, Diário do Pará, O Liberal*, e em algumas exceções, jornais de outras partes do Brasil.

[11] PETIT, Pere. *A Esperança Equilibrista, a trajetória do PT no Pará*. São Paulo, Boitempo/NAEA, 1996, p. 143.

[12] O arquivo da CPT Regional Norte 2 fica em Belém do Pará no endereço Travessa Barão do Triunfo entre as Avenidas Almirante Barroso e 25 de setembro. Há um mapeamento organizado em pastas porta-arquivo dividido por cada cidade do Pará.

Dois fatos são importantes de serem apresentados aqui sobre a publicação de Barata. O primeiro é que neste livro, não existe uma construção textual. O autor apenas apresenta a lista dos assassinatos em uma espécie de relação anual, iniciando nos anos de 1980, culminando no início dos anos 90. O segundo fato, importante para pesquisadores sobre o tema, é que ele acaba se transformando em uma fonte de pesquisa secundária, uma vez, que ali estão presentes dezenas de casos de trabalhadores e lideranças sindicais assassinados.

Em um dos casos mais emblemáticos de mortes no campo, o autor narra o assassinato do sindicalista Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, como era conhecido ocorrido na década anterior:

> O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açú, Benedito Alves Bandeira foi assassinado no início da tarde do dia quatro por um elemento que estava em companhia de outros dois, possivelmente pistoleiros. Para as autoridades policiais de Tomé-Açú, o assassinato do presidente do Sindicato Rural foi encomendado devido a problemas surgidos com fazendeiros da área.[13]

O caso narrado pelo autor, foi um dos casos que mais chamou atenção das entidades de defesa dos Direitos Humanos, bem como da imprensa e da sociedade em geral, uma vez que após o crime, os assassinos fugiram, mas foram presos pela polícia no mesmo dia da morte de Benezinho, fato ocorrido no dia 04 de julho de 1984. Após a prisão dos três homens, ao serem levado para de delegacia da cidade, um foi morto à tarde do mesmo dia e os outros dois trucidados no dia seguinte, quando também destruíram a delegacia local.

[13] BARATA, Ronaldo. *Inventário da Violência. Crime e Impunidade no Campo Paraense*. Belém, CEJUP, 1995, p. 253.

> No meio da multidão ninguém mostrou o mínimo de arrependimento. 'esses diabos já estão na cidade dos pés juntos, capital, Mão no peito', ironizou um senhor calvo, visivelmente alcolizado. 'monstros como esses, não merecem viver', lembrou uma senhora chorando copiosamente. A violência foi tamanha que um dos pistoleiros, já morto recebeu um a facada em pleno coração – das mãos de uma mulher – enquanto crianças divertiam-se dando pedradas na cabeça e na barriga dos pistoleiros. Alguns rapazes riam bastante e sem qualquer remorso, colocavam cigarros acesos na boca dos pistoleiros chacinados.[14]

Vale lembrar que a obra de Barata, tem sua importância por que acaba sendo um instrumento de denúncia contra a violação dos direitos humanos, uma vez que na história dos conflitos pela terra, a impunidade tem reinado no campo. No livro do autor é possível verificar, além do relato sobre o crime, a real situação do processo, onde é possível ver que a maior parte dos casos encontrava-se parado na justiça.

No final dos anos de 1990, foi lançado um livro mais ousado do ponto de vista da crítica sobre os problemas no campo. Com o título '*Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista'* da autora Marcionila Fernandes, a obra chamou muito atenção por que procurou 'desmascarar' latifundiários, grileiros, fazendeiros, sojeiros entre outros, que faziam parte no Estado do Pará da União Democrática Ruralista (UDR). Mas que sempre negaram o vínculo com esta entidade.

A União Democrática Ruralista (UDR) nasceu no Centro-Oeste, mais precisamente no Estado de Goiás por fazendeiros como uma forma de defender os interesses de homens poderosos no campo.

[14] BARATA, Ronaldo. *Inventário da Violência. Crime e Impunidade no Campo Paraense*. Belém, CEJUP, 1995, p. 257.

> Seus principais alvos foram os sem-terra, ou qualquer outra pessoa que pudesse "ameaçar" suas "propriedades". De lá, a partir dos 80, a UDR foi expandindo, primeiro para o Nordeste até chegar à região norte do Brasil, mais especificamente no Pará[15].

Segundo a pesquisa da autora, os núcleos da União Democrática Ruralista, no estado do Pará estiveram mais presentes na região do Sul do Pará, mais precisamente nos município de Marabá, Redenção e Xinguara, conhecidos por ser de grandes criadores de gado, cavalos e especulação de terras. Também, segundo Marcionila, outro município que contou com grande número de simpatizantes da organização foi Paragominas, popularmente conhecida nos anos 80 e 90 como '*Paragobala',* uma referência a mistura da nomenclatura alusiva a cidade '*Para (Paragominas)+bala=paragobala',* mas também ao grande número de crimes cometidos nesse município nestas duas décadas.

O livro da autora é de vital importância para os estudos sobre os conflitos no campo, por que procura mostrar que o Estado paraense também teve um 'braço' forte da temida organização que, composta por fazendeiros, latifundiários na sua maioria, era na verdade uma organização criminosa que mandava eliminar quem tentasse impedir seus projetos de 'desenvolvimento', uma vez que com ajuda de pistoleiros, jagunços e muitas vezes contando com a força do Estado, como a Policia Militar, a proteção judicial e políticos ligados a 'direita', estes foram acusados por entidades de defesa dos trabalhadores rurais de crimes contra lideranças, sendo um dos mais notórios,

[15]FERNANDES. *Marcionila. Donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista*. Belém: NAEA/UFPA, 1999, p. 101.

o do ex-deputado estadual e advogado da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) Paulo Fontelles, assassinado em 1987. Também coube acusação contra a UDR da morte do então deputado estadual pelo PCdoB João Batista em 1988. Segundo a autora, um crime consorciado pelos membros da União Democrática Ruralista, que sempre negaram qualquer envolvimento nessas mortes, mas as denúncias e várias provas indicavam o contrário.

Para Fernandes, a UDR sempre procurou mostrar outro lado, não associado aos assassinatos de lideranças, mas, sobretudo do lado festivo, como das festas de Rodeios, das comemorações de aniversário de cidades ou de grandes fazendeiros, onde, eram nessas ocasiões que estes procuravam se reunir para tomarem decisões de encomendar a morte de alguém que estivesse '*ameaçando'* seus *'patrimônios'*.

A década de 90 encerrou a passagem do século XX para o XXI. A violência no campo, uma marca que se iniciou nos anos 70 também deveria ter ficado para trás, até por que durante à última década do século o Brasil já vivia a democracia, com direito a participação plena na política. No entanto, o campo continuava '*atrasado'*, uma vez que os conflitos continuavam intensos, sem trégua para os trabalhadores, fazendo inúmeras vítimas, deixando mulheres viúvas e filhos órfãos.

O século XXI chegou e com ele o sonho de que os conflitos no campo poderiam diminuir. No entanto, não foi o que se viu. Mais despejos e assassinatos continuaram. Tensões em várias partes da Amazônia, mais precisamente no Pará. Crimes chocantes como da missionária Norte americana Dorothy Stang assustaram o mundo bem como do casal de extrativistas José Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo. O século XXI, símbolo da pós-modernidade, continuou '*derramando*' sangue

no campo. Maria do Espírito Santo da Silva era aluna do Curso de Pedagogia do Campo ofertado pela UFPA do Campus Marabá.

Nesta última parte, apresentarei algumas discussões sobre o debate em questão, procurando mostrar o que continuou se produzido academicamente levando em consideração a preocupação de vários pesquisadores sobre os problemas no campo, principalmente na Amazônia e no Pará. No entanto, esta é uma discussão que precisará de outros trabalhos para mostrar a dimensão do que já se foi pesquisado e publicado sobre o tema.

Tanta violência e conflitos continuaram inquietando pesquisadores a tentar compreender essas dinâmicas históricas e sociais. Sérgio Sauer[16], autor do livro *'Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense',* publicado em 2005 com parte de sua pesquisa na Comissão Pastoral da Terra Regional Norte II, traz um relatório de alguns dos principais conflitos pela terra no estado paraense.

O autor dá destaque a alguns casos emblemáticos ocorridos nos últimos anos em alguns lugares como Rondon do Pará, Anapu, Porto de Moz e Castelo do Sonho. Sendo os três primeiros municípios e o ultimo distrito de Altamira, onde houve o império do sujeito como Márcio Martins, o '*Rambo'* do Pará, mas também o assassinato do sindicalista Bartolomeu Morais da Silva, conhecido como Brasília. Sauer destaca no seu trabalho especificamente alguns casos como estes no sentido de poder mostrar as peculiaridades ocorridas nestes locais.

Em Rondon do Pará, o autor destaca a presença maciça de fazendeiros, carvoeiros, latifundiários, que desencadearam uma política de expulsão gigantesca do trabalhador rural do campo,

[16] SAUER, Sérgio. *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global: Terra de Direitos, 2005.

grilando as terras, com a conivência do Estado. Sauer explica que é segundo a organização dos colonos, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que a luta pela terra ganha dimensão no campo em que apenas os grileiros estavam levando '*vantagem'*. Segundo o autor, é na figura de José Dutra, homem, simples, trabalhador rural, que ao se tornar liderança, mas precisamente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) dá impulso para uma luta, com a finalidade de que centenas destes colonos não fossem expulsos de suas terras. Como mais descaso das autoridades, o sindicalista foi assassinado em 2000. Outras lideranças deste município continuaram ameaçadas, como a própria viúva do sindicalista, Maria Joel, que continuou a luta em defesa dos lavradores.

Nos município de Anapu e Porto de Moz, os casos de violação ao direito a vida pelos colonos continuou. Em Anapu, a extração de madeira por donos de grandes serrarias, a especulação de terras, acima de tudo da união, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), criados pela missionária Dorothy Stang fizeram do município e da região conhecida como *'Terra do Meio'*, um campo de batalha. De um lado, um projeto 'devastador', movido pelo capitalismo selvagem, do outro um modelo de sustentabilidade coletiva, movido por pessoas simples, na base da 'partilha'. Resultado, o assassinato da freira Dorothy Stang em 2004, defensora do segundo projeto. Em Porto de Moz, a briga pela extração de madeira ilegal foi *(e continua sendo)* o principal 'motor' dos conflitos fundiários.

Em Castelo dos Sonhos, que ainda hoje é um distrito localizado a aproximadamente 1100 km de Altamira, as cenas registradas nos últimos anos foram de '*cinema'*. Segundo nosso pesquisador, assassinatos ocorriam com frequência nas vias públicas, nas grandes fazendas, ou nas bases da extração de

madeira ilegal. Um dos assassinatos que mais chamou atenção da sociedade foi de Bartolomeu Morais da Silva, mais conhecido como '*Brasília',* sindicalista e militante do Partido dos Trabalhadores, era a principal liderança popular da localidade quando foi morto em 2002.

Publicado em 2001, *'Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade'* do autor Girolamo Domennico Treccani, nos traz uma discussão sobre como as terras foram sendo apropriadas no Brasil desde o período da colonização. Segundo Treccani, as terras pertenciam ao Estado Português, que eram repassadas aos interessados, geralmente homens de grandes posses. Decorridos os séculos, a propriedade das terras brasileira seguiu o modelo da concentração. No período do Regime Militar brasileiro (1964-1985), o Estado brasileiro usou de sua influência para a ocupação da região amazônica, que de forma desordenada acabou levando para grandes conflitos, uma vez que preferiu apoiar os grandes projetos em detrimento dos que vieram para região sem posses.

Segundo sua pesquisa, já no período da redemocratização brasileira foi que começou a se pensar em um projeto de reforma agrária no Brasil, ficando muito mais nos discursos e nas leis do que na prática. Estas ausências do poder público é que tem fomentado e incentivado cada vez mais a apropriação indevida pela terra no Brasil e, sobretudo na Amazônia, levando para o caminho da expulsão e assassinatos de milhares de trabalhadores rurais.

O livro de Treccani, é uma importante contribuição no que se refere à compreensão da legislação brasileira desde o processo de colonização brasileira, quando os verdadeiros donos das terras, os índios, começaram a ser expulsos. Segundo este,

> (,,,) a legislação do período, ignorava estes sujeitos, bem como nos dias atuais, quando grandes leis são criadas pelo judiciário, muitas delas, quando colocados na prática, funcionam para manter a ordem nas grandes fazendas, desapropriar espaços tomados por sem terra, os "fora da lei". No entanto, quando é pra dar ganho de causa para os colonos, julgar crimes de assassinatos contra lideranças sindicais, estas leis se tornam morosas, mostrando como a questão da terra é tratada.[17]

Os relatórios da Comissão Pastoral da Terra têm sido nestes últimos quarenta anos, grandes instrumentos de denúncias contra os malfeitos no campo brasileiro, acima de tudo na Amazônia. Tem-se cobrado muito dos governantes posturas mais incisivas para que se possam resolver este caos.

É fato que o sangue de muitos líderes sindicais e outros têm derramado no solo da Amazônia. Um derramamento que tem envergonhado muito a região, rica em terra, biodiversidade, na fauna e na flora, em grandes jazidas minerais, imensidão de rios, capazes de alimentar milhares de famílias. Mas não é assim que pensam todos, principalmente os que detêm o capital especulativo, que olham nossa região, vendo riqueza na criação de gado, na transformação dos rios em hidrelétricas e por aí vai indo.

São de fundamental importância os trabalhos publicados, resultados de pesquisa que se tem preocupado em estudar as transformações históricas da região. Nesse sentido, os trabalhos aqui apresentados representam um número significativo desses estudiosos. Não os únicos, há outros que neste momento não foram privilegiados neste pequeno debate. Mas não falta espaço

[17] TRECCANI, G. *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade*, Belém, UFPA/ITERPA, 2001, p. 144.

para o diálogo com esses autores, pois também, são instrumentos de divulgação de uma história que tem começo, meio, mas o fim não se sabe quando chegará.

Um dos trabalhos mais recentes sobre o tema debatido neste é "*As almas da terra: a violência no campo mojuense*", do autor Elias Sacramento. Apresentado primeiramente como resultado de uma pesquisa na Universidade Federal do Pará, no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia em 2007, veio a ser publicado em forma de livro no ano de 2012. Aqui o autor traz um resultado sobre os problemas no campo no município de Moju no Estado do Pará. O autor procurou mostrar como diversos projetos agroindustriais ao se estabelecerem na área provocaram uma série de conflitos com expulsão de famílias e várias mortes, incluindo a do então líder sindical Virgílio Serrão Sacramento.

Uma das contribuições que o autor traz no livro está relacionado a questão da organização dos trabalhadores de Moju, como nos traz o seguinte relato,

> Foi principalmente a partir dessa participação em Cametá que os lavradores contrários a direção do STR resolveram partir para organizar as Delegacias Sindicais nas comunidades, e dentro de dois anos já haviam conseguido um resultado muito positivo, tanto que as eleições marcadas para esse ano forma anuladas. Porém, em 1983 a direção deu lugar aos opositores. Tonetto afirma que essa ação de irem a Cametá participar do 3º Encontro de Lavradores do Baixo Tocantins foi de fundamental importância, uma vez que o início dos anos 80 culminaram com a explosão dos conflitos agrários.[18]

[18] SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo mojuense.* Belém: Editora Açaí, 2012, p. 81.

Percebe-se na no texto acima como o trabalho do autor deu conta de mostrar esta peculiaridade. Mas também em outros espaços da Amazônia esta foi uma realidade. Conflitos de terra, mas também enfretamento por parte dos trabalhadores rurais, índios, quilombolas, ribeirinhos, obviamente sempre com apoio com de diversas entidades. Como procurei mostrar nestas poucas obras de alguns autores que pesquisaram sobre o tema, a violência foi grande, mas a resistência também se fez presente. Que novos trabalhos possam vir para contribuir ainda mais com esta temática.

HISTORIOGRAFIA DA CULTURA POPULAR

José do Espírito Santo Dias Júnior[1]

O presente artigo trata do conceito de *cultura popular* e suas interpretações postas nas análises dos historiadores culturalistas. Pretendemos aqui, apresentar panoramicamente o contexto teórico de amadurecimento da história cultural no campo dos estudos historiográficos, bem como sua inserção nas pesquisas sobre o *popular*, apresentando algumas referências básicas acerca do conceito para os iniciantes no estudo.

Historiografia e História Cultural

As discussões sobre cultura popular fazem parte dos debates realizados nas últimas décadas, acerca dos novos temas da história, caracterizados pelo estudo de diferentes temáticas, tendo entre elas o estudo das *culturas do povo* em suas diversas manifestações. Essa variação de temas só foi possível graças à afirmação da História Cultural como campo de análise da ciência histórica, que a partir dos anos sessenta do século XX ficou mais atenta às modificações de foco nos trabalhos acadêmicos, até então muito inclinados aos temas relacionados as estruturas políticas e econômicas da sociedade.

[1] Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014) e Mestre em História Social da Amazônia (UFPA/2009), Especialista em Estudos Culturais da Amazônia (UFPA/2007) e Bacharel e Licenciado Pleno em História (UFPA/2000).

Com o florescimento do interesse pelo estudo do *povo* nas ciências sociais, um vasto repertório de pesquisas historiográficas surgiu abordando diversas temáticas, não discutidas antes pela História. Ainda no século XIX na França, Jules Michelet inicia as pesquisas interessadas em conhecer o comportamento dos não nobres em suas experiências cotidianas. Fazendo uma incursão pela Idade Média e pela Idade Moderna, Michelet foi de encontro ao *povo* para apurar os detalhes de histórias não mencionadas nos clássicos da historiografia positivista do século XIX[2].

Porém, é somente na segunda metade do século XX, que a *história do povo* começa a ganhar lugar de destaque nas pesquisas históricas. Os trabalhos de historiadores sociais, principalmente a partir dos anos setenta, alargaram as análises do campo demográfico e socioeconômico da vida da "classe baixa", para as questões concernentes a cultura popular.

Dentre as mudanças conceituais percebidas neste período destacamos a sensível influência que a História Cultural passou a exercer em diferentes linhas de pesquisa histórica, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. A consagrada *escola dos annales* e as diversas vertentes *marxistas* testemunharam o florescimento de questões, temáticas e enfoques relacionados com o cotidiano de aldeias, manifestações religiosas, mentalidades, representações simbólicas, experiências de classe, de gênero, enfim, a uma infinidade de temas que antes não eram contemplados pela ciência histórica.

Essa guinada cultural nos debates historiográficos causou a princípio, um mal estar nos cânones tradicionais da

[2] Para uma melhor compreensão sobre o tema ver: MICHELET, Jules. *O Povo*, São Paulo: Martins Fontes, 1988. Ver também: DOSSE, François. "A Pré História dos Annales". In: *História em Migalhas.* São Paulo: Ensaio, 1992, p.21-36; HOBSBAWM, Eric. "A história de baixo para cima" In: *Sobre História.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.216-231.

historiografia. As novas pesquisas surgidas desse processo desafiavam os historiadores mais antiquados, porque buscavam temas e métodos que representavam naquele momento, um "anti-método" de estudo[3], uma vez que as fontes e as bases metodológicas de aplicação da pesquisa tomavam emprestadas, ferramentas de outras ciências sociais. Na verdade o que estava se vivenciando a partir do pós-guerra era uma sucessão de enfoques que contemplavam não apenas uma variedade de temas e objetivos que não faziam parte do repertório de historiadores, mas uma mudança cultural na forma de se pensar a produção historiográfica.

Nas últimas décadas, a história passou por uma reelaboração favorecida pelo "uso de aportes analíticos provenientes de outras ciências sociais, como a sociologia, a psicanálise, a antropologia, a linguística e a semiótica[4]". Esta reelaboração ocorreu devido às discussões teóricas e metodológicas no interior de algumas correntes historiográficas, que nos finais do século XX, alteraram os enfoques de pesquisa. É o caso da terceira geração dos *annales*[5] com sua "nova história", novos "objetos" e novas

[3] Sobre este assunto é aconselhável ler a introdução de Lynn Hunt sobre História Cultural; é pertinente também a leitura dos demais artigos desta publicação. Ver: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

[4] LUCA, Tânia R. "Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2006. p. 112.

[5] Convencionou-se classificar a Escola dos Annales pela geração de seus participantes, sendo a primeira geração representada pelos fundadores da revista em 1929, Marc Bloch e Lucian Febvre; a segunda geração tem como principal representante Fernand Braudel, historiador que aproximou a disciplina História de ciências como a Demografia e a Geografia; e a terceira geração, que é representada por nomes como François Furet, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Pierre Nora entre outros. A esse respeito ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo, UNESP.

"abordagens", que pretendiam modificar e enriquecer o acervo das informações históricas, possibilitando maior percepção dos acontecimentos, que para Jacques Le Goff "subvertem os setores tradicionais da história", instigando questões epistemológicas acerca do ofício do historiador[6].

Uma das motivações para essa guinada cultural no interior dos estudos históricos se deu com a disputa de espaço entre a história social e a história cultural, possibilitando as consagradas "escolas" historiográficas *marxista* e *annales,* adaptações aos novos caminhos da pesquisa histórica. Para se ter uma ideia desta mudança conceitual e metodológica, houve um substancial crescimento de publicações afinadas com a história cultural nos Estados Unidos e na Europa, entre os anos de 1965 e 1984[7]. A mudança epistemológica provocada pelas novas metodologias e por novos temas no interior da História Cultural gerou incertezas e crises paradigmáticas, principalmente no interior da história social.

A crise conceitual da corrente denominada "História Social" foi ocasionada, em certa medida, pela fragilização dos modelos "objetivistas" de pesquisa, modelos estes baseados na lógica pragmática de compreensão racional da História, que até pouco tempo atrás era quase uma regra nas pesquisas históricas. A crise epistemológica da História Social reorientou as discussões acerca da "teoria da sociedade", possibilitando uma maior aproximação da mesma as discussões ligadas à História Cultural. Essa guinada cultural da História Social rendeu um salutar

1991; ver também: REIS José Carlos. *A Escola dos Annales:* Inovação em História. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2000.

[6] LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História:* novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, v.1, p.11-12.

[7] *Idem*, p.

processo de "amadurecimento e diálogo" que deram ao campo historiográfico a certeza de novas possibilidades na área dos estudos históricos[8]. A História Cultural e a História da Sociedade, que antes eram "complementares", passaram a se distanciar em áreas "polêmicas" e, algumas vezes "contraditórias", pois possibilitou a ampliação das abordagens temáticas apresentadas pela História Cultural, que por sua vez, passou a refutar as referências ditas totalizantes ou gerais da História Social, bem como possibilitou uma maior ênfase às análises de "micro história"[9]. A História Cultural ganhou destaque por apresentar suas abordagens circunscritas à micro-espaços, pegando referências de relações sociais locais presentes em aldeias, bairros populares, famílias rurais, pequenas comunidades ou mesmo entre indivíduos. Essa nova configuração de abordagens historiográficas transformou as tendências mais antiquadas de pesquisa histórica, ainda orientadas por conceitos totalizantes e genéricos em um leque de novas possibilidades agora orientadas pela História Cultural.

É dentro deste contexto de reformulação epistemológica que a História Cultural se afirmou no meio acadêmico a partir da década de setenta, trazendo novas perspectivas de pesquisa, estabelecendo novas proposições metodológicas e apontando novos parâmetros conceituais para os outros campos de produção

[8] Este modelo diz que as sociedades humanas estão compostas por uma objetividade identificada com as esferas socioeconômicas, numa relação de causa e efeito ou mesmo, por questões objetivas ou culturais derivadas da teoria da sociedade na qual os indivíduos estão determinados às suas condições sociais de existência. Ver: CABRERA, Miguel. "Los antecedentes: de la historia social a la nueva historia cultural" In: *Historia, lenguaje y teoria de la sociedad: experiências e horizontes.* Madrid, Cátedra, 2001, p. 9-46.

[9] CARDOSO, Ciro Flamarion. "Sociedade e cultura Conceitos Complementares ou Rivais?" In: *Um historiador fala de teoria e metodologia:* ensaios. Bauru, SP. Edusc, 2005, p. 255-282.

historiográfica, inclusive para a História Social. É o que referenda Peter Burke quando profere que "o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar" dando ênfase a "culturas" diversas abordadas em diferentes especialidades[10].

A influência dos debates teóricos e metodológicos no interior dos "Estudos Culturais" também foi de extrema valia para o amadurecimento da História Cultural no mundo acadêmico do final de século XX. Esta corrente teórica que desde a década de sessenta ganhou bastante destaque no cenário acadêmico mundial, se faz presente em várias disciplinas como Antropologia, História, Sociologia, Geografia, Psicologia, Linguística, Direito, Demografia e Ciência Política, possibilitando uma pluralidade de abordagens e enfoques em diversas categorias de pesquisa[11]. Algumas rupturas contribuíram para a afirmação dos "Estudos Culturais" como disciplina acadêmica a partir dos anos sessenta do século XX. Um ponto chave desta inovação interpretativa da sociedade estava em analisar as questões de ordem social e econômica desconectadas das motivações de análise estruturalista. Referendavam-se com essa abertura de metodologias e enfoques, outros aspectos da dimensão humana como formas explicativas para uma gama de assuntos investigados nas Ciências Sociais, destacando-se o estudo das

[10] BURKE, Peter. *O que é História Cultural.* Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2005, p. 8.

[11] Segundo Paula Treichler, os Estudos Culturais abrangem, principalmente, as seguintes categorias de pesquisa: Política da Disciplinaridade, Pedagogia, Política da Estatística, Gênero, Sexualidade, Nacionalidade, Identidade, Colonialismo, Raça, Etnia, Cultura Popular, História, Discurso, etc. Ver: CARY, Nelson; GROSSBERG, Paula A. Treichler & GROSSBERG, Lawrence. "Estudos Culturais: Uma Introdução" In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). *Alienígenas na Sala de Aula:* Uma introdução aos Estudos Culturais em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-35.

culturas "subalternas" ou mesmo da "indústria cultural". Desta maneira, as questões relacionadas à "cultura", a "consciência" e as "experiências" viraram destaque nesta guinada epistemológica representada pelos Estudos Culturais. Os Estudos Culturais como um campo aberto de discussão que nasce de um momento de reavaliação do próprio posicionamento das esquerdas no mundo ajudaram a lançar nomes como Raymond Williams, E. P. Thompson e Stuart Hall, além da influência que exerceu na denominada escola frankfurtiana.[12]

A relação dos Estudos Culturais com a História se intensificou a partir de pesquisas desenvolvidas pela denominada "Escola Cultural Inglesa[13]", que na segunda metade do século XX apresentou contribuições significativas nas discussões acerca do comportamento e manifestações da "classe operária inglesa", da massa camponesa e da cultura popular na idade moderna. Destaca-se neste processo a "história vista de baixo", corrente teórica que pegou como centro de análise o estudo das

[12] Para saber mais sobre os Estudos Culturais é importante ver os trabalhos de: BHABHA, Homy K. *O local da cultura.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998; CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar y salir de la modernidad.* México D.F.: Grijalbo, 1990; ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. "Uma Introdução aos Estudos Culturais". *Revista FAMECOS.* Porto Alegre, nº9, dezembro, 1998; HALL, Stuart "Estudos Culturais: Dois paradigmas" In: *Da Diáspora:* Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003, p. 123-150; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. "Estudos Culturais na Academia". In: Seminário *Trocas Culturais na Era da Globalização,* Rio de Janeiro, 1996; PRYSTHON, Ângela. "Estudos Culturais: Uma (In)Disciplina?". *Comunicação e Espaço Público.* Brasília: UnB, ano VI, nº1 e 2, 2003. P.134-141.

[13] Trata-se do grupo de Historiadores ingleses de cunho marxista ligados à revista *New Left* e ao Partido Comunista Inglês. Cabe mencionar que nem todos os nomes desta escola estão necessariamente ligados a uma ou outra instituição. Destacam-se nomes com Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Christopher Hill, entre outros.

"classes populares", numa tentativa de "trazer à tona" detalhes obscuros de uma história que estava submersa e, via de regra, procurava resistir aos ditames culturais impostos pela "cultura dominante[14]".

Cabe destaque aos trabalhos de Thompson que, sem dúvida, deram uma contribuição significativa nas análises culturalistas. "*A formação da Classe Operária inglesa"*, traz uma nova interpretação do materialismo dialético, pensado a partir das categorias da "consciência social" e da compreensão de "classe" como um "fenômeno histórico" que se manifesta "efetivamente" através das relações humanas. Thompson acaba rompendo com uma concepção estruturalista da história, ao conceber a importância de determinados fenômenos sociais que se manifestavam à revelia das questões de ordem puramente economicistas. A respeito da condição de existência do conceito e consciência de classe, Thompson afirma que:

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma

[14] Corrente teórica que se baseia pela produção de uma História com origem no povo a "História vinda de baixo ou a História da gente Comum", para este tema Ver: HOBSBAWM, Eric. "A outra história: algumas reflexões". In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história*: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 18-33.

> lógica nas relações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge (...) em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.[15]

Do ponto de vista metodológico a obra de Thompson adquiriu destaque no meio historiográfico por fazer a relação adequada entre a "teoria" e as "evidências". Isso é demonstrado ao apresentar de forma perceptível os avanços que os estudos das tradições populares e das massas operárias poderiam ter ao serem apresentados como fenômenos de análise das identidades socialmente constituídas em diferentes condições.

E como falar de cultura ou cultura popular quando o cenário das ações humanas é representado por variações polares de experiência, subordinadas as relações centro x periferia, campo x cidade, capital x trabalho, etc. Certamente todas essas questões são objeto de interesse para o historiador vinculado aos estudos culturalistas. Todas as minudências do cotidiano, os conflitos sociais, aspirações individuais e coletivas passam a ser objeto de interesse do pesquisador da cultura, cabendo ao mesmo fazer a seleção e a escolha das temáticas.

Historiografia e Cultura Popular

A ambivalência do diálogo entre o popular e o erudito é fruto de amplo debate nos meios acadêmicos. As próprias posições postas para o termo "cultura popular" já demonstram as diferenças de ideias presentes no seu encalço, pois segundo Renato Ortiz, parte da "polêmica oscila em dois pólos". Um primeiro que compreende cultura popular como cultura

[15] THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* Tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.10.

subalterna, uma forma de interpretação classista, na qual a cultura seria separada por um hiato entre o popular e o erudito; e outra forma de compreensão, "mais abrangente", que compreenderia a cultura popular a partir da acepção de *povo*[16].

Muito se tem falado acerca do debate epistemológico envolvendo o conceito, ele é analisado por pesquisadores das diversas ciências sociais, numa dinâmica interpretativa que ultrapassa os limites acadêmicos. Pode-se considerar que as interpretações e os significados de cultura popular ganharam novos aspectos ao chegarem aos espaços de sua realização, onde são compartilhados por "pessoas comuns" que não dominam o conhecimento acadêmico e erudito. No entanto, os "homens do povo" recebem e reelaboram os significados e os sentidos apregoados aos "conceitos eruditos", a partir das múltiplas experiências compartilhadas no jogo de relações "interculturais", principalmente, quando se trata da organização de seus eventos lúdicos nos quais são atribuídos sentidos específicos que possibilitam novas dimensões semânticas.

A definição do termo "Cultura Popular" pode levar a diferentes interpretações. Algumas vezes o termo apresenta concepções extremas, como a que o classifica a partir da negação de que os fatos analisados estejam relacionados a uma "forma de saber" e de "conhecimento", ou seja, a "Cultura Popular" estaria como uma oposição ao conceito de "Cultura". A outra concepção de "Cultura Popular" vê na mesma uma "resistência" ligada à noção de "classe", uma modalidade que procura preservar as experiências populares oprimidas[17].

---

[16] ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas.* Editora Olho D'água, 1992. p. 5-9.

[17] Sobre essa questão ver: ARANTES, Antonio Augusto. *O que é Cultura Popular.* 14ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

A Cultura Popular, como variante do campo das discussões da história cultural, aproximou-se dos debates historiográficos destacando-se pelos estudos de comunidades tradicionais, iletradas e grupos excluídos, espacialmente identificados com as massas camponesas ou urbanas. Peter Burke fala da cultura popular como a da "não-elite", uma cultura não oficializada, que é percebida pela elite que a absorve, em certo sentido, como uma segunda tradição[18].

Mikhail Bakhtin, vê a cultura popular a partir de um jogo de forças ambivalentes. Quando menciona a trajetória de François Rabelais, considerado por ele o autor mais popular da renascença, demonstra que Rabelais misturava certa dose de erudição clássica com elementos do comportamento e da retórica popularesca[19]. Bakhtin, ao analisar a obra de Rabelais, revela aspectos da cultura popular francesa, contribuindo teoricamente para o campo das ciências sociais ao introduzir conceitos que influenciaram grande grupo de pesquisadores, destacando os conceitos de "polifonia" e "dialogismo", segundo os quais as percepções fonéticas estariam manifestas por vários ecos[20].

[18]BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna.* São Paulo. Companhia das Letras, 1981.

[19] Ver: BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento:* o contexto de François Rabelais. Brasília, Hucitec/UNB, 1997.

[20] Sobre este assunto ver: BAKHTIN, M. "Das orientações do pensamento filosófico e lingüístico". In: *Marxismo e Filosofia da Linguagem:* Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 69-89; FIORIN, José Luiz. "Polifonia Textual e Discursiva". In: BARROS, Diana luz Pessoa de; e FIORIN, José Luiz. FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade:* Em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 1994, p. 29-36; FAÏTA, Daniel. "A Noção de 'Gênero Discursivo' em Bakhtin: Uma Mudança Paradigmática" In: BRAIT, Berth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 159-175.

A influência de Bakhtin nos estudos da cultura popular ganha destaque quando o mesmo trabalha o conceito de "circularidade", presente em trabalhos como *O queijo e os Vermes* do historiador italiano Carlo Ginzburg - no qual analisa a circularidade existente entre "a cultura das classes dominantes e a cultura das classes subalternas" que se relacionam reciprocamente, "se movendo de baixo para cima e de cima para baixo", numa troca cultural que subverte a convencional polaridade entre a chamada cultura popular e a cultura elitista[21].

Os trabalhos de Thompson, como já mencionado acima, ajudaram na elaboração de um pensamento vinculado ao estudo das classes populares e seus mecanismos de manutenção de costumes tradicionais. Estes mecanismos se manifestavam através de práticas cotidianas que se mantinham mesmo com a pressão das transformações culturais moldadas pelo processo de desenvolvimento industrial. A cultura popular estaria, neste sentido, colocada como mecanismo natural de ações de camponeses e operários no jogo dos "costumes em comum". Porém, quando fala de um conceito controverso, atenta para os riscos que as interpretações equivocadas podem proporcionar. Thompson alerta para os perigos de se trabalhar o conceito de cultura popular sob a inflexão antropológica, pois a mesma pode sugerir perspectivas "ultraconsensuais[22]". O jogo das experiências cotidianas estabelece várias formas de ação ou

[21] GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes.* São Paulo – Companhia das Letras, 2006.

[22] Thompson afirma que a cultura "é um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa assume forma de um "sistema". Ver Thompson, op. cit.. p 18-24.

reação a determinadas, leis teóricas aplicadas a determinadas realidades sociais.

O teórico cultural jamaicano Stuart Hall, trata o conceito de cultura popular dentro de um jogo de correlação de forças entre aquilo que está sendo mudado e aquilo que tende a ser preservado. Hall chama a atenção para o duplo interesse de se ver a cultura popular pelo viés do "tradicionalismo". Para Hall, ela pode ser vista como algo que deve ser preservado e mantido no patamar das manifestações tradicionais, intocáveis, imutáveis ou pela ótica da mudança, dos elementos constitutivos da moderna sociedade que se forjou com o processo de transformações capitalistas. No entanto, afirma que a análise deve seguir o entendimento das transformações pelas quais se opera a cultura popular, entender seus elementos de "contenção" e "resistência" no decurso das mudanças do sistema capitalista[23]. Hall apresenta críticas à noção de *popular* comumente relacionada à condição de passividade do *povo* diante do consumo alienado dos bens da indústria cultural. Ele desfaz a noção de pureza da cultura popular que precisa ser preservada e valorizada através de ações de desalienação, independência e autonomia.

As noções criticadas por Hall ultrapassaram o século XX como uma visão equivocada, principalmente nos meios intelectuais e artísticos que em algum momento pensaram o *popular* como algo que pode ser transformado e preservado através da busca e recuperação de seu tempo glorioso. Hall referenda que há uma dominação das matrizes de pensamento da indústria cultural ao mesmo tempo em que há uma liberdade do receptor que está consumindo esses padrões de comportamento

[23] Ver: HALL, Stuart. "Notas sobre a desconstrução do 'popular'". In: *Da Diáspora:* Identidades e Mediações *Culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília; representação da UNESCO no Brasil, 2003. p. 247-264.

e postura, uma "luta contínua" de aceitação e resistência postas em uma batalha constante que demarca o terreno onde são disputadas as "posições estratégicas" do campo da cultura.

Em alguns pontos as ideias de Stuart Hall aproximam-se do pensamento de Thompson, quando ambos tratam a cultura popular movida por manifestações de manutenção de práticas tradicionais. O trânsito desses dois intelectuais pelas questões de cunho culturalista, pela aproximação com a antropologia, com os estudos culturais e com a teoria marxista, possibilita afirmar que suas obras oferecem significativa contribuição para as discussões acerca da cultura popular.

Roger Chartier vem da tradição historiográfica francesa, afinado com as discussões epistemológicas da história cultural, Chartier apresenta outra interpretação para o conceito de cultura popular, apresentando-o como uma categoria erudita, uma cultura de elite discutida por diversos autores que divergem quanto a sua natureza teórica e metodológica, *grosso modo,* a cultura popular estaria vinculada ao acervo das referências excluídas da cultura elitista e letrada, que ao mesmo tempo faz parte de uma tradição acadêmica pensada a partir de referenciais dominantes[24]. Ao fazer essas afirmações, Chartier estabelece um paralelo dicotômico entre o que é pensado por eruditos que procuram circunscrever as produções culturais não presentes na cultura letrada. Assim, o teórico apresenta dois modelos explicativos para as relações de entendimento da cultura popular: o primeiro a entende como "coerente e autônoma", um momento marcado pela "idade do ouro" na qual a cultura popular floresceu e atingiu de modo geral as várias classes sociais; e um segundo momento que a

[24] Ver: CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico In: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, pp.179-192.

entende como "carente" e "dependente" da cultura dominante, uma cultura excluída e marginalizada pela elite que reprime os setores populares sistematicamente.

Também de tradição francesa Michel Certeau, apresenta a cultura popular como algo "morto" que tende a ser recuperado por intelectuais que pensam o conceito a partir de uma "censura política". Certeau retira a cultura popular do povo, mostrando-a como categoria em vias de extinção, demonstrando cronologicamente que o momento de interesse pelo popular se deu na França do século XVIII, momento de divulgação da literatura "popular" de *colportage*[25]. Nessa busca pelo popular, vemos uma mistura de interesses pela "pureza" dos costumes rústicos ligados a elementos de controle social dos grupos de populares. Essa rusticidade, para Certeau, é o momento de "infância" da cultura, que precisa ser dominado e controlado, afastando assim qualquer possibilidade de corrupção dos costumes puros. Essa reflexão leva à discussão de que o folclore surge como elemento de aprisionamento, seleção e proteção da cultura, numa busca de integração do popular com certa unidade francesa. Nesse sentido, o popular estaria para Certeau como algo ingênuo, natural, espontâneo e verdadeiro, atributos dedicados especialmente aos camponeses[26].

De forma geral, os modelos explicativos de cultura popular nos debates contemporâneos estão recheados de questões que buscam "um mito de origem" do popular com sua infância escondida no passado. No entanto, é preciso circunscrever a

[25] Literatura veiculada por meio de livros e ambulantes, principalmente nos séculos XVII e XVIII. Nota do autor. Idem, p.55.

[26] CERTEAU, Michel; JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. "A Beleza do Morto". In: CERTEAU, Michel. *A Cultura no Plural*. Campinas. Papirus Editora, 2001, p. 55-84.

diferença entre as análises de autores de orientações ideológias e acadêmicas diferenciadas, quer seja daqueles ligados a um *culturalismo marxista*; quer seja daqueles mais inclinados a *escola dos annales*. Um debate epistemológico que traz várias possibilidades de compreensão e entendimento do conceito.

Estudar a cultura popular significa entrar em um universo das novas abordagens historiográficas, referendadas por ampla bibliografia num "giro historiográfico" que marca a mudança paradigmática e conceitual da ciência histórica nos últimos anos[27]. Nesse sentido, a história do cotidiano, das sociabilidades, das experiências e de diversas outras abordagens são extremamente relevantes para a compreensão do campo cultural, uma vez que percorrem outros caminhos de entendimento sobre a história, que até bem pouco tempo atrás não era possível percorrer.

Espero que as questões sugeridas neste trabalho contribuam para uma compreensão mais apurada acerca do universo da Cultura Popular, da História Cultural e dos Estudos Culturais. Três conceitos que coadunam-se com as transformações historiográficas vividas nos últimos quarenta anos no campo dos estudos históricos, corroborando para múltiplas possibilidades de pesquisa, bem como para o alargamento do universo teórico metodológico do historiador, que por sua vez, passa a ter a seu favor, uma multiplicidade de temas, métodos e instrumentos teóricos que fazem da ciência História, uma ciência sempre atual e dinâmica

[27] Segundo Sandoica, trata-se das transformações sentidas na historiografia espanhola dos últimos dez anos que possibilitaram a abertura de temáticas e abordagens de "*várias frentes",* numa fruição epistemológica capaz de abrir para inovações analíticas e conceituais. Ver: SANDOICA, Elena Hernández e LANGA, Alicia (edit.) op. cit., 2005, p. 5-11.

HISTORIOGRAFIA DO ISRAEL ANTIGO[1]

Josué Berlesi[2]

A proposta do presente capítulo, em consonância com a proposta geral do livro, é tratar da *historiografia*, entretanto, o que se pode dizer acerca desse termo? Quando pensamos em historiografia de maneira quase imediata somos levados a pensar no trabalho do historiador, naquilo que é próprio da tarefa desse gênero de profissional e se pensamos assim o fazemos de maneira adequada. No entanto, quando tratamos da história antiga de Israel precisamos fazer algumas ressalvas, pois, nesse caso, a contribuição dos historiadores foi e tem sido coadjuvante, ou seja, em tal campo os historiadores não são a regra e sim a exceção.

Contudo, antes de abordar de maneira mais específica a produção historiográfica pertinente ao Israel antigo, devo avisar que as palavras desse texto serão mais um exercício de reflexão do que um estudo puramente acadêmico, o que não impedirá, evidentemente, o apontamento e análise de obras e autores. Tal opção foi escolhida pelo próprio caráter da obra que, em princípio, destina-se a alunos de graduação em História, sendo assim, o referido público em certa medida já deve ter filtrado

[1] O presente capítulo é uma adaptação do artigo "Conservadorismo versus Progressismo: Apontamentos sobre a historiografia do Israel antigo", enviado originalmente para a *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*.

[2] Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é mestre e doutorando na área de Teologia e História pela Escola Superior de Teologia (EST). O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

a percepção que cada docente possui da História. Em nossa percepção particular a disciplina necessariamente deve servir para o desenvolvimento da reflexão, da consciência crítica, pois não basta o mero acumulo de informações, datas, nomes e lugares se as mesmas não forem processadas, trabalhadas de forma racional.

O uso máximo da racionalidade é o que deve pautar o trabalho do historiador. Tal afirmação pode parecer ridícula de tão óbvia, contudo, ela é plenamente justificável quando analisamos a história antiga de Israel. A referida temática tem sua gênese no século XIX dentro da área de estudos bíblicos/teologia, alternando-se entre posturas mais críticas e outras mais conservadoras. Lamentavelmente, estas últimas angariaram mais espaço. As referidas posturas mais conservadoras são aquelas que, de alguma forma, guardam relação com uma interpretação acrítica do texto bíblico, o que acabou gerando uma confusão lastimável: por muito tempo entendeu-se que a narrativa bíblica era a própria história de Israel.

Os tentáculos do conservadorismo infiltraram-se na academia gerando um mal ainda maior. Para que se tenha uma ideia o manual de História de Israel de John Bright[3], amplamente utilizado até a década de 1970[4], defendia uma interpretação da história onde haveria lugar para a intervenção divina. Tal situação começa a nos dar ideia da necessidade do uso exacerbado da racionalidade do qual comentamos acima, afinal a obra de Goya, célebre pintor espanhol do século XIX

[3] BRIGHT, John. *História de Israel*. Tradução de Euclides Carneiro da Silva, São Paulo: Paulinas, 1978.

[4] Isso nos centros acadêmicos mais desenvolvidos, porque se olharmos para a realidade brasileira ainda encontraremos o referido manual nas bibliografias da disciplina de História Antiga de várias universidades nacionais.

já nos alertava: "o sonho da razão produz monstros", ou seja, quando a razão está dormindo estamos sujeitos a inúmeros tipos de atrocidades que não seriam possíveis em um contexto em que a razão estivesse desperta. A história, tal como a entendemos, é obrigatória e exclusivamente fruto da ação humana, resultado da ação de homens e mulheres em determinado contexto de tempo e espaço de maneira que todo elemento divino, sobrenatural ou extra-humano não pode ser contemplado em uma explicação histórica.

É evidente que com muita facilidade, em nossa cultura ocidental, aprendemos a interpretar a narrativa bíblica como "palavra divina", como "verdade revelada", o que permite ao público em geral consentir com a intervenção sobrenatural na vida dos humanos. No entanto, essa herança indelével de nossa cultura não deve atacar os neurônios do historiador, o qual se espera seja capaz de identificar esse processo, ou seja, saber identificar de que maneira herdamos essa percepção.

Infelizmente a ação de pseudo historiadores e pseudo cientistas fortalece a manutenção do conservadorismo. Aqueles que defendem que a história não é o produto exclusivo da ação humana, mas sim está sujeita a intervenção dos deuses (ou de deus) deveriam ocupar posições nos templos (onde tal interpretação é perfeitamente cabível) e não na academia. Não se trata aqui de estabelecer um juízo de valor entre distintas interpretações afirmando que essa é melhor do que aquela ou vice-versa, mas sim de apontar as diferenças de modo a alertar aos que se dedicam a História de que nela não há espaço para o sobre-humano. Ela é necessária e exclusivamente fruto da ação humana.

Levando em consideração o que já foi dito, podemos estender tais informações às fontes usadas pelo historiador.

Sabidamente, na temática que nos é familiar, o texto bíblico por muito tempo configurou-se como material único de análise. Frente a isso é compreensível o fato da teologia ter sido o sinuelo das pesquisas. Ainda no século XIX, mas mais notadamente no início do século XX, a arqueologia entrou em cena, contudo, como mero suporte para a interpretação fundamentalista do texto. Nesse âmbito a pesquisa arqueológica desenvolveu-se para comprovar a veracidade da "palavra divina" e se as evidências materiais não estivessem de acordo com a narrativa bíblica a falha estaria nas evidências e não no "texto infalível". Novamente aqui se faz necessário a ressalva quanto a postura do profissional que se dedica a pesquisa histórica: não há em nossa profissão fontes que possam ser consideradas "divinas", "sagradas", "infalíveis", "verdade absoluta". Quando tratamos de documentos escritos sabemos sempre que eles são limitados, parciais, frutos de um determinado contexto e é com essas características que a Bíblia deve ser vista se decidirmos usá-la como fonte para o estudo do Israel antigo.

As afirmações acima não devem ser vistas como ataque ao testemunho religioso em questão até porque tal postura também não seria cabível ao historiador. Uma pesquisa racional e criticamente elaborada não se presta a situações desse gênero. Se por um lado a pesquisa histórica não pode ver a narrativa bíblica como "sagrada", por outro lado também não deve se dedicar ao ataque ao texto, pois não é isso que interessa a disciplina histórica. O que deve nortear o historiador que se dedica ao Israel antigo (e os historiadores em geral) é uma interpretação baseada nas evidências e sujeita a evidenciação, como bem explica Hobsbawm em um dos seus célebres livros.[5]

[5] HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 08.

Desse modo, ao adotarmos uma postura racional de pesquisa devemos estar dispostos a abrir mão de qualquer pressuposto que poderíamos ter se, por ventura, evidências sólidas forem capazes de apontar nossos equívocos. Para deixar claro tais palavras vale a pena apresentar um debate recente que tem ocorrido na área pertinente ao Israel antigo: de um lado pesquisadores fundamentalistas apegam-se ao texto bíblico para tentar provar a existência de um palácio real que pertenceu ao rei Davi[6], de outro, arqueólogos sérios afirmam que não existe nenhuma evidência arqueológica de tal palácio[7]. A diferença entre os dois grupos de pesquisadores está no fato de que os fundamentalistas jamais abrirão mão do texto bíblico, pois o consideram infalível, já os arqueólogos envolvidos nesse debate não terão nenhum problema em atestar a pertinência histórica do texto bíblico caso alguma evidência arqueológica sólida der suporte ao texto. Esse exemplo deixa claro que o objetivo dos arqueólogos não é discordar do texto bíblico apenas por discordar. Os fundamentalistas, por sua parte, se recusam a admitir a falibilidade do texto em qualquer situação, se está escrito que Jonas sobreviveu dentro de uma baleia, ele sobreviveu e ponto final. Se por ventura o relato apresentasse o contrário, que Jonas tivesse engolido a baleia, é muito provável que os fundamentalistas seguiriam dando crédito ao texto.

---

[6] Em reportagem da Folha de São Paulo consta que a arqueóloga Eliat Mazar, responsável pelas escavações, recebeu um financiamento de US$ 500 mil de um fundamentalista judeu que tem por objetivo demonstrar que "a Bíblia reflete a história judaica". Veja-se em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0608200505.htm [acessado em 17/09/2012.]

[7] Veja-se: FINKELSTEIN, Israel., & SILBERMAN, Neil. A. *David and Solomon: in search of the Bible's sacred Kings and the Roots of Western tradition.* New York: Free Press, 2006. E também: FINKELSTEIN, Israel., & SILBERMAN, Neil. A. *A Bíblia não tinha razão.* São Paulo: A Girafa, 2004.

Até agora temos falado sobre a postura do historiador frente a essa área de estudo, contudo, no início de nosso texto afirmamos que esses profissionais são exceções nesse ramo de pesquisa. De fato, a historiografia sobre o antigo Israel tem sido realizada (e segue sendo) por teólogos e arqueólogos configurando-se um órfão acadêmico entre os historiadores. Entretanto, a produção historiográfica, embora seja atribuída aos profissionais da História, pode sim acontecer em outros campos. O que caracteriza um trabalho como histórico? É exatamente essa pergunta que Michel de Certeau tenta responder em sua obra "A Escrita da História"[8]. O próprio Michel não possui formação em História, contudo, poucos historiadores se arriscariam a não classificá-lo como historiador. Não queremos dizer com isso que todo e qualquer indivíduo que escreve sobre História deve receber crédito, pois assim até mesmo os revisionistas de ultra direita teriam seu espaço. O que então pode servir como critério para estabelecer um trabalho como histórico? Vejamos as palavras do próprio Certeau:

> [...] o que é uma "obra de valor" em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos "objetos" e dos métodos históricos e que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas.

De acordo com Certeau, um dos elementos que atesta o valor histórico de determinada produção está associado ao reconhecimento dos pares e a aceitação do trabalho nos circuitos profissionais de pesquisa. Certeau certamente tem razão em sua afirmativa, porém, existe um lado perverso dessa lógica:

[8] CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

tratando-se do Brasil, ao analisarmos o que ainda é utilizado nas graduações em História para o estudo da história antiga de Israel, sem dúvida[9] veremos os limites das palavras do referido pesquisador. Para que se tenha uma ideia, ainda temos em nossas bibliografias obras como a de John Bright que tratam de Israel como "povo eleito", o que é plenamente incompatível com a pesquisa acadêmica realizada nos circuitos profissionais mais atualizados, notadamente europeus.

As origens da pesquisa sobre Israel

Tendo feito as devidas considerações necessárias para o estudo do antigo Israel, a partir desse momento passaremos a apontar a gênese da pesquisa acerca desse tema. Notadamente, o interesse pela sociedade vétero-israelita surge a partir da pesquisa bíblica. Nesse sentido – embora seja possível reconhecer uma preocupação com a interpretação do referido texto desde tempos mais remotos (veja-se o caso de Orígenes) – pode-se afirmar que a paternidade de um estudo crítico da narrativa em questão pertence a Baruch Spinoza. O referido pensador é considerado o fundador do criticismo bíblico que veio a dar a luz ao método histórico-crítico, uma ferramenta indispensável para a análise do Antigo Testamento (AT).

As formulações de Spinoza quanto à leitura do AT foram apresentadas em sua obra "Tratado teológico-político", publicada em 1670. Em linhas gerais, o citado método auxilia o leitor a distinguir quais passagens são fruto da imaginação e enfabulação e quais podem ter certa pertinência histórica. Evidentemente, Spinoza chega a tal formulação apropriando-se de conhecimentos pretéritos como, por exemplo, as declarações de Ibn Ezra, pensador judeu do século XII, que já havia apontado

[9] Ibidem, p. 72-73.

para a improbabilidade da autoria mosaica do Pentateuco[10]. Atualmente, sabe-se que é impossível considerar que Moisés tenha sido o autor desse conjunto de textos por uma série de razões. Primeiramente pela própria dúvida da existência histórica de Moisés.[11] Segundo, porque a morte do referido personagem está descrita em Deuteronômio 34: 5-12.[12] Desse modo, como é possível o próprio autor ter relatado o seu falecimento? E por último, se considerarmos a possibilidade da existência histórica de Moisés, é de se supor que este indivíduo viveu no século XIII a.C., período em que não existia alfabetização[13] na língua hebraica, língua esta em que foi redigida a narrativa veterotestamentária.

[10] Veja-se: http://blog.airtonjo.com/2012/08/espinosa-um-dos-pais-da-moderna-critica.html, acessado em 16/09/2012.

[11] Veja-se FOX, Robin Lane. *Bíblia verdade e ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[12] "5 Assim, morreu ali Moisés, servo do Senhor, na terra de Moabe, segundo a palavra do Senhor. 6 Este o sepultou num vale, na terra de Moabe, defronte de Bete-Peor; e ninguém sabe, até hoje, o lugar da sua sepultura. 7 Tinha Moisés a idade de cento e vinte anos quando morreu; não se lhe escureceram os olhos, nem se lhe abateu o vigor. 8 Os filhos de Israel prantearam Moisés por trinta dias, nas campinas de Moabe; então, se cumpriram os dias do pranto no luto por Moisés. 9 Josué, filho de Num, estava cheio do espírito de sabedoria, porquanto Moisés impôs sobre ele as mãos; assim, os filhos de Israel lhe deram ouvidos e fizeram como o Senhor ordenara a Moisés. 10 Nunca mais se levantou em Israel profeta algum como Moisés, com quem o Senhor houvesse tratado face a face, 11 no tocante a todos os sinais e maravilhas que, por mando do Senhor, fez na terra do Egito, a Faraó, a todos os seus oficiais e a toda a sua terra; 12 e no tocante a todas as obras de sua poderosa mão e aos grandes e terríveis feitos que operou Moisés à vista de todo o Israel". *Bíbia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 1998.

[13] Finkelstein sustenta que uma alfabetização que possibilitasse a escrita de textos em hebraico só foi possível a partir do século VIII a.C. Veja-se: FINKELSTEIN, Israel; MAZAR, Amihai. *The quest for the historical Israel:* debating archaeology and the history of early Israel. Leiden; New York; Köln: E.J. Brill, 2007.

De qualquer forma, o importante é que Spinoza abriu caminho para o posterior fortalecimento da investigação bíblica que teve significativos avanços a partir do século XIX. Em 1880, por exemplo, Julius Wellhausen formulava a teoria JEDP a qual se prestava a explicar de maneira mais detalhada o processo de composição do Pentateuco.[14]

Paralelamente ao desenvolvimento da pesquisa bíblica, a arqueologia começava a dar seus primeiros passos no território da Palestina. Antes mesmo das escavações propriamente ditas, a região que hoje abriga o moderno estado de Israel recebeu a visita de religiosos que desempenharam importante função no que concerne ao mapeamento e localização de sítios bíblicos. Certamente um dos mais proeminentes foi o ministro americano Edward Robinson, que acompanhado do missionário Eli Smith percorreu a região em 1838 identificando uma série de lugares descritos na Bíblia.[15]

Após a segunda metade do século XIX a exploração da Palestina deixa de ser obra de agentes isolados e passa a contar com instituições organizadas para esse fim. Exemplo de tal situação é o surgimento da britânica *Palestine Exploration Fund,* em 1865, que tinha claramente o interesse de proteger os "documentos" da fé cristã.

Desde então a Arqueologia e a Teologia concorreram paralelamente no estudo da sociedade do antigo Israel. A primeira obra a mesclar aspectos dessas duas áreas surgiu em 1888, fruto do trabalho de Rudolf Kittel, que conseguiu englobar em seu

[14] Para mais informações veja-se: PURY, Albert de (org). *O Pentateuco em questão*: as origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz das pesquisas recentes. Petrópolis: Vozes, 1996.

[15] CLINE, Eric H. *Biblical Archaeology: A very short Introduction*. New York: Oxford University Press, 2009.

texto os resultados das escavações e a análise literária do AT.[16] Entretanto, a maior parte das pesquisas não foi exitosa nesse diálogo. A partir do início do século XX, ocorreu uma espécie de cisma entre arqueólogos (sobretudo americanos) e teólogos (sobretudo alemães).

A história de Israel entre a exegese e as escavações

As primeiras décadas do século XX foram palco do surgimento de uma disciplina, a saber: a Arqueologia Bíblica. O seu fundador foi Willian Albright[17], um religioso de cidadania americana, mas que nasceu no Chile quando seus pais desempenhavam atividades missionárias para a Igreja Metodista. Apesar de um notável conservadorismo em sua produção, não se pode dizer que Albright era um fundamentalista religioso, o que não é possível afirmar em relação a alguns de seus seguidores, como, por exemplo, George Wright. A arqueologia desenvolvida por Albright pretendia dar um caráter científico para a defesa da historicidade da narrativa bíblica.

A participação da arqueologia nesse processo entrou em nova fase a partir da década de 1950, quando começa a se estruturar uma arqueologia propriamente israelense, o que foi possível devido ao recém criado Estado de Israel. Até essa data as pesquisas praticadas na Palestina contavam com mão de obra e financiamento estrangeiros. No entanto, a referida nova fase não conseguiu libertar-se do papel de coadjuvante, pois o

[16] Veja-se: VARO, Francisco. El Antiguo Testamento y la Historia. Disponível em:http://www.almudi.org/Inicio/tabid/36/ctl/Detail/mid/386/aid/79/paid/0/Default.aspx, acessado em 18/09/2012.

[17] Dentre algumas das principais obras de Albright encontram-se: ALBRIGHT, W. F. *The Archaeology of Palestine and the Bible.* New York: Fleming H. Revell, 1932 e ALBRIGHT, W. F. *From the Stone Age to Christianity.* Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1948.

protagonismo permanecia com a Bíblia. A principal diferença entre a arqueologia estrangeira e a israelense reside no fato de que a primeira estava empenhada em comprovar a narrativa bíblica ao passo que a segunda estava empenhada em criar uma identidade nacional a indivíduos de diversas partes do mundo que haviam migrado para Israel com o advento da criação do novo país. Essa arqueologia nacionalista apoiava-se no relato veterotestamentário para comprovar o direito de pertença a terra, pois ela havia sido doada por deus aos patriarcas de Israel, assim, a preocupação dos arqueólogos era chegar até o estrato de ocupação israelita para atestar tal herança.

Por sua parte, a área de estudos bíblicos conseguiu progressos importantíssimos no sentido de apresentar uma hipótese histórica para o surgimento de Israel que destoava do relato da Bíblia. Esse dado pode parecer paradoxal ao leitor, contudo, foi exatamente o que aconteceu: ao passo que a arqueologia mantinha-se numa postura de defesa da historicidade do texto, a exegese bíblica, principalmente praticada na Alemanha, revelou-se mais progressista, ou seja, os próprios biblistas passaram a apresentar resultados que contrastavam com o relato bíblico.

Albrecht Alt, renomado exegeta alemão, foi capaz de demonstrar a improbabilidade de uma conquista militar de Canaã sob a liderança de Josué, tal como descreve o AT. Para Alt, a formação do grupo social de Israel foi possível mediante uma infiltração gradual e pacífica de tribos seminômades no território. Mesmo com todo o progresso da pesquisa acadêmica, ainda não há consenso sobre de que forma ocorreu a fixação de Israel no território da Palestina, no entanto, existe um consenso de que a hipótese bíblica da conquista não é plausível.[18]

[18]A esse respeito veja: http://www.airtonjo.com/historia_israel.htm, acessado

De qualquer forma, um salto qualitativo na pesquisa sobre a sociedade vetero-israelita só veio a acontecer a partir da década de 1990. Uma obra fundamental nesse período foi o texto de Philip Davies intitulado "In Search of 'Ancient Israel",[19] que apresentou de forma muito acertada a inexistência de uma história de Israel acadêmica, até então muito dependente do relato do AT.

Outro marco essencial nesse processo foi a criação do Seminário Europeu sobre Metodologia Histórica, em 1996, na cidade de Dublin, Irlanda. O referido seminário contestou fortemente a validade do texto bíblico para um estudo acadêmico do Israel antigo, apontando para uma história de Israel centrada essencialmente nas evidências epigráficas e arqueológicas e isso deveu-se a uma razão muito simples: as referidas evidências são contemporâneas aos fatos, ao passo que o texto bíblico é, na grande maioria dos casos, muito posterior aos eventos. Desse modo, como é possível preservar a informação de pertinência histórica com uma larga distância temporal entre o evento e o relato? Apenas para citar um exemplo dessa situação: a Bíblia, que foi redigida no século VII a.C., narra eventos do século XIII a.C.. Nesse caso, são mais de cinco séculos de distância entre o suposto evento e a sua narração, o que leva a questionar severamente a possibilidade desse relato preservar fidelidade ao acontecido.

As discussões geradas a partir do Seminário Europeu levaram certo grupo de pesquisadores a desacreditarem da possibilidade de se escrever uma história de Israel que fosse condizente com a realidade desse grupo social no mundo antigo.

em 18/09/2012.

[19]DAVIES, Philip R. *In Search of 'Ancient Israel*. Sheffield, Sheffield Academic Press, 1992.

Parte dessas discussões foram sintetizadas na obra "Pode uma história de Israel ser escrita?"[20]. Sem sombra de dúvida os eventos e publicações gerados pelo citado seminário representam o maior avanço visto até o momento sobre a história antiga de Israel. Uma das percepções compartilhadas pelos envolvidos nessa agremiação reside no fato de que não é possível fazer uma história apenas de Israel sem considerar os grupos sociais vizinhos a essa sociedade no mundo antigo. A história de Israel que vigorou no Ocidente foi fruto de uma interpretação desencadeada por religiosos e nacionalistas que idealizaram o Israel bíblico fazendo com que este grupo social monopolizasse o passado da antiga Palestina. Do ponto de vista das pesquisas atuais a nomenclatura "História de Israel" caiu em desuso sendo substituída por "História do Levante" ou "História da Síria-Palestina", que representa justamente essa ampliação do foco de análise, ou seja, uma investigação que contemple toda região e não privilegie apenas uma parte desse território.[21]

Os avanços obtidos desde a gênese das investigações não conseguiu, contudo, eliminar o viés fundamentalista[22]. Ainda no século XXI encontramos indivíduos que insistem em comprovar a total veracidade da narrativa bíblica. A disputa desses indivíduos com os membros do Seminário Europeu gerou um debate que ficou conhecido como maximalismo *versus* minimalismo.[23] Os

[20] GRABBE, Lester L. (ed.) *Can a 'History of Israel' Be Written?* Sheffield: Sheffield Academic Press, 1997.

[21] Mais informações sobre o Seminário Europeu podem ser vistas em: http://blog.airtonjo.com/2012/07/17-e-ultimo-seminario-europeu-sobre.html, acessado em 20/09/2012.

[22] Veja-se, por exemplo: DEVER, W. G. Review: Excavating the Hebrew Bible or burying it again? *Bulletin of the Americal Schools of Oriental Research* (322), pp. 66-77, 2001.

[23] http://atheism.about.com/library/books/religion/bl_books_BAR01.htm,

maximalistas, nesse caso, são os fundamentalistas que sustentam que da Bíblia se pode extrair o máximo de informações históricas, ao passo que os minimalistas afirmam o oposto, ou seja, que do texto bíblico se pode extrair o mínimo de informações históricas confiáveis.

Numa tentativa de síntese, pode se dizer então que, *grosso modo*, o desenvolvimento das pesquisas sobre a temática que nos é pertinente constituiu três correntes de interpretação: maximalismo, minimalismo e exegese histórico-crítica. A primeira delas na realidade esteve presente desde o início das investigações, muito embora o termo "maximalismo" só tenha surgido recentemente. Os indivíduos filiados a essa linha de interpretação possuem formação nas áreas de Teologia e/ou Arqueologia, no entanto, independente da área de formação, o elemento comum a esse grupo reside na tentativa de defesa da historicidade do texto bíblico.

O minimalismo, da mesma forma, congrega pesquisadores de áreas distintas, dentre eles os mais reconhecidos catedráticos no tema.[24] Contudo, é preciso reconhecer que a geração que deu início ao Seminário Europeu era basicamente composta por *biblical schoolars*, ou seja, profissionais que atuavam nos departamentos de estudos bíblicos de algumas universidades europeias, com destaque principal para a Universidade de Copenhagen na Dinamarca.

A exegese histórico-crítica, por sua vez, foi fundamental nos primórdios da pesquisa sobre o tema em questão por ter sido pioneira ao abalar a matriz fundamentalista. É inegável

acessado em 21/09/2012.

[24] Uma boa percepção da historiografia minimalista pode ser encontrada na obra: GRABBE, Lester L. *Ancient Israel*: what do we know and how do we know it?, London: t & t Clark, 2007.

que os exegetas conseguiram apresentar uma interpretação do texto bíblico apontando a fronteira entre a história e a literatura, entre a plausibilidade dos fatos e a mera ficção. No entanto, a contribuição desses pesquisadores ficou bastante restrita aos ambientes teológicos. Apesar de alguns deles chegaram a ter contatos esporádicos com a arqueologia, sua ferramenta principal de trabalho foi o método histórico-crítico.

Frente ao exposto até aqui fica evidente a dificuldade que a pesquisa sobre o antigo Israel enfrentou para adquirir um caráter acadêmico, afastando-se da militância religiosa ou nacionalista, sem esquecer, evidentemente, que essas nuances ainda persistem em instituições mais conservadoras[25]. Isso mostra a necessidade que ainda existe de se progredir num estudo científico da sociedade vétero-israelita e certamente o melhor ferramental para isso foi apresentado pelos pesquisadores de conotação minimalista.

Em nossa percepção, o minimalismo foi o único capaz de promover um diálogo sério entre a exegese e a arqueologia, apontando que esta última deve assumir a primazia nos estudos do Israel antigo ou, como já mencionado, nos estudos do Levante antigo. De fato, a influência da Bíblia que vigorou por tantos anos nessa área acabou deturpando a interpretação histórica acerca desse passado. Um exemplo bastante nítido dessa situação encontramos na interpretação que Ygael Yadin – pai da arqueologia israelense – fez do versículo de I Reis 9:15, que menciona a atividade construtora do rei Salomão nos sítios de Hazor, Gezer e Megiddo. O fato de estruturas

[25] O departamento de Arqueologia da Universidade de Austin no Texas abrigou e ainda abriga pesquisadores que flertam com o fundamentalismo. Veja-se o caso da obra: PRICE, Randal. *Pedras que clamam*. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

similares terem sido encontradas nos três sítios, levou Yadin a concluir pela existência histórica de Salomão, contudo, métodos de datação aplicados posteriormente comprovaram que existe uma distância temporal abissal entre as estruturas, o que torna impossível associá-las a Salomão.[26] Este exemplo deixa claro como a influência bíblica atrapalhou a interpretação da história e é justamente por isso que a agenda atual é promover uma ênfase nas evidências epigráficas e arqueológicas, justamente por serem contemporâneas aos eventos.

[26] A esse respeito veja-se: FINKELSTEIN, Israel. 2008. *Una actualización de la Cronología Baja*: Arqueología, Historia y Biblia. Buenos Aires: Antiguo Oriente, volumen 6, p. 115-136.

Esta obra foi composta em Times New Roman 10/12/16 e impressa pela Gráfica da UFPA em papel AP 75g (miolo) e papel Triplex 250g (capa), para a Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, em setembro de 2015.

HISTORIOGRAFIA

«Este livro foi pensado para servir como uma espécie de convite àqueles que estejam interessados em iniciar trabalhos de pesquisa histórica. Dessa forma, cada capítulo apresenta debates historiográficos primordiais em diferentes campos de investigação.»

Os Organizadores

CAMPUS UNIVERSITÁRIO
DO TOCANTINS/CAMETÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA

ISBN 856328729-X
9 788563 287298